

# Revisão do Plano Diretor Municipal

# UBERLÂNDIA-MG

Etapa 6: Construção de Cenários

**Produto 15**  
Cenários

SECRETARIA MUNICIPAL DE  
PLANEJAMENTO URBANO

CONSÓRCIO  
CIDADANIA

PREFEITURA DE  
**UBERLÂNDIA**



# Etapa 6 - Produto 15

## Cenários

*Relatório técnico contendo a construção de Cenários – atual, tendencial e propositivo para Uberlândia*

Dezembro, 2024

CONSÓRCIO  
CIDADANIA

PREFEITURA DE  
UBERLÂNDIA

## APRESENTAÇÃO

Este documento refere-se ao produto da Etapa 6, **Produto 15 – Cenários**, da revisão do Plano Diretor Municipal de Uberlândia, objeto do Contrato de Prestação de Serviços nº 5/2024, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Uberlândia e o Consórcio Cidadania. Contempla a construção dos cenários – atual, tendencial e propositivo para Uberlândia, a partir das propostas definidas nas etapas anteriores. Está em conformidade com as exigências do Termo de Referência do Edital de Concorrência Pública Serviços nº 125/2023, certame que ensejou a contratação do Consórcio como licitante vencedor. Esta Etapa 2 também contém o quadro das fragilidades e oportunidades para a compreensão da dinâmica territorial, dos diversos setores sociais e o entendimento do marco jurídico existente e sua aplicação no território municipal de Uberlândia.

Consórcio Cidadania.

Curitiba / dezembro de 2024

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>SUMÁRIO.....</b>	<b>4</b>
<b>EQUIPE .....</b>	<b>5</b>
<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>6</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>6</b>
<b>LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>6</b>
<b>LISTA DE SIGLAS .....</b>	<b>7</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 CENÁRIOS .....</b>	<b>10</b>
2.1 METODOLOGIA .....	11
2.2 CENÁRIO ATUAL .....	13
2.2.1 Populacional Atual .....	13
2.2.2 Ocupação estimada atual - Zoneamento vigente .....	14
2.2.3 Eixos temáticos - situação atual .....	15
2.3 CENÁRIO TENDENCIAL .....	27
2.3.1 Projeção populacional .....	27
2.3.2 Simulação da ocupação do zoneamento vigente .....	28
2.3.3 Eixos temáticos - situação tendencial .....	30
2.4 CENÁRIO PROSPECTIVO .....	35
2.4.1 Centralidades Urbanas como subsídio à proposta de zoneamento .....	36
2.4.2 Zoneamento proposto .....	38
2.4.3 Simulação da ocupação do zoneamento proposto .....	47
2.4.4 Plano de Ação Proposto.....	49
2.4.5 Eixos temáticos - situação prospectada.....	73
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>76</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>77</b>

## EQUIPE

### COORDENAÇÃO

Mirna Luiza Cortopassi Lobo - Coordenação Geral  
Sandra Mayumi Nakamura - Coordenadora Geral Adjunta  
Patricia Costa Pelizzaro - Coordenadora Técnica

### EQUIPE TÉCNICA

#### Arquitetos e Urbanistas

Caroline Nayara Rech  
Letícia Schmitt Cardon de Oliveira  
Marlos Hardt  
Mirna Luiza Cortopassi Lobo  
Patricia Costa Pelizzaro  
Renata Lazinski  
Sandra Mayumi Nakamura  
Tereza Cristina Ferreira Vilanova  
Walter Gustavo Linzmeyer  
Giulia Mazeto

#### Economista

Michelli Gonçalves Stumm

#### Engenheiros Civis

Bruno Ruchinski De Souza  
Diogo Cortopassi Lobo  
Nilo Aihara  
Tiago Otto Martins  
Vanessa Kerecz Godoi

#### Engenheira Ambiental

Lidia Sayoko Tanaka

#### Advogada

Isa Raquel Silva Ota Fernandez  
Marcia Valéria dos Santos Barbosa

#### Socióloga

Ana Maria Santi

#### Administrativo e Financeiro

Silvia Ponciano  
Alberto Lopes Dal Osto  
Hellen Chaiane dos Santos

#### Apoio

Sabrina Pietra Schedler Calza  
Thalita Sayuri Miura

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Diagrama de simulação dos cenários adotados .....	10
Figura 2: Diagrama dos espaços participativos .....	11
Figura 3: Diagrama dos componentes estratégicos (EIXOS) dos cenários .....	12
Figura 4: Rede de influência de Uberlândia .....	14
Figura 5: Rede de influência externa de Uberlândia .....	27
Figura 6: Mapa de calor resultante do cruzamento dos componentes avaliados para Uberlândia, 2024. ....	36
Figura 7: Áreas identificadas como potenciais subcentros em Uberlândia, 2024. ....	38
Figura 8: Proposta do Zoneamento Urbano da Sede Municipal .....	44
Figura 9: Proposta da Zona de Sítio de Recreio .....	45
Figura 10: Proposta dos Setores de Vias .....	46

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese do Eixo de Meio Ambiente – CENÁRIO ATUAL .....	16
Quadro 2: Síntese do Eixo Territorial e Uso do Solo – CENÁRIO ATUAL .....	18
Quadro 3: Síntese do Eixo de Infraestrutura urbana, equipamentos e serviços públicos - CENÁRIO ATUAL .....	21
Quadro 4: Síntese do Eixo Socioeconômico e Histórico-cultural – CENÁRIO ATUAL .....	24
Quadro 5: Síntese do Eixo Institucional – CENÁRIO ATUAL .....	26
Quadro 6: Síntese do Eixo de Meio Ambiente – CENÁRIO TENDENCIAL .....	30
Quadro 7: Síntese do Eixo Territorial e Uso do Solo – CENÁRIO TENDENCIAL .....	31
Quadro 8: Síntese do Eixo de Infraestrutura urbana, equipamentos e serviços públicos - CENÁRIO TENDENCIAL .....	32
Quadro 9: Síntese do Eixo Socioeconômico e Histórico-cultural – CENÁRIO TENDENCIAL .....	33
Quadro 10: Síntese do Eixo Institucional – CENÁRIO TENDENCIAL .....	34
Quadro 11: Caracterização das Zonas propostas .....	39
Quadro 12: Síntese das Ações Prioritárias do Plano de Ação e Investimentos .....	49
Quadro 13: Síntese do Eixo de Meio Ambiente – CENÁRIO PROSPECTIVO .....	73
Quadro 14: Síntese do Eixo Territorial e Uso do Solo – CENÁRIO PROSPECTIVO .....	73
Quadro 15: Síntese do Eixo de Infraestrutura urbana, equipamentos e serviços públicos - CENÁRIO PROSPECTIVO .....	74
Quadro 16: Síntese do Eixo Socioeconômico e Histórico-cultural – CENÁRIO PROSPECTIVO .....	75
Quadro 17: Síntese do Eixo Institucional – CENÁRIO PROSPECTIVO .....	75

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População Residente e Crescimento Populacional Projetado Uberlândia, RGI e MG (2001-2022) .....	13
Tabela 2: Ocupação Estimada Atual .....	15
Tabela 3: Saturação estimada (tendencial) para cada zona – zoneamento vigente .....	29
Tabela 4: Proposta dos Parâmetros de Ocupação do Solo Urbano .....	41
Tabela 5: Estudo de Saturação do Zoneamento proposto .....	48

## LISTA DE SIGLAS

<b>APA</b>	Área de Proteção Ambiental
<b>APP</b>	Áreas de Preservação Ambiental
<b>ARIE</b>	Áreas de Relevante Interesse Ecológico
<b>ATHIS</b>	Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social
<b>BRT</b>	<i>Bus Rapid Transit</i> (ônibus de trânsito rápido)
<b>BPC</b>	Benefício de Prestação Continuada
<b>CA</b>	Coefficiente de Aproveitamento
<b>CDP</b>	Condicionante, Deficiência e Potencialidade
<b>CEMEPE</b>	Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais
<b>CONTRAN</b>	Conselho Nacional de Trânsito
<b>CRAS</b>	Centros de Referência de Assistência Social
<b>CREAS</b>	Centros de Referência Especializado de Assistência Social
<b>ETE</b>	Estação de Tratamento de Esgoto
<b>FUMTUR</b>	Fundo Municipal de Turismo
<b>FUMPAC</b>	Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural
<b>GEE</b>	Gases de Efeito Estufa
<b>HA</b>	Hectare
<b>Hab.</b>	Habitantes
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICMS</b>	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
<b>IPTU</b>	Imposto Predial e Territorial Urbano
<b>LDO</b>	Lei de Diretrizes Orçamentárias
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>Max.</b>	Máximo
<b>Mín.</b>	Mínimo
<b>MG</b>	Minas Gerais
<b>ODS</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>PAI</b>	Plano de Ação e Investimento
<b>PBF</b>	Programa Bolsa Família
<b>PCH</b>	Pequena Central Hidrelétrica
<b>PEV</b>	Ponto de Entrega Voluntária
<b>PEP</b>	Plano de Emergência Pluviométrico
<b>PPA</b>	Plano Plurianual
<b>PMEA</b>	Política Municipal de Educação Ambiental
<b>PMIC</b>	Programa Municipal de Incentivo à Cultura
<b>PROAC</b>	Programa de Apoio à Comunidade
<b>PROAFRO</b>	Programa Promoção de Ações Afirmativas em Prol da Comunidade Afro
<b>RGI</b>	Regiões Geográficas Intermediárias

<b>RPPN</b>	Reservas Particulares do Patrimônio Natural
<b>SEPLAN</b>	Secretaria Municipal de Planejamento Urbano
<b>SIG</b>	Sistema de Informação Geográfica
<b>SISMEA</b>	Sistema Municipal de Educação Ambiental
<b>SUAS</b>	Sistema Único de Assistência Social
<b>SVA</b>	Setor de Vias Arteriais
<b>SVC</b>	Setor de Vias Coletoras
<b>SVE</b>	Setor de Vias Estruturais
<b>SVE</b>	Setor de Vias Especiais
<b>SVM</b>	Setor de Vias Marginais
<b>SVP</b>	Setor de Vias Prioritárias
<b>SVS</b>	Setor de Vias de Serviços
<b>UC</b>	Unidade de Conservação
<b>UHE</b>	Usinas Hidrelétricas de Energia
<b>ZAP</b>	Zona Ambiental Produtiva
<b>ZC1</b>	Zona Central 1
<b>ZC2</b>	Zona Central 2
<b>ZCF</b>	Zona Cultural do Fundinho
<b>ZCE</b>	Zona de Centros Empresariais
<b>ZCH</b>	Zona de Chácaras
<b>ZD</b>	Zona de Distritos
<b>ZEIS I</b>	Zona Especial de Interesse Social I
<b>ZEIS II</b>	Zona Especial de Interesse Social II
<b>ZEIS III</b>	Zona Especial de Interesse Social III
<b>ZEIS IV</b>	Zona Especial de Interesse Social IV
<b>ZI</b>	Zona Industrial
<b>ZM</b>	Zona Mista
<b>ZPA</b>	Zona de Proteção ao Aeroporto
<b>ZPL</b>	Zona de Preservação e Lazer
<b>ZPP</b>	Zona de Preservação Parcial
<b>ZR1</b>	Zona Residencial 1
<b>ZR2</b>	Zona Residencial 2
<b>ZR3</b>	Zona Residencial 3
<b>ZRPA</b>	Zona Residencial de Proteção Ambiental
<b>ZSR</b>	Zona de Sítios de Recreio
<b>ZT</b>	Zona de Transição
<b>ZTEC</b>	Zona Tecnológica
<b>ZU</b>	Zona Universitária
<b>ZUE</b>	Zona de Urbanização Específica 1



# 1 INTRODUÇÃO

O presente produto refere-se à prospecção de cenários – atual, tendencial e propositivo para o município de Uberlândia, a partir das propostas definidas nas etapas anteriores e das legislações do plano diretor e de zoneamento, uso e ocupação do solo.

A construção de cenários visa a “tradução”, no espaço urbano, das condições atuais (Cenário Atual), das projeções de crescimento (Cenário Tendencial), e das propostas constantes nas legislações citadas (Cenário Propositivo), numa tentativa de prever as transformações espaciais decorrentes de fatores como a consolidação de novas centralidades e do novo zoneamento proposto.

A metodologia utilizada abrangeu, portanto, a análise técnica do diagnóstico atual e a consideração de tendências de permanência ou alteração das condições existentes, identificando oportunidades e desafios para o desenvolvimento de Uberlândia.

Diante disso, este relatório tem como objetivo servir como uma ferramenta de suporte à tomada de decisões, auxiliando na promoção de um crescimento ordenado e sustentável da cidade para os próximos dez anos.

## 2 CENÁRIOS

Prover espaços que indiquem maior qualidade e otimizem recursos, incluindo espaciais e vivenciais, estão entre as premissas mais relevantes para o desenho urbano atual, em especial quando se tem um quadro de crescente urbanização, como é o caso de Uberlândia (SILVA, 2021).

A abordagem metodológica no campo da morfologia urbana para estudos aplicados pode ser traduzida pelo critério de separação de frações da urbe a serem analisadas, podendo ser apresentada por meio da metodologia de cenários. A decomposição sistêmica e elementar de um conjunto urbano pode revelar as homogeneidades formais que decorrem de um mesmo conjunto de característica que traduzem formalmente o espaço no tempo (COELHO, 2014).

A função estratégica da ferramenta consiste em possibilitar aos envolvidos no processo uma visualização das alternativas possíveis e quais as condições viáveis de um desenvolvimento com e sem sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Os cenários tratam de possíveis desdobramentos de propostas, ou seja, o que poderia acontecer caso uma determinada proposta seja adotada, tratando de conjecturar sobre as possíveis consequências de cada uma delas (SOUZA, 2003). Ainda, torna-se possível perceber a presença das incertezas, demonstrando que estas são parte inerente das “prospecções” sobre possibilidades futuras.

A partir dessas prognoses ficam facilitadas as indicações de intervenções para minimizar ou afastar problemas e conflitos diagnosticados e utilizar, de forma racional, econômica e ambientalmente adequada as potencialidades de cada área. A técnica de definição de cenários constitui-se em uma excelente ferramenta de sustentação para o processo de decisão, uma vez que proporciona uma visão sobre as possibilidades de futuro e permite a projeção de mecanismos e estratégias para a busca do futuro desejado (PINA, 1994).

Com o objetivo de subsidiar o estabelecimento de estratégias e diretrizes para o desenvolvimento futuro da cidade de Uberlândia, com sustentabilidade, propõem-se a construção de um **cenário propositivo**, baseado no **cenário atual** e na prescrição das **tendências** de permanência ou de alterações das condições atuais, em decorrência de ameaças ou oportunidades identificadas (Figura 1).

Figura 1: Diagrama de simulação dos cenários adotados



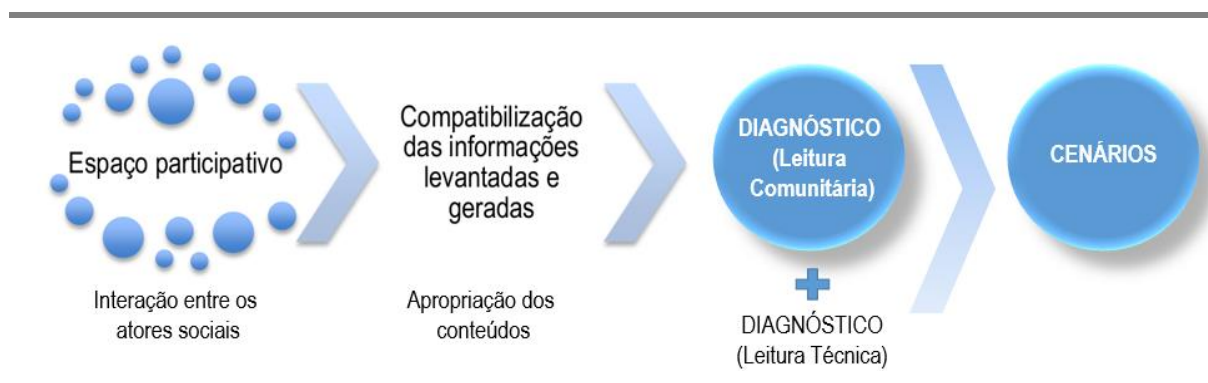
FONTE: CONSÓRCIO CIDADANIA, 2024

## 2.1 METODOLOGIA

A abordagem adotada, por meio de cenários, teve por princípio a análise da situação atual do município de Uberlândia (diagnóstico/prescrição), comparando-a às novas tendências de crescimento e adensamento, de modo que os critérios espaciais favoráveis ou desfavoráveis e escaláveis fossem apontados e, ao mesmo tempo, produzissem alternativas e novos cenários para intervenções urbanas mais sustentáveis.

Além da análise técnica, a participação popular nos processos decisórios é importante para que as duas esferas de poder (público e privado) possam criar significado juntas, possibilitando a indicação de políticas públicas que prezam pela convergência de interesses. É importante lembrar que o diálogo entre cidadãos, bem como entre eles e seus representantes, constitui o instrumento que legitima, e atribui validade à prática democrática. Além disso, os participantes vão sendo conduzidos passo a passo às informações referentes à cada etapa, interagem com diferentes *stakeholders* (atores sociais) ao longo dos espaços participativos, e vão munindo a equipe técnica responsável pela elaboração da revisão do PDM com informações importantes sobre a vivência de quem habita o município. Portanto, os espaços participativos se configuram num processo formativo, capacitando os participantes a seguirem participando nas etapas de implementação do Plano Diretor Municipal, posteriores ao processo de revisão.

Figura 2: Diagrama dos espaços participativos



FONTE: CONSÓRCIO CIDADANIA, 2024

A elaboração de cenários para esta etapa do PDM de Uberlândia foi realizada a partir da definição do **cenário atual**, por meio da análise do diagnóstico, tendo em vista o cruzamento das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades (CDPs), sob a ótica dos 05 (cinco) eixos temáticos de desenvolvimento municipal: i) eixo ambiental; ii) eixo territorial e uso do solo; iii) eixo de infraestrutura urbana, equipamentos e serviços públicos; iv) eixo socioeconômico e histórico-cultural e v) eixo institucional, representando a situação atual do território no momento abordado pelos estudos.

Cabe destacar que os eixos de desenvolvimento devem funcionar integrados entre si como “engrenagens”, isto é, componentes estratégicos e interdependentes um do outro para sua adequada operação (Figura 3).

Figura 3: Diagrama dos componentes estratégicos (EIXOS) dos cenários



FONTE: CONSÓRCIO CIDADANIA, 2024

Portanto, a partir do cenário ideal, foram definidos o **cenário futuro tendencial** e o **cenário futuro positivo**, de forma subjetiva-analítica. Os cenários futuros, tiveram sua construção baseada na descrição do cenário atual, da prescrição das tendências de permanência ou de alteração das condições atuais, indicativas de intervenções para minimizar ou erradicar problemas e conflitos diagnosticados e utilizar, de forma racional, econômica e ambientalmente adequada as potencialidades de cada região do município.

Os resultados dos cenários configurarão importantes ferramentas para a tomada de decisões de propostas mais assertivas e condizentes com a realidade ideal, propiciando a transformação de ideias potenciais em soluções concretas, redesenho de processos, revisão da metodologia de gerenciamento da administração pública, criação de fluxos de informação, desenvolvimento de sistemas de informação, dentre outros.

## 2.2 CENÁRIO ATUAL

O **cenário atual** tem sua constituição derivada do inter-relacionamento entre as análises do diagnóstico dos sistemas ambiental, regional, territorial/antrópico e institucional do município de Uberlândia, bem como da análise dos resultados das condicionantes, deficiências e potencialidades (CDPs) identificadas no município, ambos conteúdos integrantes do Produto 4 – Diagnóstico Técnico (Etapa 2), da presente elaboração do Plano Diretor Municipal.

Os itens que seguem contemplam especificamente a análise populacional atual, a ocupação atual estimada para cada zona e quadros síntese por eixo temático da situação atual em que o município se encontra.

### 2.2.1 Populacional Atual

De acordo com dados do IBGE (Censos e estimativas populacionais), o comportamento populacional do município de Uberlândia é absolutamente distinto de sua RGI e do Estado de Minas Gerais. Enquanto ambos apresentaram um decréscimo na taxa de crescimento populacional, no intervalo de 2000 a 2022, Uberlândia sempre manteve o incremento populacional, resultante de altas taxas de crescimento muito superior aos municípios da Região Imediata e quase o dobro do Estado de Minas Gerais.

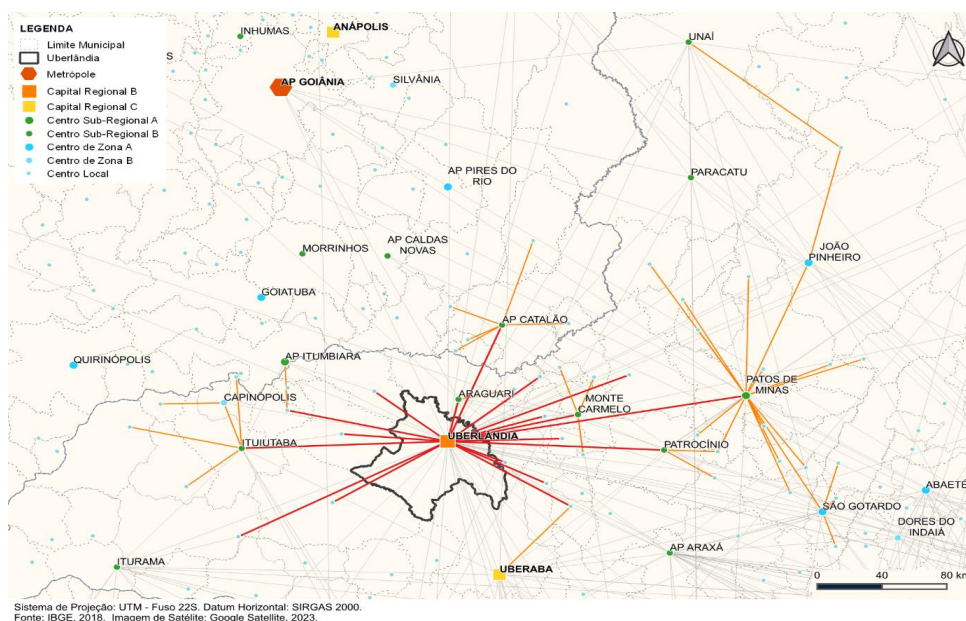
A população de Uberlândia no Censo de 2022, era de **713.224 habitantes** (Tabela 1), ou seja, muito acima da média considerada pelo IBGE para sua categorização como Capital Regional B (Figura 4), em que a população média das 24 cidades do país, classificadas nessa categoria, é de 530 mil habitantes.

**Tabela 1: População residente e crescimento populacional projetado Uberlândia, RGI e MG (2001- 2022)**

Ano	Uberlândia		Região Geográfica Imediata Uberlândia*		Minas Gerais	
	Abs.	Crescimento (%)	Abs.	Crescimento (%)	Abs.	Crescimento (%)
2001	516.870	-	219.857	-	18.127.096	-
2002	529.441	2,43%	220.434	0,26%	18.343.517	1,19%
2003	542.541	2,47%	220.653	0,10%	18.553.312	1,14%
2004	570.042	5,07%	221.114	0,21%	18.993.720	2,37%
2005	585.262	2,67%	221.372	0,12%	19.237.450	1,28%
2006	600.368	2,58%	221.623	0,11%	19.479.356	1,26%
2007	-	-	-	-	-	-
2008	622.441	3,68%	237.052	6,96%	19.850.060	1,90%
2009	634.345	1,91%	238.598	0,65%	20.033.665	0,92%
2011	611.904	-3,54%	236.759	-0,77%	19.728.701	-1,52%
2012	619.536	1,25%	237.916	0,49%	19.855.332	0,64%
2013	646.673	4,38%	246.362	3,55%	20.593.356	3,72%
2014	654.681	1,24%	247.694	0,54%	20.734.097	0,68%
2015	662.362	1,17%	248.973	0,52%	20.869.101	0,65%
2016	669.672	1,10%	250.189	0,49%	20.997.560	0,62%
2017	676.613	1,04%	251.343	0,46%	21.119.536	0,58%
2018	683.247	0,98%	249.509	0,73%	21.040.662	-0,37%
2019	691.305	1,18%	250.650	0,46%	21.168.791	0,61%
2020	699.097	1,13%	251.749	0,44%	21.292.666	0,59%
2021	706.597	1,07%	252.811	0,42%	21.411.923	0,56%
2022	<b>713.224</b>	0,94%	247.978	1,91%	20.538.718	-0,95%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2022; IBGE - População Residente Estimada 2001 a 2022. Elaborado Consórcio Cidadania,

Figura 4: Rede de influência de Uberlândia



Elaborado: Consórcio Cidadania, 2024 a partir de Rede de Influência das Cidades, IBGE, 2018.

## 2.2.2 Ocupação estimada atual - Zoneamento vigente

O zoneamento vigente das áreas urbanas de Uberlândia foi estabelecido pela Lei Complementar nº 525/2011 (UBERLÂNDIA, 2011) e suas alterações posteriores. A Tabela 2, apresentada, a seguir, foi desenvolvida para estimar a atual ocupação populacional nos lotes ocupados de cada zona urbana, com base no zoneamento vigente, nas variáveis de coeficiente de aproveitamento máximo (CA máx.), e no número de lotes ocupados com área inferior a 40 hectares.

Foram estimados 2 cenários, adotando a média de moradores por domicílio de 2,65 (IBGE, 2022). O Cenário 1 considerou a existência de 1 (um) domicílio para cada lote ocupado e o CA igual a 1. Já o Cenário 2 considerou 15% dos lotes ocupados com o respectivo CA máximo da zona (verticalização em parte do território) para obtenção do número de ocupações, conforme fórmulas a seguir:

- Nº habitantes Cenário 1 = nº lotes x CA 1 (1,00) x 2,65
- Nº habitantes Cenário 2 = (nº lotes x 0,15 x CA máximo x 2,65) + (nº lotes x 0,85 x CA 1 (1,00) x 2,65)

Dessa forma, no Cenário 1 (com CA 1) a ocupação populacional estimada para os lotes ocupados foi de **581.977 habitantes** e no Cenário 2 (15% com CA máximo) foi de **745.002 habitantes**.

Tabela 2: Ocupação estimada atual

OCUPAÇÃO ESTIMADA ATUAL				
		CENÁRIO 1		CENÁRIO 2
		Considera 2,65 habitantes por domicílio e 1 domicílio por lote ocupado		Considera 2,65 habitantes por domicílio e 1 domicílio por CA máximo
ZONA	CA MAX	Nº LOTES OCU- PADOS (1)(2)	HAB/LOTE OCU- PADADO 1 DOM/LOTE	HAB/LOTE OCU- PADADO 1 DOM/CA
ZC1	4,50	2.183	5.785	8.822
ZC2	3,50	7.014	18.587	25.557
ZCF	1,50	769	2.038	2.191
ZEIS II	2,50	3.393	8.991	11.015
ZEIS III	2,50	19.402	51.415	62.984
ZEIS IV	2,50	2	5	6
ZM	3,00	24.932	66.070	85.891
ZR1	1,20	9.534	25.265	26.023
ZR2	3,00	136.109	360.689	468.896
ZR3	3,00	2.137	5.663	7.362
ZRPA	0,20	1.034	2.740	2.411
ZT	2,75	13.105	34.728	43.844
<b>TOTAIS</b>		<b>219.614</b>	<b>581.977</b>	<b>745.002</b>

Elaborado: Consórcio Cidadania, 2024

Notas: 1 – Considerados terrenos com área inferior a 40ha; 2 – Sem distinção entre usos dos lotes.

### 2.2.3 Eixos temáticos - situação atual

Para cada um dos cinco eixos temáticos de desenvolvimento municipal: i) *eixo ambiental*; ii) *eixo territorial e uso do solo*; iii) *eixo de infraestrutura urbana, equipamentos e serviços públicos*; iv) *eixo socioeconômico e histórico-cultural* e v) *eixo institucional*, foram consideradas as principais questões do diagnóstico, por meio da análise das Condicionantes, Deficiências e Potencialidades (CDPs), a fim de se obter o **cenário atual** do desenvolvimento municipal de Uberlândia, apresentado nos quadros sínteses que seguem nos itens abaixo.

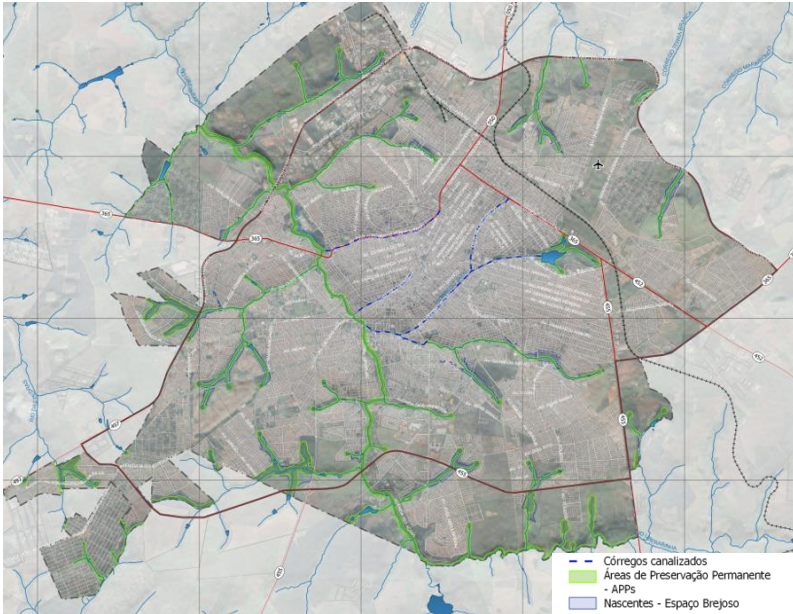
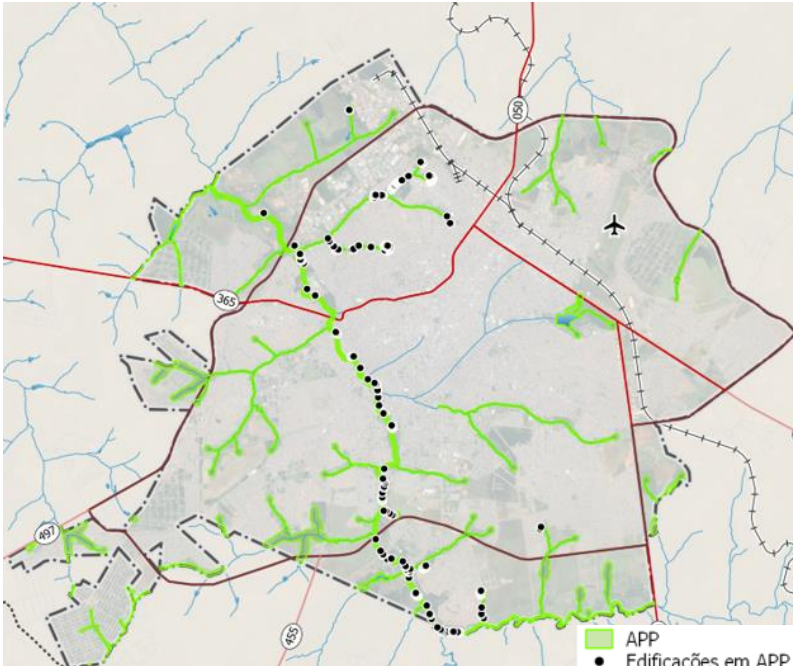
#### 2.2.3.1 Eixo Ambiental

O cenário ambiental atual do município de Uberlândia consiste em um território com características de relevo medianamente dissecado, com presença de vales encaixados e vertentes com pouco declive, apresentando vasta rede hídrica, em que se destacam os rios Araguari e Tijuco (bacia hidrográfica do rio Paraná) e o rio Uberabinha e seu afluente ribeirão Bom Jardim, sendo estes últimos os principais mananciais utilizados para o abastecimento de água da sede urbana. Porém, o uso intensivo do solo para o uso agrícola, com expansão de monoculturas, tem feito com que extensas áreas de campos hidromórficos estejam sendo drenadas. Situação agravada com a implantação dos reservatórios das usinas hidrelétricas (UHE Miranda e UHE Capim Branco), e as áreas do seu entorno utilizadas para o desenvolvimento de atividades turísticas, instalação de residências temporárias (veraneio) e diversos loteamentos com edificações construídas em APP. Na sede urbana, diversos córregos são canalizados, outros apresentam graus variados de degradação e ainda com suas áreas de preservação permanente (APPs) em grande parte inexistentes e/ou comprometidas com ocupação clandestina.

Os biomas do município de Uberlândia são o cerrado (maior parte do território) e a Mata Atlântica, sendo a cobertura por formação florestal no município pouco significativa e bastante fragmentada, perfazendo apenas 13% da área territorial. No entanto, o município dispõe de 16 áreas protegidas (correspondente a 8,20% do território) e da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (26% do território).

Cabe destacar que atualmente, a gestão municipal vem realizando diversos programas e ações visando a recuperação, conservação e preservação dos recursos naturais do Município.

**Quadro 1: Síntese do Eixo de Meio Ambiente – CENÁRIO ATUAL**

1	EIXO AMBIENTAL	
CENÁRIO ATUAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A1- Remanescentes florestais e áreas de veredas com potencial para implantação de parques, de vegetação fragmentada (com ocupação irregular).</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A2- APPs dos rios urbanos em processo de degradação, assoreamento, supressão da vegetação nativa, e ocupações irregulares.</li> </ul>	



1

**EIXO AMBIENTAL**

- A3- Solo rico em micaxisto, importante potencial como remineralizador de solo e lançamento do município como Polo Agromineral Verde.

**2.2.3.2 Eixo Territorial e Uso do Solo**

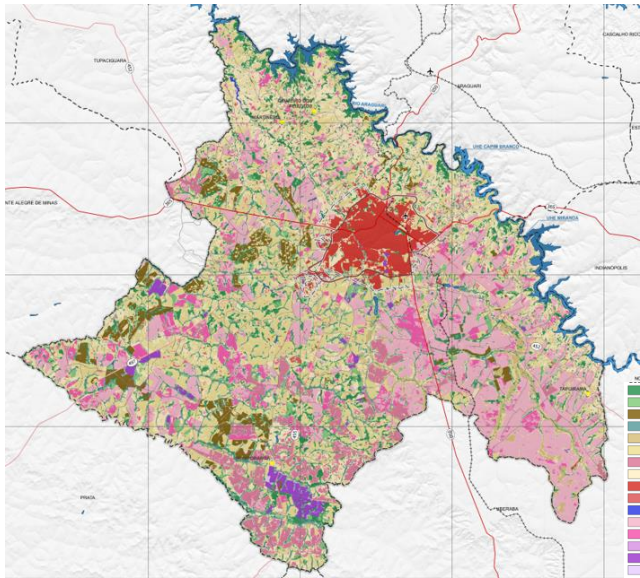
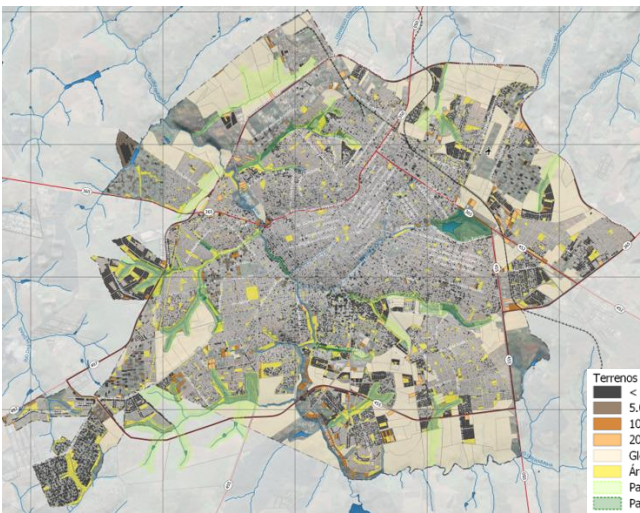
Atualmente, o território urbano de Uberlândia é composto pelo distrito sede e quatro distritos: Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia (ex-Martinópolis), Miraporanga (ex-Santa Maria) e Tapuirama. O zoneamento foi estabelecido pela Lei Complementar nº 525/2011 (UBERLÂNDIA, 2011) e sofreu diversas alterações posteriores, que refletem a necessidade de promover readequação e atualização das diretrizes urbanísticas do município, visando adaptar o planejamento às necessidades contemporâneas. O uso do solo urbano caracteriza-se pela concentração das áreas comerciais no setor central, embora nos últimos anos tenha ocorrido a consolidação dos subcentros em todos os setores da cidade. Há o predomínio de residências unifamiliares, com lotes entre 200m<sup>2</sup> e 300m<sup>2</sup>; e processo de verticalização (mais consolidada na área central), porém, em expansão em todos os setores da cidade e crescente implantação de loteamentos fechados, fator que, em alguns casos prejudica a continuidade do sistema viário. Ao norte há o distrito industrial parcialmente consolidado e a implantação do centro empresarial na região leste. Ainda, destaca-se a presença de chácaras no perímetro urbano e na zona de expansão urbana.

Com relação aos vazios urbanos, cerca de 17% dos lotes inseridos no perímetro urbano da sede não estão ocupados e de glebas (áreas não parceladas), com área superior a 40.000m<sup>2</sup> que correspondem a cerca de 26% das áreas urbanas da sede de Uberlândia localizadas em áreas mais afastadas da porção central próximas ao limite do perímetro urbano. Assim, a cidade possui cerca de 40% de áreas urbanas não ocupadas (lotes vazios e áreas não parceladas). Os vazios urbanos acabam trazendo alguns entraves para o desenvolvimento urbano, especialmente a especulação imobiliária, que onera o valor da terra e impossibilita o cumprimento da função social da terra, além da geração de gastos públicos com manutenção e implantação de infraestrutura viária. Desse modo, o ordenamento territorial deve visar o máximo aproveitamento dos espaços ociosos passíveis de ocupação, a fim de aproveitar a infraestrutura instalada e otimizar a instalação de novos arruamentos, contíguos aos existentes.

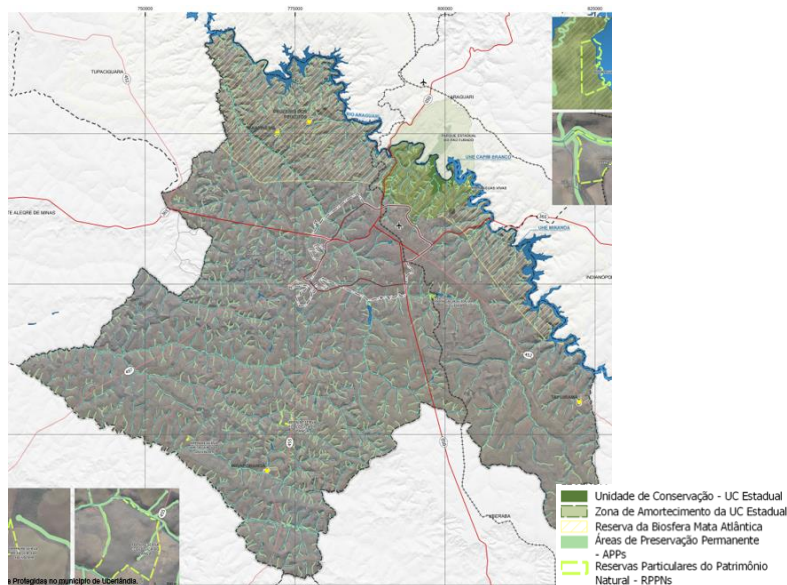
Outra problemática municipal relaciona-se aos loteamentos clandestinos (implantados sem aprovação do poder público municipal) e assentamentos, estando a maioria na zona rural 155 na área rural e 37 urbanos. Os loteamentos irregulares dispersos na área rural estão concentrados ao longo das margens do Rio Araguari, nas proximidades dos reservatórios da UHE Capim Branco e UHE Miranda, caracterizados em sua maioria por sítios/chácaras de recreio e nas proximidades das rodovias que cortam o município. Ainda, registra-se uma área de assentamento rural, às margens do reservatório da UHE Miranda, denominado de

Movimento Sem Terra Cruz Branca, extremamente precária em termos de infraestrutura urbana e sanitária.

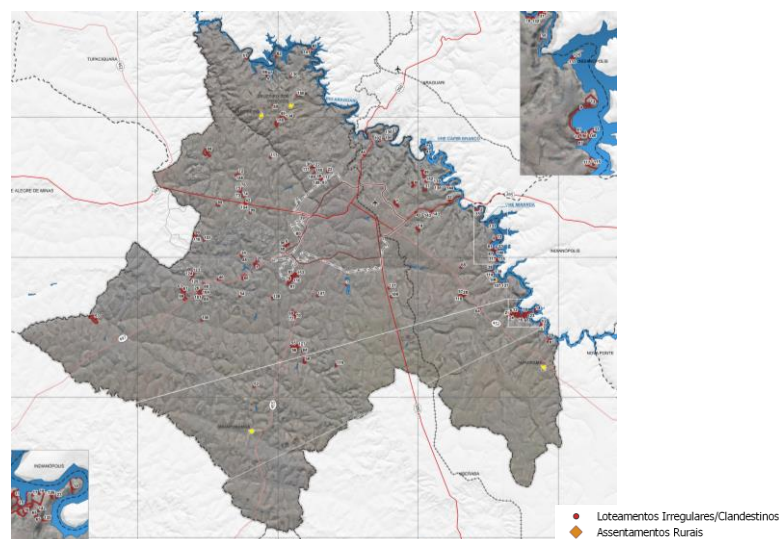
Quadro 2: Síntese do Eixo Territorial e Uso do Solo – CENÁRIO ATUAL

2	EIXO TERRITORIAL E USO DO SOLO	
CENÁRIO ATUAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>A4- Uso do solo rural com agricultura intensiva (extensas áreas de campos hidromórficos sendo drenadas) e pecuária.</li> </ul>	 <p>Legenda:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Formação Florestal</li> <li>Formação Savânica</li> <li>Silvicultura</li> <li>Campo Alagado e Área Pantanosa</li> <li>Formação Campestre</li> <li>Pastagem</li> <li>Cana</li> <li>Mosaico de Usos</li> <li>Área Urbanizada</li> <li>Outras Áreas não Vegetadas</li> <li>Rio, Lago e Oceano</li> <li>Soja</li> <li>Outras Lavouras Temporárias</li> <li>Café</li> <li>Canus</li> <li>Outras Lavouras Perenes</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>A5- Expressiva quantidade de vazios urbanos na sede urbana.</li> </ul>	 <p>Legenda:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Terrenos Vazios <ul style="list-style-type: none"> <li>&lt; 5.000 m<sup>2</sup></li> <li>5.000- 10.000 m<sup>2</sup></li> <li>10.000 - 20.000 m<sup>2</sup></li> <li>20.000 - 40.000 m<sup>2</sup></li> <li>Glebas (&gt; 40.000 m<sup>2</sup>)</li> </ul> </li> <li>Áreas Públicas</li> <li>Parques Lineares Previstos</li> <li>Parques Municipais Existentes</li> </ul>

- A6- Implantação de novos loteamentos em áreas não propícias à expansão da ocupação urbana (setor leste) – zona de amortecimento do Parque Estadual Pau Furado.



- A7- Expressiva quantidade de áreas públicas invadidas, invasões de terra na área rural e processos de regularização fundiária morosos.



### 2.2.3.3 Eixo de Infraestrutura Urbana, Equipamentos e Serviços Públicos

O sistema viário municipal de Uberlândia destaca-se por ser um importante entroncamento rodoviário. Contudo, atualmente, pela falta de conclusão do Anel Viário Sul, há tráfego rodoviário de passagem pelas vias urbanas, o que causa conflitos com o tráfego local. A infraestrutura da malha viária urbana é bastante organizada, com importantes vias planejadas e classificadas em coletoras, arteriais e de ligação que possibilitam eficiência nos deslocamentos viários. O município dispõe de ramais ferroviários na região norte, leste e nordeste (próximos ao Distrito Industrial e Aeroporto), exclusivo para cargas e aeroporto com grande capacidade de transporte de passageiros.

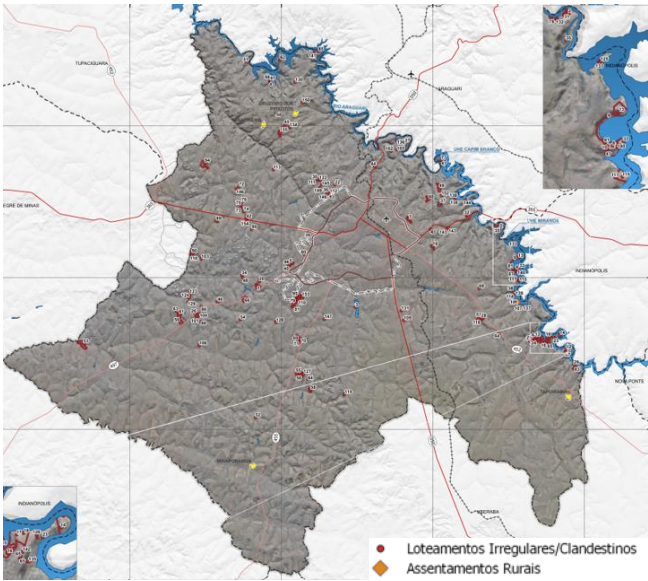
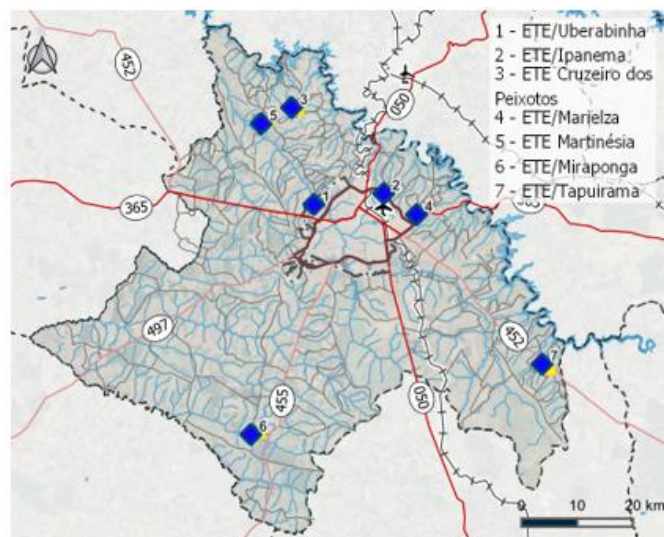
Apesar da decrescente taxa de motorização nos últimos 10 anos, Uberlândia detém a segunda maior frota de veículos do Estado e verifica-se queda na demanda por usuários de transporte coletivo, ainda que existam corredores de transporte do tipo BRT (com caneleta exclusiva),

um sistema tronco-alimentador que permite o deslocamento por diversas áreas do município, pagando apenas uma tarifa e oito terminais de integração do transporte coletivo. A rede cicloviária se apresenta insuficiente, com rotas descontínuas e com escassez de infraestrutura.

Os equipamentos e serviços públicos de Uberlândia, caracterizados pela oferta de educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e lazer de maneira geral possuem disponibilidade e atendimento adequados. A cidade dispõe da Universidade Federal de Uberlândia, ampla rede de ensino fundamental, porém, com insuficiência na distribuição de unidades de ensino infantil e ensino médio. Apresenta ampla rede de saúde, com diversidade de especialidades médicas e hospital de referência nacional no município. Presença de múltiplos equipamentos de atendimento social à comunidade, assim como de equipamentos de cultura, esporte e lazer, à exceção de distribuição nos distritos, uma vez que estes últimos se concentram na região central da cidade.

O saneamento básico, considerando abastecimento de água, possuem cobertura a 100% dos domicílios residenciais urbanos (com três pontos de captação de água, sendo dois na bacia do Rio Uberabinha e um na bacia do Rio Araguari), à exceção das áreas de ocupações clandestinas que tem fornecimento de água de forma precária. O sistema de esgotamento sanitário abrange 80% da população. O restante não atendido divide-se entre áreas irregulares em processo de regularização e moradores de condomínios com fossas sépticas, que totalizam cerca de 1500 imóveis, sem considerar as áreas irregulares. Os loteamentos sem atendimento por rede de esgoto estão localizados principalmente nas porções sudoeste nordeste e oeste da área urbana. Os sistemas de drenagem urbana atendem a 46% das vias públicas, mas se apresentam deficitários, sobretudo em áreas mais periféricas da cidade. Diversas intervenções diretas ocorreram sobre os cursos d'água ao longo dos anos, para aproveitamento por represas de usinas hidroelétricas e sistema viário, com a realização de retificações, canalizações e ocupações em APP, o que resultou em problemas de amortecimento das vazões extremas e, por conseguinte, áreas sujeitas à inundação e alagamentos. O município tem realizado monitoramentos, implantado parques lineares e alguns dispositivos de retenção (bolsões), para prevenir ou mitigar os efeitos das causas de alagamento e inundações, além da previsão de estruturação de bacias de contenção. Quanto aos resíduos sólidos o município tem atendimento adequado e também dispõe de coleta seletiva. O Aterro Sanitário localiza-se ao lado da ETE Uberabinha para onde lança o chorume gerado, comprometendo a capacidade da citada ETE.

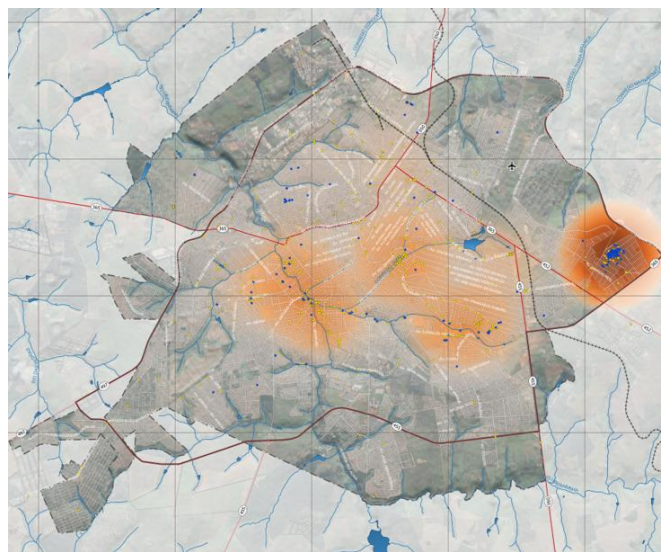
Quadro 3: Síntese do Eixo de Infraestrutura urbana, equipamentos e serviços públicos - CENÁRIO ATUAL

3	EIXO INFRAESTRUTURA URBANA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>A8- Demanda no abastecimento público de água rural além da capacidade prevista, sobretudo, agravada pelos loteamentos clandestinos na área rural (população flutuante).</li> </ul>	 <p>● Loteamentos Irregulares/Clandestinos ◆ Assentamentos Rurais</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>A9- A capacidade da ETE Uberabinha acaba sendo reduzida pelo recebimento dos grandes volumes de efluentes gerados pelo Aterro Sanitário.</li> </ul>	 <p>1 - ETE/Uberabinha 2 - ETE/Ipanema 3 - ETE Cruzeiro dos Peixotos 4 - ETE/Marielza 5 - ETE Martinésia 6 - ETE/Miraponga 7 - ETE/Tapuirama</p>

3

EIXO INFRAESTRUTURA URBANA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

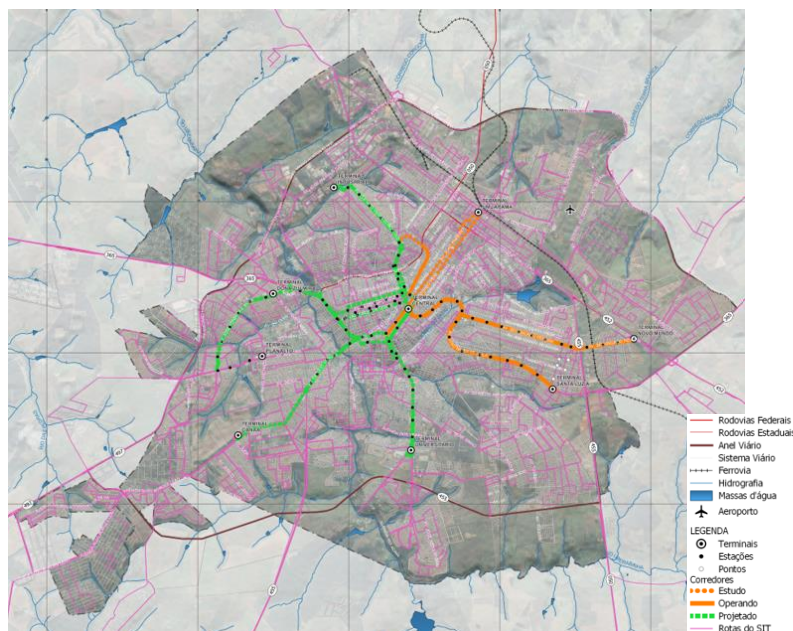
- A10- Insuficiência no sistema de drenagem urbana atual, muitos rios canalizados e áreas centrais impermeabilizadas levam a problemas de alagamentos, entre outros.



- A11- Utilização equivocada dos PEVs pela população, com descartes inadequados e sem a separação correta dos resíduos.

CENÁRIO ATUAL

- A12- Grande frota de veículos no município, conflito de tráfego de veículos de carga em área urbana (falta do Anel Viário Sul), altos índices de acidentes de trânsito (apesar da eficiente no sistema de planejamento viário), além de insuficiência de vagas de estacionamento na cidade.

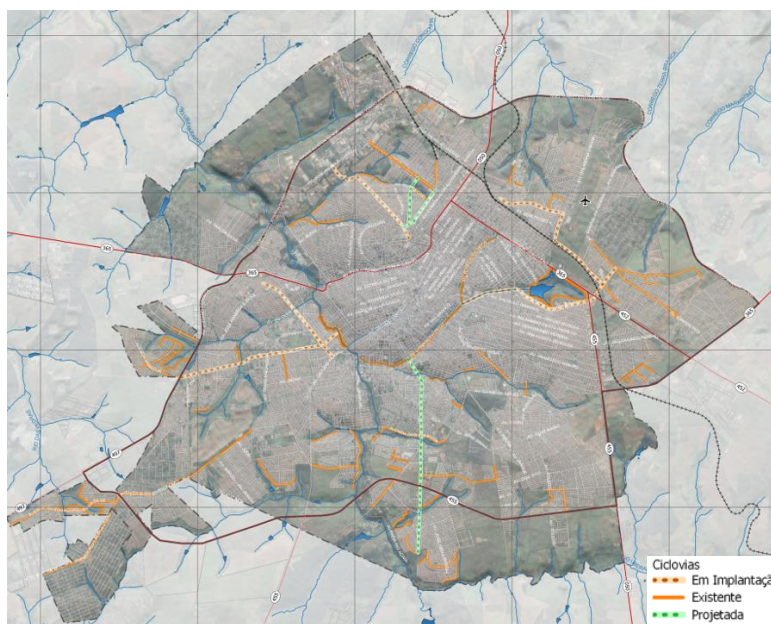


- A13- Diminuição na demanda e no interesse popular pelo modal de transporte coletivo, apesar da existência de corredores de transporte do tipo BRT (com caneleta exclusiva), além de pontos de ônibus sem padronização e cobertura (para o sol e intempéries).

3

**EIXO INFRAESTRUTURA URBANA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

- A14- Insuficiência de rede cicloviária, com desconexão entre rotas e escassez de infraestrutura.



- A15- Disponibilidade e atendimento adequado para os equipamentos educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e lazer, porém, com insuficiência na distribuição de unidades de ensino infantil e ensino médio. Município dispõe da Universidade Federal de Uberlândia e de hospital de referência nacional.

**2.2.3.4 Eixo Socioeconômico e Histórico-Cultural**

O município de Uberlândia detém forte incremento populacional com altas taxas de crescimento, muito superior aos municípios da Região Imediata e quase o dobro do Estado de Minas Gerais, com média de crescimento anual projetada (com base nos últimos 20 anos), de 1,48% a.a., resultando em 850.921 habitantes como projeção populacional para o ano de 2035.

As atividades econômicas de destaque estão no setor de comércio e serviços, com cerca de 75,7% do total de estabelecimentos econômicos. Apesar de Uberlândia ter perdido representatividade regional na empregabilidade para Araguari, Indianópolis e Tupaciguara ainda detém sozinho (43%) dos vínculos formais registrados no setor primário, 75% no setor secundário e 84% no setor terciário, evidenciando sua importância para o desenvolvimento econômico do entorno. Ainda, o município tem se destacado no cenário nacional imobiliário, com crescimento na produção de empreendimentos verticais, voltado à classe média e alta.

O potencial turístico destaca-se pelos atrativos naturais, como cachoeiras e corredeiras, além dos reservatórios das usinas hidrelétricas (UHE Miranda e UHE Capim Branco), que acabaram se tornando um atrativo para o desenvolvimento de atividades turísticas e também de problemas fundiários, com o surgimento de muitas chácaras de recreio, casas de veraneio e loteamentos irregulares, além de problemas de infraestruturas de acesso.

Atualmente existem 20 edificações tombadas no município de Uberlândia, com potencial turístico, sendo a maior parte delas localizadas no centro do município o que facilita a criação de uma rota turística-cultural. Contudo, há carência na manutenção dessas edificações. Também se evidencia a descaracterização do patrimônio histórico-cultural em alguns locais da sede urbana, como no bairro Patrimônio e bairro Fundinho, o qual se trata do primeiro núcleo urbano de Uberlândia, do início do século XIX, ocorrendo verticalização, renovação dos usos, reformas e adaptações nas edificações.

**Quadro 4: Síntese do Eixo Socioeconômico e Histórico-cultural – CENÁRIO ATUAL**

4	EIXO SOCIOECONÔMICO E HISTÓRICO-CULTURAL	
CENÁRIO ATUAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A16- Forte incremento populacional com altas taxas de crescimento muito superior aos municípios da Região Imediata e quase o dobro do Estado de Minas Gerais.</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A17- Uberlândia se destaca regionalmente, sendo importante para o desenvolvimento econômico do entorno e geração de empregos formais.</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A18- Destaque de Uberlândia no cenário nacional imobiliário (empreendimento verticais), apesar destes estarem voltados à classe média e alta.</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A19- Existência de importantes atrativos naturais (cachoeiras e corredeiras) e atividades turísticas nos reservatórios das usinas hidrelétricas (UHE Miranda e UHE Capim Branco), que trouxe também problemas</li> </ul>	

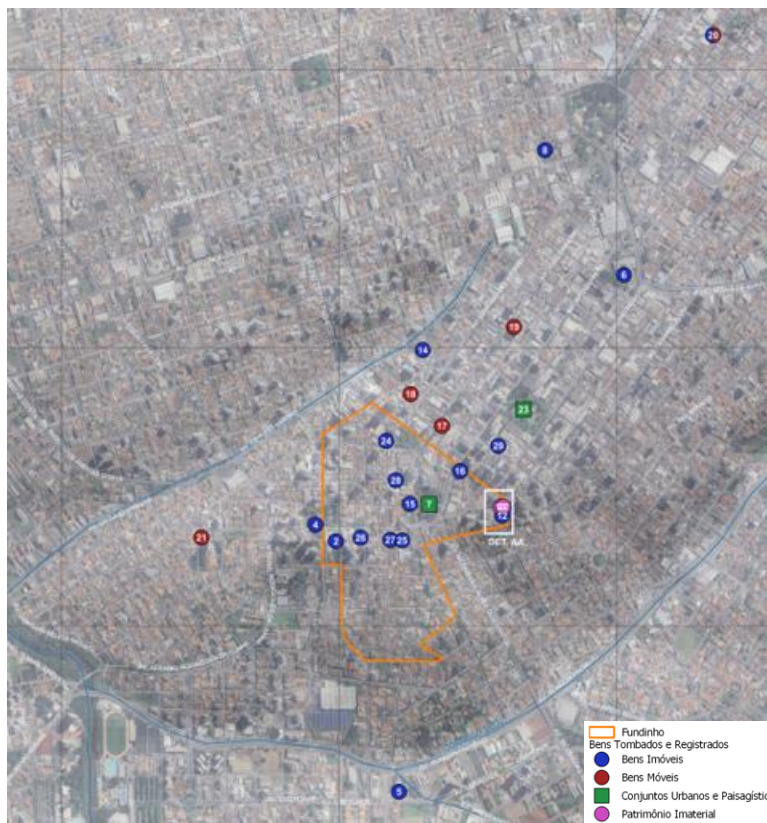


4

EIXO SOCIOECONÔMICO E HISTÓRICO-CULTURAL

funditários e de  
infraestruturas de acesso.

- A20- Edificações tombadas apresentam carência em sua manutenção, além da descaracterização de edificações históricas.



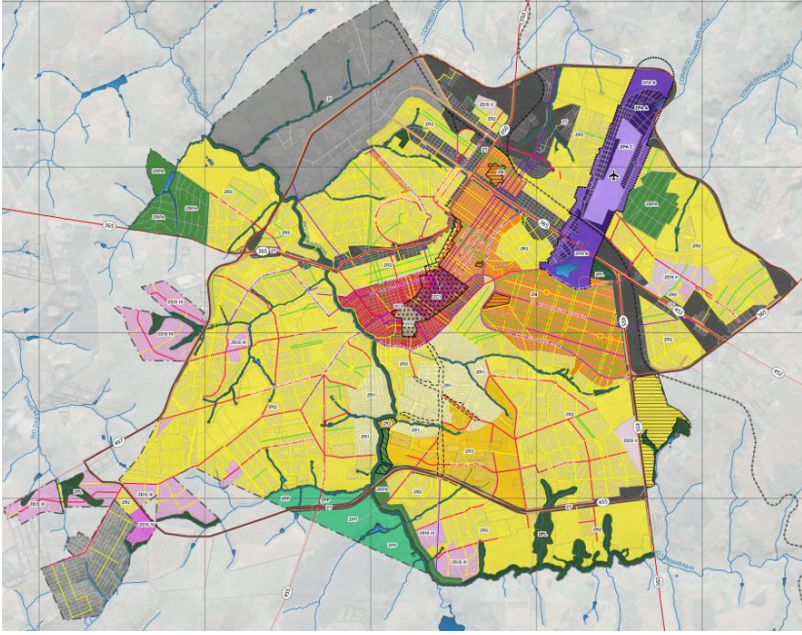
### 2.2.3.5 Eixo Institucional

O predomínio das receitas municipais está nas transferências correntes (57%), representando margem de manobra financeira do município em relação às receitas próprias (23,5%). Apesar do caráter operacional da administração pública, isto é, “pouco investidora” estima-se capacidade média futura de endividamento para os próximos 10 anos, o que aponta capacidade para novos investimentos.

Merece destaque o quadro técnico da administração pública municipal pela sua qualificação técnica e uso da tecnologia, especialmente nas áreas de saúde e educação.

No tocante aos aspectos legais, após a aprovação do Plano Diretor, no ano de 2006, verificaram-se inúmeras alterações na Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação e na Lei de Parcelamento do Solo, o que provocou inconsistências devido à falta de estudos e análises gerais sobre todos os aspectos que devem contemplar um Plano Diretor, além de que as normas de planejamento urbano requerem objetividade e devem ser pensadas para cidade como um todo, sem no entanto, ficar sendo adequadas sempre que surgirem nova demanda.

Quadro 5: Síntese do Eixo Institucional – CENÁRIO ATUAL

5	EIXO INSTITUCIONAL	
CENÁRIO ATUAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A21- Existência de quadro técnico bastante qualificado na estrutura administrativa</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A22- Apesar do caráter operacional, isto é, “pouco investidor” da administração pública, estima-se capacidade média futura de endividamento para os próximos 10 anos, o que aponta capacidade para novos investimentos.</li> </ul>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A23- Inconsistências provocadas pelas inúmeras alterações pontuais nas leis de Zoneamento do Uso e Ocupação e de Parcelamento do Solo, as quais deveriam ocorrer dentro da revisão do Plano Diretor e não quando surgissem novas demandas.</li> </ul>	

## 2.3 CENÁRIO TENDENCIAL

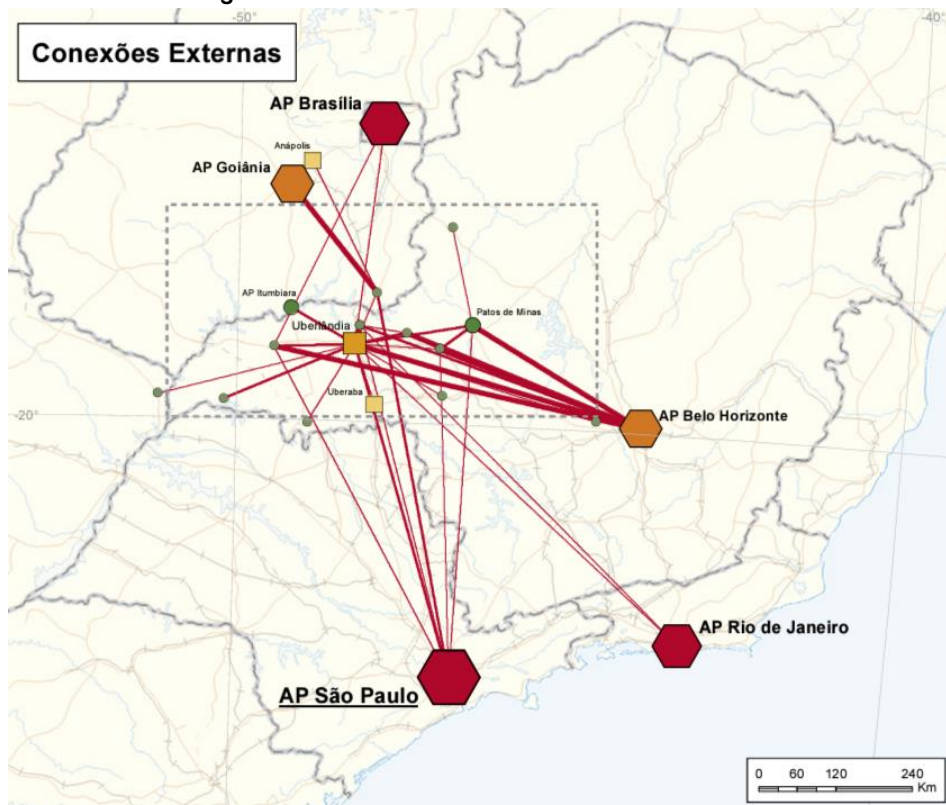
O **cenário tendencial** tem sua constituição derivada da interação das condicionantes ambientais e antrópicas do cenário atual ao longo dos próximos anos, insto é, considerando a manutenção das situações existentes no decorrer dos anos subsequentes, sem mudanças ou intervenções significativas e, sobretudo, sem um novo zoneamento.

### 2.3.1 Projeção populacional

De acordo com dados apresentados no Diagnóstico, o cálculo da população populacional de Uberlândia para 2035 foi elaborado a partir da média de crescimento anual entre os censos de 2000 e 2010: população em 2000= 501.214 hab e em 2010 = 604.013. Essa média foi de 1,68%/aa. Da mesma forma calculou-se a média de crescimento anual entre os censos de 2010 e 2022: população em 2010= 604.013 e 2022= 713.224. Essa média foi de 1,29%. Assim, a média do crescimento populacional de Uberlândia no período de 2000 a 2022 foi de 1,48%. Aplicando esse percentual anual para 2035 (13 anos), obtém-se um crescimento percentual de 19,305%, que resultam em **850.921 habitantes como projeção populacional**.

Em um horizonte de pouco mais de 10 anos, tendo a projeção populacional estimada, vislumbra-se uma população acima de 800 mil habitantes e, portanto, Uberlândia possa ser enquadrada pelo IBGE na categoria de Capital Regional A, além de já apresentar uma rede de influência externa, abrangendo municípios do Estado de Goiás, Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro, além de Belo Horizonte (Figura 5).

Figura 5: Rede de influência externa de Uberlândia



Fonte: Rede de Influência das Cidades, IBGE, 2018.

### 2.3.2 Simulação da ocupação do zoneamento vigente

Para o estudo de saturação do zoneamento vigente, isto é, da ocupação populacional tendencial ao longo dos anos, considerando-se como tendência a ocupação unifamiliar dos lotes vazios de cada zona urbana, destinada ao uso habitacional e do parcelamento das glebas inseridas na área urbana, sem qualquer alteração no zoneamento vigente e sem considerar a dinâmica de verticalização, elaboraram-se os cálculos detalhados na Tabela 3, abaixo.

As variáveis consideradas nos cálculos foram as seguintes: coeficiente de aproveitamento (CA), lote mínimo, número de lotes ocupados (considerando uma subdivisão entre as áreas da seguinte forma: i) áreas menores que 5.000m<sup>2</sup>; ii) áreas entre 5.000m<sup>2</sup> e 10.000m<sup>2</sup>; iii) áreas entre 10.000m<sup>2</sup> e 20.000m<sup>2</sup>; iv) áreas entre 20.000m<sup>2</sup> e 40.000m<sup>2</sup> e v) áreas acima de 40.000m<sup>2</sup>) e número de lotes vazios. No cálculo das áreas das glebas, foram descontadas as áreas institucionais estabelecidas na Lei de Parcelamento do Solo Urbano, na proporção de 17% para glebas com áreas de até 40.000m<sup>2</sup> e de 37% para aquelas com áreas superiores aos 40.000m<sup>2</sup>.

Foram simuladas 2 alternativas, considerando a média de moradores por domicílio de 2,65 (IBGE, 2022). A alternativa 1 considerou a existência de 1 (um) domicílio para cada lote vazio e o CA igual a 1. Já a Alternativa 2 considerou 15% dos lotes vazios com o respectivo CA máximo daquela zona para obtenção do número de ocupações, conforme fórmulas a seguir:

- Nº habitantes Alternativa 1 = nº lotes x CA 1 (1,00) x 2,65
- Nº habitantes Alternativa 2 = (nº lotes x 0,15 x CA máximo x 2,65) + (nº lotes x 0,85 x CA 1 (1,00) x 2,65)

Na Alternativa 1 simulada (com CA 1), a ocupação populacional estimada para os lotes vazios e novos lotes foi de 344.491 habitantes e na Alternativa 2 simulada (CA máximo) foi de 441.893 habitantes. Ou seja, para a Alternativa 1 simulada, em que apenas é considerada a população atual (713.224 habitantes) mais o acréscimo simulado com CA 1 (344.491 habitantes) tem-se uma população total de **1057.715 habitantes**. E para a Alternativa 2 simulada, tem-se uma população total de **1.155.117 habitantes**.

Tabela 3: Saturação estimada (tendencial) para cada zona – zoneamento vigente

ESTUDO DE SATURAÇÃO DO ZONEAMENTO VIGENTE - CENÁRIOS CONSIDERANDO SOMENTE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR																		
ZONA	CA	LOTE MÍN (m²)	Nº LOTES MENORES QUE 5.000 m²	Nº LOTES ENTRE 5.000 E 10.000 m²	Alternativa 1		Alternativa 2		ÁREA LOTES ENTRE 10.000 E 20.000 m²	ÁREA LOTES ENTRE 20.000 E 40.000 m²	ÁREA LOTES ACIMA DE 40.000 m²	-0,37	-0,17	Nº LOTES	CENÁRIO 1		CENÁRIO 2	
					HAB/LOTE VAZIO 1 DOM/LOTE	HAB/LOTE VAZIO 1 DOM/CA	Considera 2,65 habitantes por domicílio e 1 domicílio por lote vazio	Considera 2,65 habitantes por domicílio e 1 domicílio por CA							HAB/LOTE VAZIO 1 DOM/LOTE	HAB/LOTE VAZIO 1 DOM/CA	Considera 2,65 habitantes por domicílio e 1 domicílio por lote vazio	Considera 2,65 habitantes por domicílio e 1 domicílio por CA
ZC1	4,50	250	58	3	162	247	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0	
ZC2	3,50	250	537	2	1.428	1.964	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0	
ZCF	1,50	250	34		90	97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0	
ZEIS II	2,50	200	6		16	19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0	
ZEIS III	2,50	200	6.123	18	16.274	19.935	201.492,93	34.225,00	44.720,05	28.173,63	195.645,88	1.119	2.966	3.633				
ZEIS IV	2,50	200			0	0	0,00	688.056,57	433.475,64	0,00	2.167	5.744	7.036					
ZM	3,00	360	2.292	13	6.108	7.941	50.711,72	0,00	65.886,42	41.508,44	42.090,73	232	615	800				
ZR1	1,20	360	2.572	9	6.840	7.045	29.168,92	121.465,30	0,00	0,00	125.026,40	347	920	948				
ZR2	3,00	250	20.885	195	55.862	72.621	890.873,88	641.992,90	24.826.062,03	15.640.419,08	1.272.279,43	67.651	179.275	233.057				
ZR3	3,00	360	1.441	17	3.864	5.023	67.013,32	77.329,30	3.529.773,45	2.223.757,27	119.804,38	6.510	17.251	22.427				
ZRPA	0,20	5000	82	190	721	634	338.457,70	0,00	0,00	0,00	280.919,89	56	149	131				
ZT	2,75	250	3.489	19	9.296	11.736	216.301,63	401.065,10	4.713.864,88	2.969.734,88	512.414,39	13.929	36.911	46.600				
<b>TOTAIS</b>			<b>37.519</b>	<b>466</b>	<b>100.660</b>	<b>127.262</b>								<b>92.011</b>	<b>243.830</b>	<b>314.631</b>		

TOTAIS	
Alternativa 1	344.491
Alternativa 2	441.893

Elaborado: Consórcio Cidadania, 2024

### 2.3.3 Eixos temáticos - situação tendencial

Da mesma forma que para o cenário atual, foram considerados os 05 (cinco) eixos temáticos de desenvolvimento municipal e sistematizados para cada um deles os resultados do cenário tendencial, conforme os quadros-síntese abaixo, de maneira que fossem mantidas as ações atuais da administração pública municipal ao longo dos anos, com nenhuma ou poucas intervenções e sem um novo zoneamento e plano diretor municipal. Desse modo, as situações do cenário atual tenderiam, ao longo dos anos, a se manter ou mesmo a piorar.

Quadro 6: Síntese do Eixo de Meio Ambiente – CENÁRIO TENDENCIAL

1		EIXO AMBIENTAL	
		CENÁRIO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL
CENÁRIO TENDENCIAL		<ul style="list-style-type: none"> <li>A1- Quantidade de parques municipais e urbanos insuficientes, além de vegetação fragmentada (com ocupação irregular).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>T1- Sem a efetiva implementação de ações, instrumentos e planejamentos de ordenamento territorial, as condições e problemas ambientais da vegetação e áreas verdes do município tendem a aumentar e piorar, uma vez que há projeções de incremento populacional e, por conseguinte, menos áreas aptas à ocupação propiciando novas ocupações irregulares.</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>A2- APPs dos rios urbanos em processo de degradação, erosões, desmatamentos, pastagens e ocupações irregulares.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>T2- Um Sistema de Informações Geográficas (SIG) efetivo funciona à medida que sejam realizadas constantes atualizações, com visitas in loco, monitoramento e fiscalizações, com atuações integradas das diversas secretarias municipais. No caso das APPs de Uberlândia tal efetividade não tem sido alcançada pela dinâmica de crescimento urbano, pelo pouco controle preventivo e/ou remediativo, o que tende para que as áreas de APPs em processo de degradação continuem existindo ou aumentando, com novos focos de ocupações irregulares e crescimento de áreas de plantios e pastagens avançando sobre elas.</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>A3- Solo rico em micaxisto, importante potencial como remineralizador de solo e lançamento do município como Polo Agromineral Verde.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>T3- Apesar dos esforços do poder público e de parcerias técnicas com o Serviço Geológico do Brasil, sobre o solo rico em micaxisto a tendência é a de que, por similaridade com demais estudos e potencialidades municipais, não se avance em termos práticos e saiam os projetos do papel, uma vez que se necessitam planejamentos estratégicos e ações efetivas para se alcançar o objetivo desejado.</li> </ul>

Quadro 7: Síntese do Eixo Territorial e Uso do Solo – CENÁRIO TENDENCIAL

2		EIXO TERRITORIAL E USO DO SOLO	
		CENÁRIO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL
CENÁRIO TENDENCIAL	• A4- Uso do solo rural com agricultura intensiva (extensas áreas de campos hidromórficos sendo drenadas) e pecuária	• T4- Caso não sejam efetivadas ações e políticas públicas específicas a tendência será a expansão do uso intensivo agrícola do solo rural em áreas de campos hidromórficos e também de pastagens, em detrimento de áreas de vegetação natural, como já vem ocorrendo.	
	• A5- Expressiva quantidade de vazios urbanos na sede urbana	• T5- Sem um robusto SIG, implementação de políticas públicas, instrumentos do Estatuto da Cidade que compõe o PDM e do próprio zoneamento atualizado e condizente com a realidade projetada para um horizonte de 10 anos de crescimento, o município continuará tendo dificuldades em gerenciar efetivamente o ordenamento territorial e a ocupação planejada dos vazios urbanos da sede.	
	• A6- Implantação de novos loteamentos em áreas não propícias à expansão da ocupação urbana (setor leste) – zona de amortecimento de UC	• T6- Sem um adequado ordenamento territorial, atualização da lei de perímetro urbano e parcelamento do solo, com indicação e aplicação das penalidades legais, a tendência será o crescimento de novos loteamentos em locais inadequados e avançando sobre a zona de amortecimento de UC (setor leste).	
	• A7- Expressiva quantidade de áreas públicas invadidas, invasões de terra na área rural e processos de regularização fundiária morosos.	• T7- A elevada vulnerabilidade social de segmentos relevantes da população atrelada a insuficiência de políticas assistenciais efetivas, empregabilidade e morosidade nas questões fundiárias, levam à informalidade e busca por habitabilidade às margens da lei, gerando invasão de áreas públicas e terras rurais, fora do perímetro urbano constituído legalmente, cuja tendência é aumentar ainda mais, visto o crescimento populacional projetado.	

**Quadro 8: Síntese do Eixo de Infraestrutura urbana, equipamentos e serviços públicos - CENÁRIO TENDENCIAL**

3		<b>EIXO INFRAESTRUTURA URBANA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS</b>	
		CENÁRIO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL
<b>CENÁRIO TENDENCIAL</b>		<ul style="list-style-type: none"> <li>A8- Demanda no abastecimento público de água rural além da capacidade prevista, sobretudo, agravada pelos loteamentos clandestinos na área rural (população flutuante).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>T8- Tendo em vista a insuficiência municipal no controle fundiário para o surgimento de novos loteamentos clandestinos, o município acaba adotando medidas emergenciais e pontuais para resolver problemas urgentes de forma isolada e muitas vezes sem efetividade à longo prazo, a tendência é o agravamento da situação da demanda por abastecimento público de água, por essa população flutuante (área rural).</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>A9- A capacidade da ETE Uberabinha acaba sendo reduzida pelo recebimento dos grandes volumes de efluentes gerados pelo Aterro Sanitário.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>T9- Caso não seja minimizada a geração de resíduos e conseqüentemente de efluentes do Aterro Sanitário a tendência é o comprometimento da capacidade da ETE Uberabinha e a redução de sua vida útil ao longo dos anos, somada ao crescimento esperado da população.</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>A10- Insuficiência no sistema de drenagem urbana atual, muitos rios canalizados e áreas centrais impermeabilizadas levam a problemas de alagamentos, entre outros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>T10- Tendência de crescimento nos problemas de drenagem urbana, que levam também ao aumento de problemas de alagamentos, os quais já se fazem presentes, considerando a previsão de crescimento populacional, a insuficiência na implementação futura da infraestrutura de drenagem e a crescente impermeabilização do solo, além de novas intervenções nos cursos naturais dos rios urbanos, que acabam ocorrendo de forma ilegal e sem o devido licenciamento ambiental.</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>A11 -Utilização equivocada dos PEVs pela população, com descartes inadequados e sem a separação correta dos resíduos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>T11- Apesar do município possuir Programa de Coleta Seletiva e Políticas de Educação Ambiental, a população ainda não se conscientizou sobre a importância da separação dos recicláveis e do adequado uso dos PEVs, tendendo à piora na utilização destes com descartes inadequados.</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>A12- Grande frota de veículos no município, conflito de tráfego de veículos de carga em área urbana (falta do Anel Viário Sul), altos índices de acidentes de trânsito (apesar da eficiente no sistema de planejamento viário), além de insuficiência de vagas de estacionamento na cidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>T12- Tendo em vista a finalização já prevista das obras do anel viário nos próximos anos a tendência é a minimização do conflito de tráfego pesado de caminhões na área urbana. Já para os altos índices de acidentes e insuficiência de vagas de estacionamento na cidade a tendência é a piora da situação uma vez que se faz crescente a frota de veículos no município.</li> </ul>



3		EIXO INFRAESTRUTURA URBANA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>A13- Diminuição na demanda e no interesse popular pelo modal de transporte coletivo, apesar da existência de corredores de transporte do tipo BRT (com canaleta exclusiva), além de pontos de ônibus sem padronização e cobertura (para o sol e intempéries).</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>T13- O transporte público é estruturado por corredores de transporte do tipo BRT (com canaleta exclusiva) e verifica-se eficiência no sistema, cuja tendência é a continuidade do sistema existente, assim como dos problemas físicos dos pontos de ônibus (padronização e cobertura).</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>A14- Insuficiência de rede cicloviária, com desconexão entre rotas e escassez de infraestrutura.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>T14- Tendência de manutenção ou piora na insuficiência da cobertura da rede cicloviária, com desconexão entre rotas e escassez de infraestrutura.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>A15- Disponibilidade e atendimento adequado para os equipamentos educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e lazer, porém, com insuficiência na distribuição de unidades de ensino infantil e ensino médio. Município dispõe da Universidade Federal de Uberlândia e de hospital de referência nacional.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>T15- O adequado atendimento dos equipamentos urbanos de ensino, educação, saúde, assistência social, esporte, cultura e lazer, tenderão a continuar com ampla cobertura e eficiência. Porém para as porções mais periféricas da cidade e alguns distritos a tendência é a saturação gradativa de suas capacidades.</li> </ul>

**Quadro 9: Síntese do Eixo Socioeconômico e Histórico-cultural – CENÁRIO TENDENCIAL**

4		EIXO SOCIOECONÔMICO E HISTÓRICO-CULTURAL	
	CENÁRIO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL	
CENÁRIO TENDENCIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>A16- Forte incremento populacional com altas taxas de crescimento muito superior aos municípios da Região Imediata e quase o dobro do Estado de Minas Gerais.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>T16- Tendência de incremento populacional com projeção de elevadas taxas de crescimento ao longo dos próximos anos.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>A17- Uberlândia se destaca regionalmente, sendo importante para o desenvolvimento econômico do entorno e geração de empregos formais.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>T17- A tendência é a de que Uberlândia continue se destacando no cenário econômico regional e na empregabilidade formal.</li> </ul>

4	EIXO SOCIOECONÔMICO E HISTÓRICO-CULTURAL	
CENÁRIO TENDENCIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>A18- Destaque de Uberlândia no cenário nacional imobiliário (empreendimento verticais), apesar destes estarem voltados à classe média e alta.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>T18- Tendência de crescimento no cenário imobiliário (empreendimentos verticais), acompanhando o panorama nacional e o aquecimento da construção civil.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>A19- Existência de importantes atrativos naturais (cachoeiras e corredeiras) e atividades turísticas nos reservatórios das usinas hidrelétricas (UHE Miranda e UHE Capim Branco), que trouxe também problemas fundiários e de infraestruturas de acesso.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>T19- Caso a administração pública não promova a regulamentação e fiscalização dos atrativos naturais e entorno dos reservatórios, assim como, efetive parcerias público-privadas que resultem em ações de estruturação desse atrativos (reservatório, cachoeiras e corredeiras) a tendência será o aumento de usos inadequados e ações clandestinas.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>A20- Edificações tombadas apresentam carência em sua manutenção, além da descaracterização de edificações históricas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>T20- A descaracterização dos imóveis tombados no município acarretará na perda do valor patrimonial, histórico e arquitetônico, com a consequente perda da identidade história local.</li> </ul>

**Quadro 10: Síntese do Eixo Institucional – CENÁRIO TENDENCIAL**

5	EIXO INSTITUCIONAL	
CENÁRIO TENDENCIAL	CENÁRIO ATUAL	CENÁRIO TENDENCIAL
	<ul style="list-style-type: none"> <li>A21- Existência de quadro técnico bastante qualificado na estrutura administrativa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>T21- Tendência de manutenção ou mesmo incremento na qualificação do quadro técnico, somado aos aperfeiçoamentos e uso de tecnologia na prestação dos serviços, já realizados atualmente.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>A22- Apesar do caráter operacional, isto é, “pouco investidor” da administração pública, estima-se capacidade média futura de endividamento para os próximos 10 anos, o que aponta capacidade para novos investimentos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>T22- Conforme apontam as estimativas de capacidade de endividamento para os próximos 10 anos, através da análise do cenário atual, a tendência é da administração pública continuar tendo capacidade para novos investimentos.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>A23- Inconsistências provocadas pelas inúmeras alterações pontuais nas leis de Zoneamento do Uso e Ocupação e de Parcelamento do Solo, as quais deveriam ocorrer dentro da revisão do Plano Diretor e não quando surgissem novas demandas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>T23- Caso o município continuasse sem a realização do processo adequado de revisão do PDM e elaboração de todas suas etapas e pactuação com a sociedade em geral (a qual deve ocorrer a cada 10 anos, de acordo com o Estatuto da Cidade), a tendência seria a continuidade da necessidade de alterações pontuais nas legislações urbanísticas, a fim de resolver problemas existentes e não questões planejadas para os próximos anos, considerando cenários de crescimento.</li> </ul>	

## 2.4 CENÁRIO PROSPECTIVO

O **cenário prospectivo** compreende a apresentação das variáveis analisadas, suas tendências e a sua evolução nos horizontes temporais, com o objetivo de subsidiar a proposição de medidas e ações voltadas ao alcance da sustentabilidade ambiental, social e econômica. Estabelecem-se as intenções de desenvolvimento municipal e urbano, com base nas tendências apresentadas, aproximando-se de um cenário propositivo ideal, baseado em previsão de estratégias de desenvolvimento futuro com sustentabilidade ambiental, social e econômica. A cidade planejada, de acordo com Lopes (1998), é aquela pensada, projetada e construída de forma a potencializar as oportunidades e reduzir as ameaças, fomentar seus pontos fortes e minimizar os pontos fracos, dentro de uma visão de futuro, isso é, o lugar onde os cidadãos gostariam de viver, gerada pelo desejo da sociedade em um esforço coletivo de ação e realização.

O cenário prospectivo para o município de Uberlândia foi embasado no conceito de cidade sustentável de futuro e construído a partir do balizamento entre os desejos e as expectativas da população para os próximos anos, manifestados por meio das Leituras Comunitárias e das Leituras Técnicas, realizadas ao longo do processo de revisão deste Plano Diretor Municipal, da Agenda 21, da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Considerou, sobretudo, a tendência de futuro pretendido em um cenário prospectivo em que tenham sido consideradas as centralidades urbanas e implementados: o novo Plano Diretor Municipal; o zoneamento urbano (e demais legislações integrantes: macrozoneamento, perímetro urbano, sistema viário, parcelamento do solo, entre outros); as diretrizes estratégicas e as ações previstas no Plano de Ação e Investimentos (PAI).

Cabe destacar que o Zoneamento Urbano proposto para Uberlândia foi elaborado a partir de uma metodologia específica para identificar os subcentros de Uberlândia, evidenciando as áreas de sua maior ou menor concentração, detalhados nos itens abaixo. Também, partiu de uma análise detalhada das necessidades e potencialidades da cidade, visando promover um desenvolvimento sustentável e ordenado. Esse processo considerou a adaptação das áreas urbanas para que atendam ao requisito mínimo de 20% de taxa de permeabilidade e introduziu zonas específicas que refletem tanto o uso predominante quanto as características locais de cada área. Foram definidos setores e zonas que permitem controlar a densidade e os tipos de uso de solo, incentivando atividades econômicas nos polos empresariais, preservação em áreas sensíveis e expansão planejada para suportar o crescimento urbano.

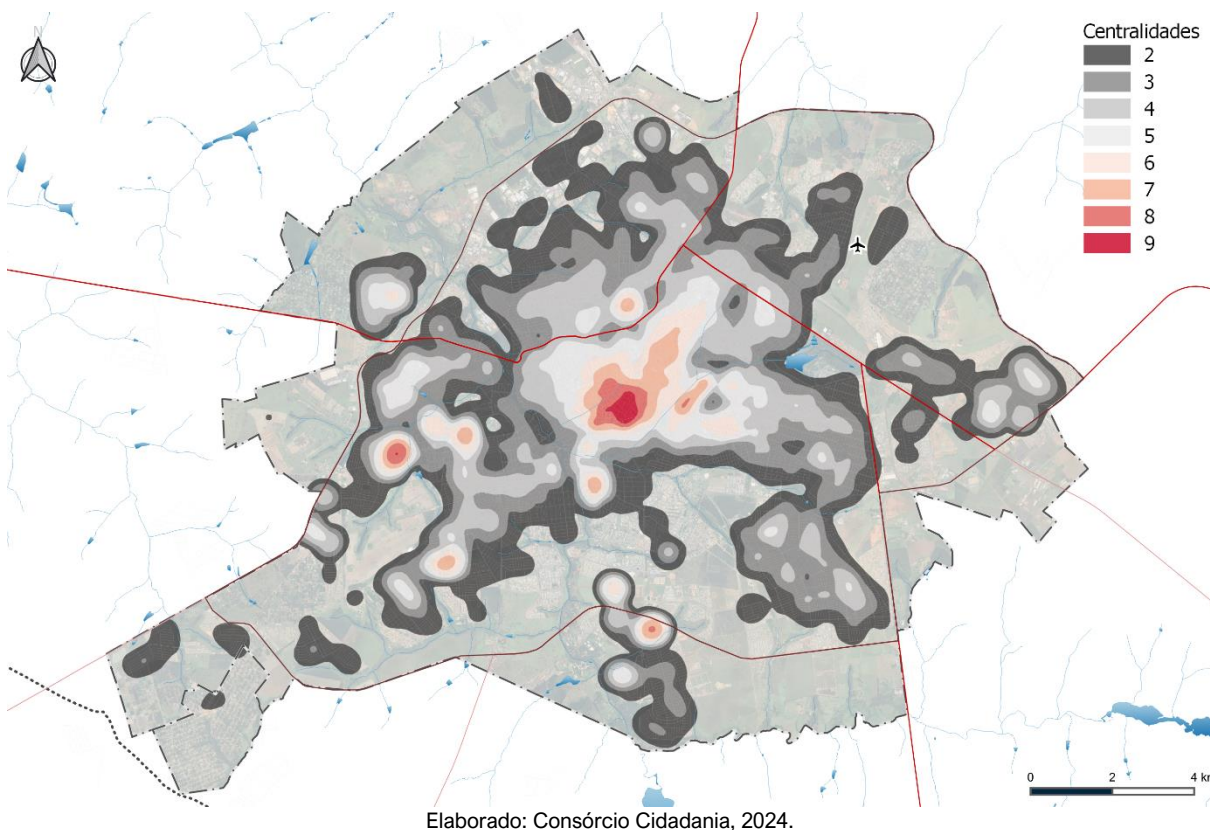
O Plano de Ação e Investimentos se traduz em ações concretas para a implementação das políticas e diretrizes de desenvolvimento do PDM, devendo ser compatível com a capacidade de investimento do município e incorporado nas Leis do Plano Plurianual (PPA), Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Orçamento Anual (LOA).

## 2.4.1 Centralidades Urbanas como subsídio à proposta de zoneamento

O conceito de centralidade urbana em Uberlândia reflete uma tendência de descentralização observada em cidades brasileiras desde os anos 1960, onde o núcleo central perde protagonismo exclusivo para novos subcentros. Essa nova estrutura urbana, composta por polos de comércio e serviços, visa reduzir tempo e custo de deslocamento, descentralizando fluxos e atendendo melhor as populações periféricas.

Uma metodologia específica foi aplicada para identificar os subcentros de Uberlândia, focando em critérios que evidenciem áreas com potencial de desenvolvimento autônomo. Esse processo utilizou um mapa de calor baseado em sete componentes principais: densidade populacional, coeficiente de aproveitamento dos lotes (especialmente aqueles com índice superior a 3,5), proximidade de terminais de transporte, e presença de equipamentos de saúde, educação e sociais, além da concentração de usos não residenciais. Esses critérios permitiram uma análise detalhada, onde regiões com alta concentração de serviços, infraestrutura e acessibilidade emergiram como potenciais centralidades. O resultado da análise gerou um mapa de calor (Figura 6) com valores variando entre 1 e 9, no qual é possível identificar as áreas com maior ou menor concentração desses elementos.

Figura 6: Mapa de calor resultante do cruzamento dos componentes avaliados para Uberlândia, 2024.



A seguir, são descritas brevemente as centralidades urbanas identificadas a partir da análise do mapa gerado.

**Região Oeste:** Composta por bairros como Luizote de Freitas, Jardim Patrícia e Mansour, esta área é caracterizada por sua expansão a partir da década de 1990. A Avenida José Fonseca e Silva serve como eixo estrutural que concentra atividades comerciais e serviços, além de contar com os terminais de transporte Dona Zulmira e Planalto, facilitando a mobilidade e o acesso a equipamentos de saúde e educação na região.

**Região Sul (Shopping Park):** Localizada a cerca de 10 km do centro, a Região Sul destaca-se pela presença de centros comerciais e áreas residenciais de maior renda, como condomínios horizontais e conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida. A Avenida Boulanger Fonseca concentra atividades comerciais e de serviços, além de contar com equipamentos de saúde e escolas.

**Patrimônio:** Esta centralidade inclui bairros históricos e apresenta uma distribuição de usos comerciais e de serviços ao longo de vias como a Avenida Rondon Pacheco e a Avenida Francisco Galassi. É notável pela preservação de elementos culturais e históricos, sendo um polo de relevância cultural e social em Uberlândia.

**Região Sudoeste:** Inclui bairros como Jardim Holanda e Jardim Canaã, com uma população densa e uso do solo misto que integra áreas residenciais, comerciais e equipamentos de saúde, educação e sociais. Os comércios e serviços se concentram nas vias arteriais e coletoras, como a Avenida Jericó e a Avenida Paulo Firmino.

**Presidente Roosevelt:** Este subcentro, com traçado radial, concentra serviços e comércios ao longo de vias marginais, arteriais e coletoras, como a BR-365 e a Avenida Cesário Crosara. A região é um polo de serviços, com um número expressivo de escolas e equipamentos de saúde.

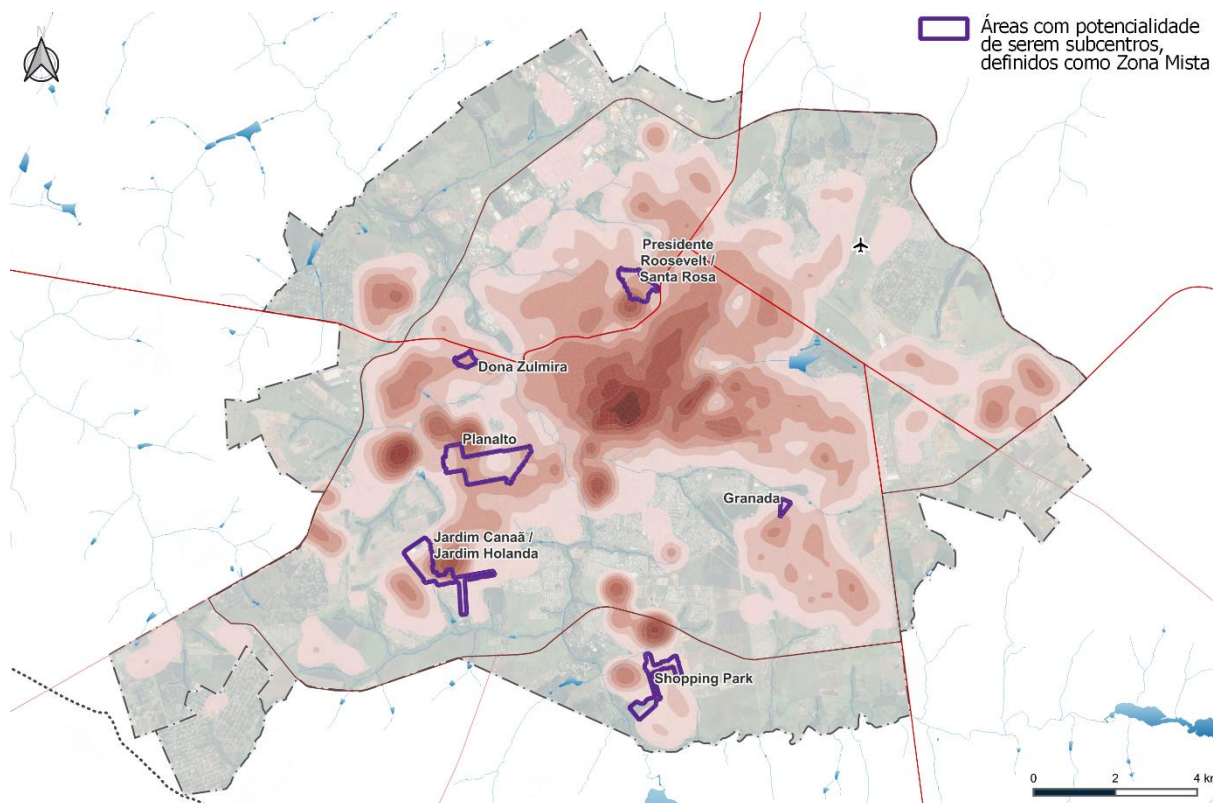
**Tocantins:** Predominantemente residencial, esta área concentra comércio e serviços nas vias arteriais e coletoras, como a Avenida Taylor Silva, e possui equipamentos básicos de saúde e educação que atendem à alta densidade populacional do bairro.

**Santa Mônica:** Próxima ao centro, Santa Mônica é uma centralidade consolidada, em grande parte devido ao campus da Universidade Federal de Uberlândia e à proximidade do Center Shopping. Com alto adensamento populacional, a região possui eixos estruturais de comércio e serviços, como as avenidas João Naves de Ávila e Segismundo Pereira.

**Granada:** Situado no setor sudeste, Granada é um subcentro menos denso, mas com diversidade de atividades ao longo de vias arteriais e coletoras. A região conta com vários equipamentos de saúde, embora o número de escolas e equipamentos sociais seja reduzido.

A análise realizada também permitiu a identificação de regiões com potencial para se consolidarem como subcentros (Figura 7). Entre essas áreas estão: Dona Zulmira, Granada, Jardim Canaã/Jardim Holanda, Planalto, Presidente Roosevelt/Santa Rosa e Shopping Park. Essas localidades se destacam pela presença de terminais de transporte e pela proximidade com áreas de alta concentração de comércio, serviços, equipamentos comunitários e população, além de lotes com elevado índice de aproveitamento. Essas regiões serão designadas com um zoneamento diferenciado (Zona Mista), visando estimular o desenvolvimento de comércio e serviços locais. Esse incentivo contribuirá para a geração de emprego e renda, otimização da infraestrutura existente e redução de deslocamentos.

Figura 7: Áreas identificadas como potenciais subcentros em Uberlândia, 2024.



Elaborado: Consórcio Cidadania, 2024.

### 2.4.2 Zoneamento proposto

As alterações propostas no zoneamento de uso de ocupação do solo consideraram a consolidação dos padrões previstos no zoneamento atual (parcelamento do solo, padrões construtivos e usos existentes), necessidade de adequação segundo necessidades e tendências atuais, restrições ambientais e infraestrutura implantada e prevista (Tabela 4). No Quadro 11 abaixo, são descritas todas as zonas com suas respectivas funções e permissões de uso, além de setores viários específicos que organizam o desenvolvimento ao longo dos principais eixos de circulação urbana. De forma complementar, as Figura 8, 9 e 10 apresentam a espacialização destas zonas/setores no território de Uberlândia.

**Quadro 11: Caracterização das Zonas propostas**

<b>Nome da Zona</b>	<b>Descrição</b>
<b>Zona Central 1 (ZC1)</b>	Abrange o hipercentro, com alta densidade habitacional e verticalização, focada em usos comunitários, comerciais e de serviços.
<b>Zona Central 2 (ZC2)</b>	Circunda a ZC1, incentivando adensamento e verticalização com predomínio de comércio e serviços em áreas urbanas adjacentes.
<b>Zona Cultural do Fundinho (ZCF)</b>	Destinada à preservação do patrimônio histórico e cultural, especialmente na área do Fundinho.
<b>Zona de Centros Empresariais (ZCE)</b>	Área destinada a atividades empresariais, proibindo o uso habitacional.
<b>Zona de Chácaras A (ZCH/A)</b>	Loteamentos de baixa densidade e infraestrutura precária, permitindo apenas usos residenciais e algumas atividades de apoio local.
<b>Zona de Chácaras B (ZCH/B)</b>	Semelhante à ZCH/A, mas com lotes menores e possibilidade de habitação multifamiliar horizontal mediante reloteamento.
<b>Zona de Chácaras C (ZCH/C)</b>	Para atividades de apoio ao uso residencial, compatível com a Zona Residencial 1, com lotes maiores e possibilidade de habitação multifamiliar horizontal.
<b>Zona de Distritos (ZD)</b>	Abrange áreas urbanas dos distritos de Cruzeiro dos Peixotos, Martinésia, Miraporanga e Tapuirama, permitindo ocupação controlada.
<b>Zona de Preservação e Lazer (ZPL)</b>	Inclui fundos de vale, praças e parques, visando preservação ambiental e proteção do patrimônio natural.
<b>Zona de Preservação Parcial (ZPP)</b>	Com ocupação controlada e baixa densidade, busca preservar características ambientais.
<b>Zona de Proteção ao Aeroporto A (ZPA A)</b>	Delimita áreas de segurança ao redor do aeroporto, com restrições quanto ao uso e gabarito das edificações.
<b>Zona de Proteção ao Aeroporto B (ZPA B)</b>	Área de segurança ao redor do aeroporto, com restrições quanto ao uso e altura das edificações.
<b>Zona de Proteção ao Aeroporto C (ZPA C)</b>	Zona para segurança e proteção do aeroporto com controle de uso e altura de construções.
<b>Zona de Sítios de Recreio A (ZSR A)</b>	Áreas destinadas a ocupação de baixa densidade, promovendo lazer e preservação ambiental, sem verticalização.
<b>Zona de Sítios de Recreio B (ZSR B)</b>	Similar à ZSR A, mas com lotes menores e permissões para usos compatíveis com o lazer.
<b>Zona de Transição (ZT)</b>	Faz a transição entre áreas de diferentes características, regulando densidade e tipologia construtiva.
<b>Zona Especial de Interesse Social I (ZEIS I)</b>	Áreas para habitação de interesse social, com permissões específicas para construção de habitações populares.
<b>Zona Especial de Interesse Social II (ZEIS II)</b>	Destinada à habitação de interesse social em áreas com infraestrutura básica, promovendo ocupação para população de baixa renda.
<b>Zona Industrial (ZI)</b>	Para distritos industriais e polos empresariais, acomodando usos de médio e grande porte.
<b>Zona Mista (ZM)</b>	Abrange regiões ao redor das vias principais e subcentros regionais, permitindo adensamento e usos residenciais e comerciais de pequeno porte.
<b>Zona Residencial 1A (ZR1 A)</b>	Zonas residenciais de baixa densidade, com predomínio de habitação unifamiliar e algumas atividades comerciais de pequeno porte.
<b>Zona Residencial 1B (ZR1 B)</b>	Semelhante à ZR1 A, com baixa densidade e uso predominantemente residencial.

Nome da Zona	Descrição
Zona Residencial 2 (ZR2)	Focada em uso residencial de densidade média, com permissão para atividades comerciais e de serviços de pequeno e médio porte.
Zona Residencial 3 (ZR3)	Destinada a uso residencial de alta densidade, permitindo mistura com comércio e serviços.
Zona Residencial de Proteção Ambiental (ZRPA)	Zona de baixa densidade, exclusiva para habitação e com foco na proteção ambiental.
Zona Tecnológica (ZTEC)	Localizada no Polo Tecnológico, para atividades econômicas e de inovação tecnológica.
Zona Universitária (ZU)	Abrange os <i>campi</i> da Universidade Federal de Uberlândia, promovendo usos educacionais e de suporte.
Setor de Vias Principais (SVP)	Ordena o desenvolvimento ao longo das vias de maior importância no sistema viário, garantindo circulação eficiente e acesso a atividades econômicas e comerciais.
Setor de Vias Secundárias (SVS)	Estrutura as vias que servem de suporte ao tráfego das vias principais, conectando áreas residenciais a subcentros.
Setor de Vias Marginais (SVM)	Regula a ocupação nas vias marginais, controlando usos e densidades de modo a minimizar interferências no tráfego.
Setor de Vias Especiais I (SVE I)	Projetado para corredores de transporte e vias com grande fluxo de pedestres, com normas para acessibilidade e segurança.
Setor de Vias Especiais II (SVE II)	Área para vias com características especiais, com ocupação regulada para controle de tráfego e segurança.
Zona de Urbanização Específica 1 (ZUE 1)	Inclui o Complexo Turístico Interlagos, voltado ao desenvolvimento turístico e de lazer com foco na preservação ambiental e cultural.
Zona de Urbanização Específica 2 (ZUE 2)	Localizada na Vila Marielza, voltada ao desenvolvimento habitacional e ao apoio de atividades comunitárias.
Zona de Urbanização Específica 3 (ZUE 3)	Área para novos empreendimentos habitacionais de médio porte, com diretrizes para expansão controlada da cidade.
Zona de Urbanização Específica 4 (ZUE 4)	Abrange áreas em desenvolvimento para equipamentos urbanos de grande porte, como saúde, educação e lazer, com integração à infraestrutura existente.



**Tabela 4: Proposta dos Parâmetros de Ocupação do Solo Urbano**

Zona	Taxa de Ocupação (A)	CA Básico	CA Máximo	Afastamento Frontal	Demais afastamentos	Testada mínima	Área mínima	Gabarito Máximo
ZC1	100% =< 12m	3,5	5,0	Facultativo	Facultativo	10	250,00 m <sup>2</sup>	-
	70% > 12 m (B)							
ZC2	60% (C)	3,0	4,0	3,0	1,5 (D)	10	250,00 m <sup>2</sup>	-
ZCF	70%	1,5	1,5	Facultativo	1,5 (D)	10	250,00 m <sup>2</sup>	10 m
ZR1/A	60%	1,2	1,2	3,0	1,5 (D)	12/20 (E)	360,00 m <sup>2</sup> / 1.000,00 m <sup>2</sup> (E)	10 m
ZR1/B	60%	1,2	1,2	3,0 (F)	1,5 (F)	12/20 (E) (F)	360,00 m <sup>2</sup> / 1.000,00 m <sup>2</sup> (E) (F)	10 m (F)
ZR2	60% =< 12m	2,5	3,5	3,0	1,5 (D)	10	250,00 m <sup>2</sup>	-
	45% p/ H2V > 12 m (G)							
ZR3	60% p/ H1	1,2	1,2	3,0 (F)	1,5 (D) (F)	12 (F)	360,00 m <sup>2</sup> (F)	10 m (F)
	60% =< 12 m	2,5	5,0	3,0	1,5 (D)	12	360,00 m <sup>2</sup>	-
	50% p/ H2V > 12 m (C)							
ZM	60% =< 12m	2,5	4,0	3,0	1,5 (D)	10	250,00 m <sup>2</sup>	-
	50% p/ H2V > 12 m (C)							
ZEIS I	80% lotes =< 200 m <sup>2</sup>	1,2	1,2	3,0	1,5 (D)	6	150,00 m <sup>2</sup>	10 m
	60% =< 12 m	2,5	3,5	3,0	1,5 (D)	10	250,00 m <sup>2</sup>	-
	50% p/ H2V > 12 m (C)					20	500,00 m <sup>2</sup>	
ZEIS II	80%	1,2	1,2	3,0	1,5 (D)	6	200,00 m <sup>2</sup>	10 m
ZPA/ A	60% (H)	2,5	2,5	3,0	1,5 (D)	10	250,00 m <sup>2</sup>	10 m
ZPA/ B	60% (H)	2,5	2,5	3,0	1,5 (D)	10	250,00 m <sup>2</sup>	10 m
ZPA/ C	Na Região C da ZPA, os parâmetros urbanísticos serão definidos pela Administração Aeroportuária local, ou outro órgão equivalente, com a anuência do órgão municipal de planejamento urbano.							
ZT	60% =< 12 m	1,5	2,0	3,0	1,5 (D)	10	250,00 m <sup>2</sup>	-
	50% p/ H2V > 12 m (C)	2,5	3,5	3,0	1,5 (D)	10	250,00 m <sup>2</sup>	

Zona	Taxa de Ocupação (A)	CA Básico	CA Máximo	Afastamento Frontal	Demais afastamentos	Testada mínima	Área mínima	Gabarito Máximo
ZI	60%	1,2	2,0	5,0	3,0	14	500,00 m <sup>2</sup>	-
ZCE	60%	2,0	2,5	5	3	20	1.000,00 m <sup>2</sup> / 2.500,00 (E)	-
ZU	VER DESCRIÇÃO PRÓPRIA - Parâmetros Urbanísticos para a Zona Universitária - ZU (I)							
ZTEC	VER DESCRIÇÃO PRÓPRIA - Parâmetros Urbanísticos para a Zona Tecnológica - ZTEC							
ZCH A	60% P/ H1	1,2	1,2	3,0	1,5 (D)	10	250,00 m <sup>2</sup>	10 m
	60% p/ H2V=<12 m	2,0	3,0	3,0	1,5	10	250,00 m <sup>2</sup>	12 m
	50% p/ H2V > 12 m (C)					20	2.500,00 m <sup>2</sup>	24 m
ZCH B	60% P/ H1	1,2	1,2	3,0	1,5 (D)	20	1.000,00 m <sup>2</sup>	10 m
	80% p/ H2h	1,5	2,0	3,0	1,5 (D)	20	1.000,00 m <sup>2</sup>	10 m
ZCH C	60% P/ H1	1,2	1,2	3,0	1,5 (D)	50	5.000,00 m <sup>2</sup>	10 m
	80% p/ H2h	1,5	2,0	3,0	1,5 (D)	50	5.000,00 m <sup>2</sup>	10 m
ZRPA	20%	0,2	0,2	5,0	1,5	50(E)	5.000,00 m <sup>2</sup> (E)	10 m
ZPP	20%	0,2	0,2	5,0	3,0	50	5.000,00 m <sup>2</sup>	10 m
ZPL	20% (J)	0,2	0,2	Facultativo	Facultativo	-	-	-
SVP	70% (B)	3,5	5	3,0	1,5 (D)	10	250,00 m <sup>2</sup>	-
SVS	70% (B)	3,0	4,0	3,0	1,5 (D)	10	250,00 m <sup>2</sup>	-
SVM	70%	1,5	2,5	5	1,5 (D)	20	1.000,00 m <sup>2</sup>	12 m
SVE I	70% (B)	1,5	2,5	3,0 / 5,0 (E)	1,5 (D)	12/20 (E)	360,00 m <sup>2</sup> / 1.000,00 m <sup>2</sup> (E)	12 m
SVE II	70% (B)	1,5	2,5	3,0 / 5,0 (E)	1,5 (D)	12/20 (E)	360,00 m <sup>2</sup> / 1.000,00 m <sup>2</sup> (E)	12 m
ZUE 1	60%	1,2	1,2	5,0	1,5	20	1.000,00 m <sup>2</sup>	24 m
ZUE 2	60%	1,5	2,0	5,0	1,5 (D)	10	250,00 m <sup>2</sup>	10 m
ZUE 3	20%	0,2	0,2	5,0	3,0	50	5.000,00 m <sup>2</sup>	10 m
ZUE 4	20%	0,2	0,2	5,0	3,0	50	5.000,00 m <sup>2</sup>	10 m

Zona	Taxa de Ocupação (A)	CA Básico	CA Máximo	Afastamento Frontal	Demais afastamentos	Testada mínima	Área mínima	Gabarito Máximo
ZD	60%	1,5	2,0	3,0	1,5 (D)	10	250,00 m <sup>2</sup>	12 m

A - A taxa de ocupação máxima dos lotes existentes com área igual ou inferior a 240 m<sup>2</sup> (duzentos e quarenta metros quadrados) será de 85% (oitenta e cinco por cento), sendo mantido o coeficiente de aproveitamento máximo da zona.

B - Permitido 80% até a altura máxima de 12 metros, desde que se utilize pelo menos 25% da área construída do pavimento térreo para os usos comercial e ou serviços, ou criando espaços de fruição pública, e o restante como áreas comuns de qualquer uso e atenda as características dos Artigos 56 e 58, desta Lei complementar.

C - Permitido 70% até a altura máxima de 12 metros, desde que se utilize pelo menos 25% da área construída do pavimento térreo para os usos comercial e ou serviços, ou criando espaços de fruição pública, e o restante como áreas comuns de qualquer uso e atenda as características dos Artigos 56 e 58, desta Lei complementar.

D - Permitido utilizar os Afastamentos Laterais e de Fundo no trecho da edificação que não tiver abertura, até a altura máxima de 12 metros.

E - De acordo com as características do loteamento original.

F - De acordo com as restrições da loteadora registrado em cartório.

G - Permitido 60% até a altura máxima de 12 metros nas áreas comuns de qualquer uso, ou 70% desde que utilize pelo menos 25% da área útil do pavimento térreo criando espaços de fruição pública e o restante como áreas comuns de qualquer uso e atenda as características do Art. 43, desta Lei complementar.

H - Na ZPA, nenhuma construção poderá ser coberta de material refletivo.

I - Excetua-se do Campus Jardim Umuarama os lotes inseridos na quadra 23, do loteamento Jardim Umuarama, aprovado sob o nº 590 em 29/12/1966, que possuirá o zoneamento de Zona Mista.

J - Apenas para implantação de estruturas de apoio para parques lineares.

PRELIMINAR

Figura 8: Proposta do Zoneamento Urbano da Sede Municipal

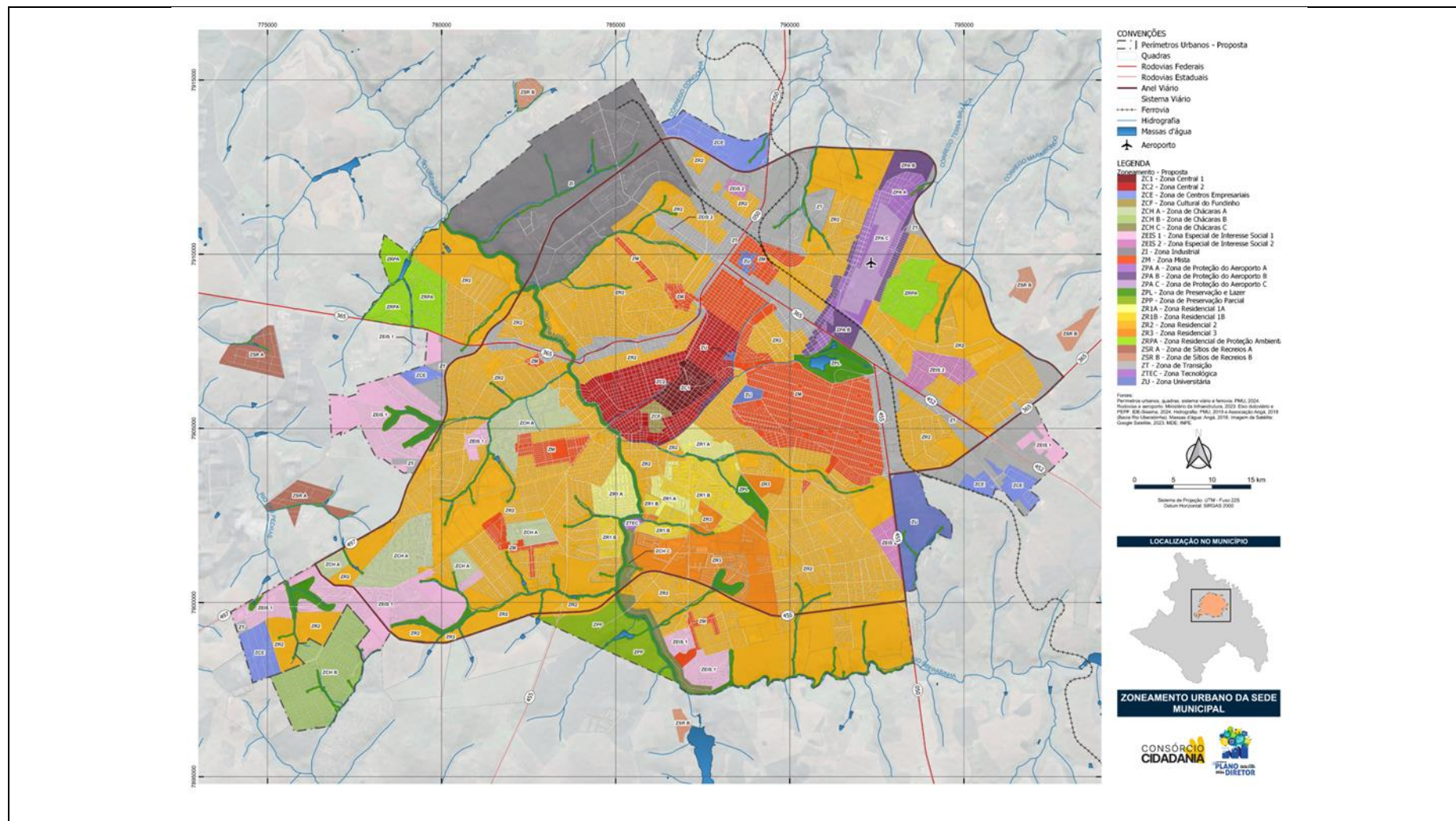


Figura 9: Proposta das Zonas de Sítio de Recreio

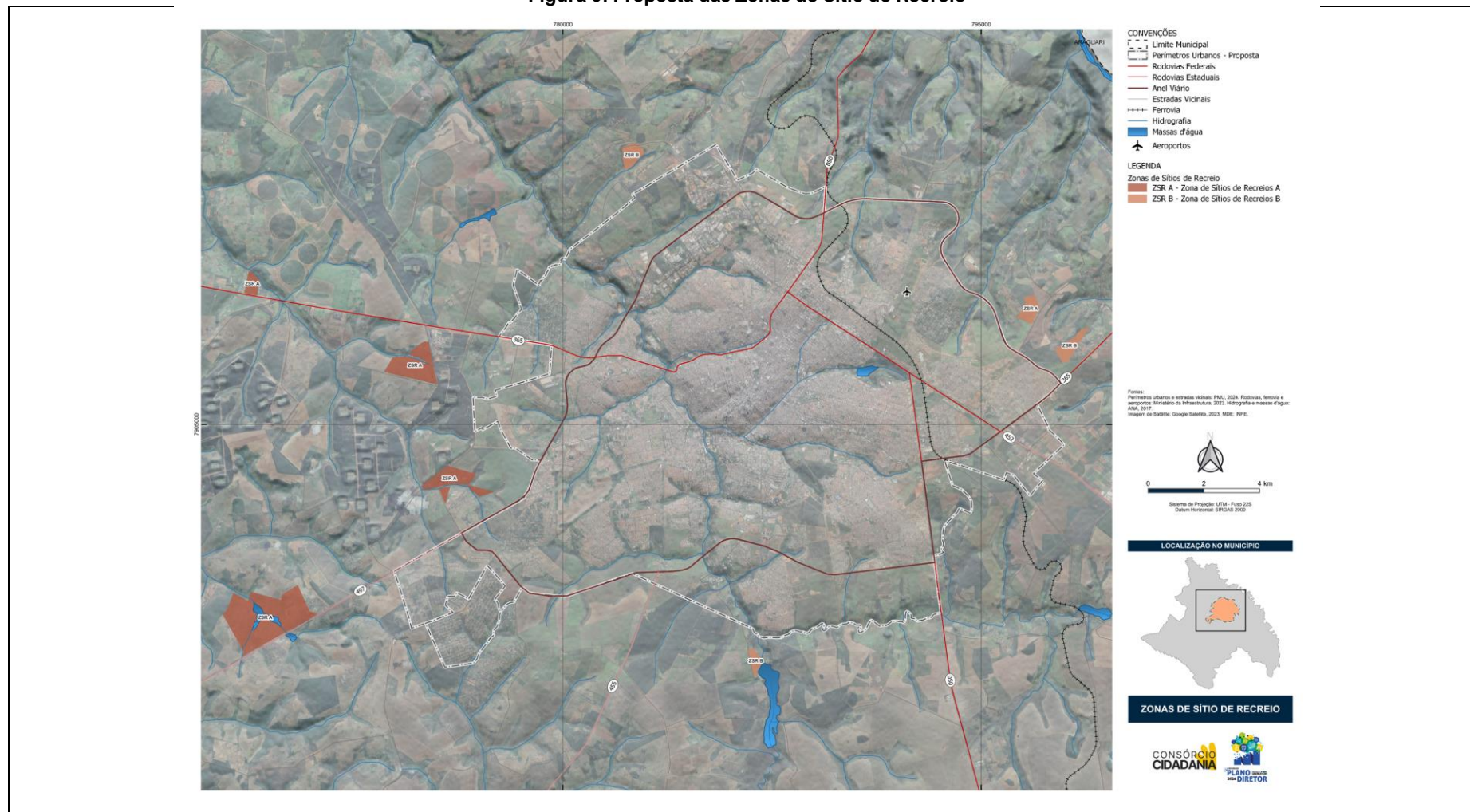
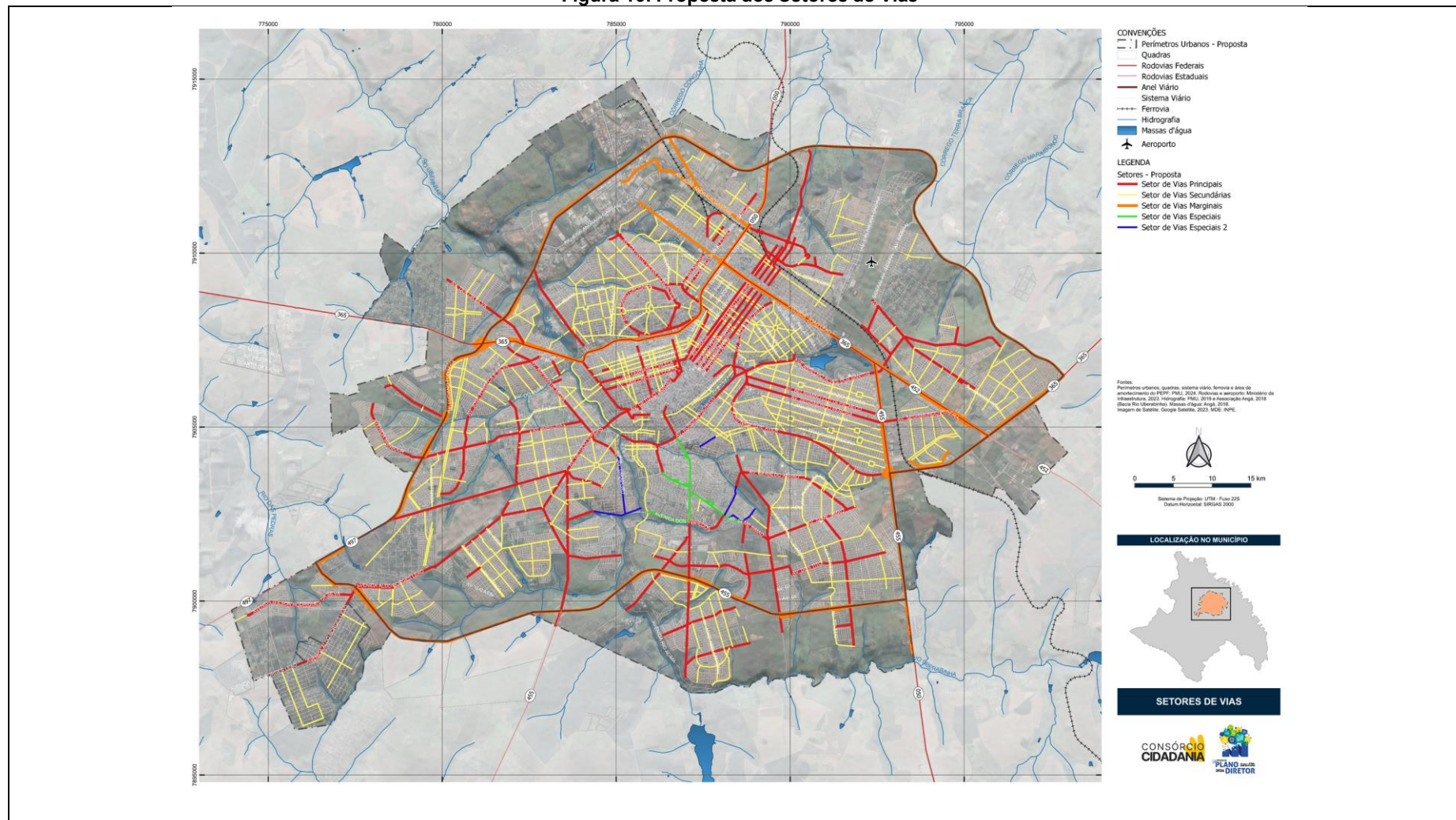


Figura 10: Proposta dos Setores de Vias



### 2.4.3 Simulação da ocupação do zoneamento proposto

O estudo de projeção de saturação do zoneamento proposto, considerou a proposta do novo zoneamento, descrita no item acima e das novas zonas e índices urbanísticos.

Foi utilizada a mesma metodologia de cálculo apresentada para a saturação do cenário tendencial, com as variáveis: coeficiente de aproveitamento (CA), lote mínimo, número de lotes ocupados (considerando uma subdivisão entre as áreas da seguinte forma: i) áreas menores que 5.000m<sup>2</sup>; ii) áreas entre 5.000m<sup>2</sup> e 10.000m<sup>2</sup>; iii) áreas entre 10.000m<sup>2</sup> e 20.000m<sup>2</sup>; iv) áreas entre 20.000m<sup>2</sup> e 40.000m<sup>2</sup> e v) áreas acima de 40.000m<sup>2</sup>) e número de lotes vazios. No cálculo das áreas das glebas, foram descontadas as áreas institucionais estabelecidas na Lei de Parcelamento do Solo Urbano, na proporção de 17% para glebas com áreas de até 40.000m<sup>2</sup> e de 37% para aquelas com áreas superiores aos 40.000m<sup>2</sup>.

Foram simuladas 3 alternativas, considerando a média de moradores por domicílio de 2,65 (IBGE, 2022). A Alternativa 1 simulada considerou a existência de 1 (um) domicílio para cada lote vazio e o CA igual a 1. A Alternativa 2 simulada considerou o respectivo CA básico daquela zona. Já a Alternativa 3 simulada considerou o respectivo CA máximo para 15% dos lotes vazios ou novos daquela zona para obtenção do número de ocupações, conforme fórmula a seguir e detalhamentos na Tabela 5:

- Nº habitantes Alternativa 1 simulada = nº lotes vazios x CA 1 (1,00) x 2,65;
- Nº habitantes Alternativa 2 simulada = nº lotes vazios x CA básico x 2,65;
- Nº habitantes Alternativa 3 simulada = nº lotes vazios x CA máximo (15% dos lotes vazios ou novos) x 2,65.

Portanto, a simulação do zoneamento proposto para a Alternativa 1 (com CA 1) é de um acréscimo de **334.509 habitantes**, para a Alternativa 2 (CA básico) o acréscimo populacional é de **397.002 habitantes** e para a Alternativa 3 (CA máximo para 15% dos lotes vazios ou novos) é de **439.563 habitantes**. Ou seja, considerando a população atual e o acréscimo calculado para cada alternativa, têm-se as seguintes projeções:

- Alternativa 1 simulada: **1.047.734 habitantes**
- Alternativa 2 simulada: **1.110.226 habitantes**
- Alternativa 3 simulada: **1.152.787 habitantes**

Isso demonstra que o novo traçado de perímetro urbano e o novo zoneamento atenderão tranquilamente ao crescimento populacional esperado ao longo dos próximos 10 anos de vigência do PDM, com o diferencial do ordenamento territorial e zonas propícias para atender de forma satisfatória à população, garantindo a qualidade de vida e bem estar, aliado ao desenvolvimento sustentável do município e de um meio ambiente equilibrado para as próximas gerações.

Tabela 5: Estudo de Saturação do Zoneamento proposto

**ESTUDO DE SATURAÇÃO DO ZONEAMENTO PROPOSTO - CENÁRIOS CONSIDERANDO SOMENTE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR**

ZONA	CA BAS	CA MAX	LOTE MÍN (m²)	Nº LOTES MENORES QUE 5.000 m²	Nº LOTES ENTRE 5.000 E 10.000 m²	Alternativa 1 <sup>1</sup>	Alternativa 2 <sup>2</sup>	Alternativa 3 <sup>3</sup>	ÁREA LOTES ENTRE 10.000 E 20.000 m²	ÁREA LOTES ENTRE 20.000 E 40.000 m²	ÁREA LOTES ACIMA DE 40.000 m²	-0,37	-0,17	Nº LOTES	Alternativa 1 <sup>1</sup>	Alternativa 2 <sup>2</sup>	Alternativa 3 <sup>3</sup>
						HAB/ LOTE VAZIO (existente) 1 DOM/LOTE	HAB/ LOTE VAZIO (existente) 1 DOM/1 CA BAS	HAB/ LOTE VAZIO (existente) 1 DOM/1 CA MAX							HAB/ LOTE NOVO 1 DOM/LOTE	HAB/ LOTE NOVO 1 DOM/1 CA BAS	HAB/ LOTE NOVO 1 DOM/1 CA MAX
ZC1	3,50	5,00	250	50	1	135	186	216	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0
ZC2	3,00	4,00	250	701	1	1.860	2.418	2.697	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0
ZCF	1,50	1,50	250	29	0	77	83	83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0
ZEIS 2	1,20	1,20	150	6	0	16	16	16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0
ZM	2,50	4,00	250	2.593	13	6.906	8.460	10.014	46.877,70	67.423,60	169.099,87	106.532,92	94.870,08	806	2.135	2.615	3.096
ZR1 A	1,20	1,20	360	842	5	2.245	2.312	2.312	10.503,70	32.721,30	0,00	0,00	35.876,75	100	264	272	272
ZR1 B	1,20	1,20	360	1.658	4	4.404	4.536	4.536	14.414,80	88.744,00	0,00	0,00	85.621,80	238	630	649	649
ZR2	2,50	3,50	250	20.407	58	54.232	66.435	74.569	504.973,30	546.270,40	27.775.899,00	17.498.816,37	872.532,27	73.485	194.736	238.552	267.762
ZR3	1,20	1,20	360	1.422	15	3.808	3.922	3.922	67.013,40	77.329,30	3.074.643,44	1.937.025,37	119.804,44	5.713	15.141	15.595	15.595
ZRPA	0,20	0,20	5000	75	148	591	520	520	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0
ZT	1,50	2,00	250	2.367	12	6.304	6.777	7.250	219.777,50	418.965,60	3.948.675,28	2.487.665,43	530.156,77	12.071	31.989	34.388	36.787
ZCH A	1,20	1,20	250	298	112	1.087	1.119	1.119	343.950,70	60.508,20	59.835,98	37.696,67	335.700,89	1.494	3.958	4.077	4.077
ZCH B	1,20	1,20	1000	1.400	1	3.713	3.824	3.824	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0	0	0
ZCH C	0,20	0,20	5000	8	41	130	114	114	338.457,90	0,00	0,00	0,00	280.920,06	56	149	131	131
<b>TOTAIS</b>				<b>31.856</b>	<b>411</b>	<b>85.508</b>	<b>100.723</b>	<b>111.194</b>	<b>1.545.969,00</b>	<b>1.291.962,40</b>	<b>35.028.153,57</b>			<b>93.963</b>	<b>249.002</b>	<b>296.279</b>	<b>328.369</b>

Total – incremento populacional	
Alternativa 1	334.509
Alternativa 2	397.002
Alternativa 3	439.563

Elaborado: Consórcio Cidadania, 2024

Notas: 1 – Considera 2,65 habitantes por domicílio e 1 domicílio por lote vazio; 2 – Considera 2,65 habitantes por domicílio e 1 domicílio por 1 cada CA básico; 3 – Considera 2,65 habitantes por domicílio e 1 domicílio por cada 1 CA máximo.



## 2.4.4 Plano de Ação Proposto

Este item apresenta em formato de um quadro sintético as ações prioritárias integrantes do processo de revisão do Plano Diretor (Produto 9), as quais foram extraídas do processo técnico e participativo com a comunidade e Conselho do Plano Diretor Municipal. Essas ações, juntamente com o zoneamento irão minimizar, sanar ou potencializar as questões levantadas e pretendidas para o desenvolvimento municipal de Uberlândia ao longo dos próximos anos. No quadro abaixo, as ações marcadas em cor laranja foram detalhadas no produto 09 e apresentadas no Apêndice deste documento de forma sintética.

**Quadro 12: Ações Propostas no processo de revisão do PDM**

POLÍTICAS	AÇÕES
DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ apoiar a internacionalização do município e da região, gerando sinergia com os negócios globais;</li> <li>▪ fomentar práticas de desenvolvimento sustentável na região, com ênfase no saneamento e tratamento de resíduos;</li> <li>▪ criar programas de capacitação para gestores públicos conforme suas pastas;</li> <li>▪ realizar um estudo para mapear a movimentação e os fluxos de veículos que circulam pelas rodovias e estradas rurais que interligam os municípios da região, a fim de obter subsídios para a modernização da malha viária regional;</li> <li>▪ criar um plano regional de adaptação e mitigação às mudanças climáticas;</li> <li>▪ promover estudos sobre as características das principais cadeias produtivas existentes na região, a fim de identificar gargalos, fortalecer elos dinâmicos entre as cadeias existentes e criar ações para desenvolver a competitividade empresarial regional;</li> <li>▪ ampliar os esforços na consolidação do programa de Regionalização Turismo.</li> </ul>
CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ elaborar e implementar Programa de Pagamento por Serviços Ambientais;</li> <li>▪ elaborar Plano Municipal de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas, no prazo máximo de 3 (três) anos, a contar da data de publicação desta Lei Complementar e viabilizar sua implantação;</li> <li>▪ promover estudos visando a implantação do Centro de Excelência Ambiental, com vistas a contemplação do processo de descentralização dos órgãos ambientais do Estado de Minas Gerais;</li> <li>▪ elaborar o Mapa de Ruído do Município de Uberlândia e implantar o gerenciamento do ruído urbano;</li> <li>▪ considerar o Zoneamento Ambiental Produtivo (ZAP) estabelecido no Rio Uberabinha nas políticas públicas municipais de proteção ambiental e ordenamento territorial;</li> <li>▪ elaborar estudos com mapeamento dos níveis de ruído urbano a fim de embasar políticas públicas voltadas para a minimização do ruído excessivo e propiciar maior qualidade de vida no ambiente urbano, com o estabelecimento de Programa de Monitoramento de Ruído Urbano;</li> <li>▪ incentivar pesquisas sobre a biodiversidade local.</li> </ul>

POLÍTICAS	AÇÕES	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Das Áreas de Preservação das Nascentes, Córregos e Rios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ instituir instrumentos de avaliação ambiental, para monitorar e definir as políticas de manutenção da qualidade da água;</li> <li>▪ realizar o diagnóstico e mapeamento da rede hídrica e ambiental no município a fim de direcionar programas e ações para a recuperação e preservação dos recursos naturais, em especial os mananciais de abastecimento de água;</li> <li>▪ implementar ações de recuperação dos córregos e áreas de preservação permanente degradados, como o Córrego Jataí;</li> <li>▪ implementar Plano de Recuperação e Conservação dos Fundos de Vale do Município, valorizando sua relevância para a qualidade de vida humana e da biodiversidade, combatendo toda a forma de degradação e poluição;</li> <li>▪ regulamentar os Campos de Murundu como áreas de preservação permanente;</li> <li>▪ coibir a instalação de empreendimentos que degradem os ecossistemas aquáticos no rio das Pedras e a jusante da PCH Malagone (rio Uberabinha).</li> </ul>

POLÍTICAS	AÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Das áreas de conservação e preservação da biodiversidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ elaborar e implementar o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica em conformidade com a legislação federal;</li> <li>▪ elaborar e implementar Programa Municipal de Proteção à Biodiversidade;</li> <li>▪ realizar estudo e mapeamento das áreas úmidas (veredas) e respectiva recuperação;</li> <li>▪ empreender esforços para a criação de Área de Proteção Ambiental – APA - estadual ou municipal junto às Bacias dos Rios Uberabinha e Bom Jardim;</li> <li>▪ criar zonas de proteção ambiental ao longo dos rios das Pedras e Uberabinha para limitar a instalação de empreendimentos potencialmente poluidores nestas áreas;</li> <li>▪ promover a delimitação da ARIE do Lago da UHE de Miranda;</li> <li>▪ elaborar estudo para inserção da bacia hidrográfica do Córrego Mogi como área prioritária para conservação da biodiversidade;</li> <li>▪ criar programa de manejo de fauna nas vias públicas, estradas e rodovias que cortam o município, visando a redução de atropelamento de animais, através da instalação de alambrados, trincheiras e rotas alternativas à biodiversidade, conhecido também como “passa fauna”;</li> <li>▪ definir critérios para ocupação na zona rural e urbana no setor nordeste e sul em virtude das especificidades ambientais, pela ocorrência do Parque Estadual do Pau Furado, de mananciais públicos, de áreas prioritárias para conservação da biodiversidade e a bacia de drenagem do rio Araguari;</li> <li>▪ promover ações efetivas de fiscalização ambiental em áreas protegidas e remanescentes de vegetação, visando a preservação, conservação da biodiversidade e a redução do desmatamento;</li> <li>▪ elaborar e revisar planos de manejo das unidades de conservação existentes e as que vierem a existir, incluindo os parques urbanos;</li> <li>▪ realizar o enquadramento de todas as unidades de conservação para o incremento dos repasses do ICMS- Ecológico ao município;</li> <li>▪ criar normas na legislação municipal de parcelamento do solo que incentive a criação de novas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), nas Áreas de Preservação Permanente inseridas no Perímetro Urbano e de Expansão Urbana do Município de Uberlândia;</li> <li>▪ fomentar a criação de unidades de conservação nas seguintes áreas prioritárias para conservação da biodiversidade: Matas de Itumbiara, Fazenda Tatu, Reserva do Panga, Veredas de Uberaba (Nascentes dos rios Claro e Uberabinha);</li> <li>▪ promover ações de prevenção e controle a incêndios em áreas naturais;</li> <li>▪ reduzir e controlar o uso de agroquímicos e incentivar a prática da agroecologia nas propriedades rurais;</li> <li>▪ realizar ações de conscientização quanto ao uso de agrotóxicos na produção agrícola.</li> </ul>

POLÍTICAS	AÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Do Sistema de Áreas Verdes Urbanas</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ implementar um Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres, com respeito às determinações previstas para as Unidades de Conservação de Proteção Integral, inclusive zona de amortecimento, e de</li> <li>▪ criar a Fundação Municipal de Parques Municipais e Zoobotânica;</li> <li>▪ realizar estudo para definição e atualização periódica de áreas potenciais para implementação de parques lineares;</li> <li>▪ elaborar e implementar projeto para criação dos parques municipais: do Córrego Mogi e do Córrego Campo Alegre;</li> <li>▪ realizar estudos para integrar as áreas dos Parques Luizote e Mansour, com ampliação para toda área do conjunto dos braços do Córrego do Óleo, formando um grande parque linear;</li> <li>▪ promover estudos para ampliação do Parque Santa Luzia, para englobar as áreas de preservação permanente dos Córregos Lagoinha e Mogi, bem como as áreas de recreação e institucionais adjacentes;</li> <li>▪ elaborar e implementar projetos de parques lineares em áreas potenciais para tal;</li> <li>▪ consolidar o Parque Linear do Rio Uberabinha;</li> <li>▪ promover a revitalização do Parque Linear Bons Olhos;</li> <li>▪ empreender esforços para desapropriar áreas potenciais para implementação de parques lineares, a fim de compor o Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres;</li> <li>▪ elaborar e implementar projetos de corredores ecológicos conectando as áreas de preservação permanente, fragmentos vegetais e parques lineares, como o parque linear do Sabiá e UC Parque do Pau Furado, além de outros parques lineares na porção leste da sede urbana;</li> <li>▪ implementar Plano de Arborização Urbana contemplando espécimes adequadas, normas de plantio e critérios de acessibilidade;</li> <li>▪ regulamentar o estabelecimento de projetos de arborização urbana na aprovação de parcelamento de solo urbano;</li> <li>▪ criar mecanismos que facilitem a compensação ambiental em novos processos de parcelamento do solo em áreas urbanas já consolidadas.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Da Educação Ambiental</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ ampliar as atividades de educação ambiental, junto as escolas municipais, nas zonas urbanas e rurais;</li> <li>▪ instituir o Laboratório de Educação para a Preservação do Cerrado, com recursos perenes, quadro de profissionais especializados e abrangendo toda a rede municipal ensino;</li> <li>▪ estabelecer o trabalho de campo como instrumento pedagógico com vistas ao conhecimento, valorização e proteção do Bioma Cerrado, em toda a rede municipal de ensino;</li> <li>▪ implantar o estudo e a pesquisa em educação ambiental, por meio da criação de área de formação no Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz (CEMEPE), com equipe múltipla;</li> <li>▪ estabelecer no calendário escolar municipal, carga horária específica durante o primeiro semestre letivo, que culmine no Dia Mundial do Meio Ambiente, como estratégia pedagógica de mobilização de estudantes e suas famílias;</li> <li>▪ promover campanhas permanentes de educação ambiental, sensibilizando a população quanto a necessidade da mudança nos padrões de consumo, o combate à poluição e a importância da adoção de práticas sustentáveis em geral, incluindo o uso consciente das áreas protegidas.</li> </ul>

POLÍTICAS	AÇÕES
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);"><b>DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E INTEGRADO</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ identificar áreas rurais de interesse público para proteção ambiental e preservação do patrimônio histórico, cultural, arqueológico ou paisagístico;</li> <li>▪ implementar Programa de Prevenção e Combate à Incêndios, com a regulamentação em âmbito municipal do Manejo Integrado do Fogo;</li> <li>▪ implantar programa integrado de assistência técnica para proprietários rurais que recuperem e mantenham as áreas de preservação permanente e de reserva legal conservadas;</li> <li>▪ criar um programa de desenvolvimento da infraestrutura rural do Município destinado à manutenção e à conservação de estradas vicinais, com o devido acompanhamento técnico necessário;</li> <li>▪ criar de mecanismos que permitam a regularização de estabelecimentos, edificações e benfeitorias vinculadas à atividade de turismo rural, com foco nos empreendimentos que respeitem e valorizem o patrimônio natural e cultural da região;</li> <li>▪ <b>criar programas de educação e treinamento para agricultores sobre como implementar e manter práticas agrícolas orgânicas, inclusive com o auxílio aos agricultores orgânicos a acessar mercados locais e regionais;</b></li> <li>▪ criar mercado do agricultor orgânico e facilitar a conexões entre agricultores orgânicos e restaurantes ou lojas locais;</li> <li>▪ fornecer subsídios para ajudar a cobrir os custos iniciais de transição para a agricultura orgânica, através de assistência com a compra de equipamentos, sementes orgânicas ou outros insumos necessários;</li> <li>▪ criar um programa de incentivo a pesquisa e desenvolvimento para melhorar as técnicas de agricultura orgânica e desenvolver novas variedades de culturas que são adequadas para a agricultura orgânica em Uberlândia;</li> <li>▪ criar o programa de mentoria e redes de apoio para jovens empreendedores rurais, incluindo a conexão de jovens com empresários experientes, a organização de eventos de networking ou a criação de grupos de apoio online;</li> <li>▪ investir em infraestrutura e tecnologia que possam apoiar a agroindústria, com a construção de instalações de processamento de alimentos, a melhoria do acesso à internet ou a disponibilização de tecnologias modernas de produção e processamento;</li> <li>▪ promover estudos visando a implantação de um centro difusor de técnicas adequadas de produção e qualificação de mão-de-obra rural;</li> <li>▪ apoiar os Conselho Comunitários de Desenvolvimento Rural Sustentável, bem como suas diretorias e estrutura, visando o seu fortalecimento, incentivando os produtores à participação;</li> <li>▪ identificar outras aptidões agrícolas do Município, por meio de parcerias com universidades e órgãos competentes, como diretriz para as ações públicas na área rural;</li> <li>▪ promover a integração de informações e ações entre órgãos da administração municipal, por meio de sistemas informatizados, como a criação de um cadastro georreferenciado e multifinalitário da área rural;</li> <li>▪ criar projeto de incentivo fiscal para empresas que adicionam valor aos produtos agrícolas, através da redução de impostos ou créditos fiscais para empresas que processam alimentos localmente ou que empregam jovens.</li> </ul>

POLÍTICAS

AÇÕES

DO PARCELAMENTO E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

- promover a requalificação urbana da Área Central a partir de projetos de paisagismo, alargamento e readequação de calçadas, definição do mobiliário urbano, arborização adequada, segurança, uso diversificado, dentre outros;
- formar polos de serviços e comércio no entorno dos terminais de transporte urbano, inclusive pela implantação de serviços públicos;
- **fomentar as atividades de prestação de serviços, comércios e indústrias não poluentes nos bairros e subcentros de bairros, visando facilitar o deslocamento de pedestres e ciclistas;**
- viabilizar a implantação de equipamentos públicos nos bairros, com programas para atrair a diversidade de usos nas áreas periféricas, potencializando as peculiaridades locais;
- elaborar inventário arquitetônico e cultural do Bairro Patrimônio da Abadia para definir ações de preservação e conservação;
- criar incentivos na legislação de uso e ocupação do solo para implantação de empreendimentos habitacionais de uso misto, através da adoção da fachada ativa no pavimento térreo das edificações multifamiliares, bem como incentivar a fluidez pública nestes empreendimentos;
- elaborar, no prazo máximo de 3 (três) anos a contar da data de publicação desta Lei Complementar, o levantamento da estrutura fundiária dos Distritos de Tapuirama, Martinésia, Cruzeiro dos Peixotos e Miraporanga;
- criar uma faixa de transição entre os distritos industriais e os bairros residenciais, de forma a propiciar uma convivência mais harmoniosa e evitar conflitos futuros;
- definir critérios e regras claras para as áreas públicas a serem doadas nos processos de parcelamento do solo;
- **elaborar, no prazo máximo de 3 (três) anos a contar da data de publicação desta Lei Complementar, o diagnóstico da situação fundiária urbana e rural do Município.**

POLÍTICAS

AÇÕES

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE  
URBANA

- elaborar o Plano de Mobilidade Urbana e Rural priorizando transportes não motorizados e coletivos;
- realizar levantamento de áreas de interesse para implantar Zonas Calmas com redução da velocidade média permitida para os veículos e intervenções no desenho da rua nas áreas próximas a escolas e hospitais;
- rever a velocidade média das vias urbanas, considerando o fato de a velocidade ser fator fundamental na severidade dos sinistros de trânsito;
- rever a gestão dos estacionamentos nas vias públicas - Zona Azul, quanto à demanda e o valor das tarifas, principalmente no setor central;
- reestruturar a Secretaria de Trânsito e Transporte para uma Secretaria de Mobilidade, englobando todos os modais de transporte, especialmente a mobilidade ativa;
- aprimorar a circulação em áreas de grande concentração de fluxo através da elaboração do Plano de Mobilidade Urbana e Rural para a verificação de principais deslocamentos municipais e proposição de intervenções e propostas para o sistema viário urbano;
- elaborar plano de implantação de conexões e integração intraurbanas, priorizando:
  - diretrizes de vias estruturais como prioridade máxima;
  - diretrizes de vias arteriais como prioridade média;
  - diretrizes de vias coletoras como prioridade baixa.
- elaborar estudos técnicos para vias de fluxo de tráfego elevado, visando a solução do trânsito por meio de um planejamento sistêmico e em consonância com o Plano de Mobilidade Urbana e Rural;
- implementar estratégias para moderação de tráfego em vias com grande fluxo de pedestres;
- desenvolver campanhas de educação e conscientização sobre a segurança viária no município;
- aprimorar a infraestrutura para segurança viária através da:
  - execução de sinalização de trânsito;
  - catalogação dos equipamentos de sinalização existentes no município;
  - regulamentar os padrões de projeto e execução de iluminação pública;
  - reestruturação da sinalização vertical e horizontal na proximidade de equipamentos públicos;
  - criação de um sistema de fiscalização fundamentado na Resolução N° 798/2020 e atualizações estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN);
  - capacitação e operacionalização da infraestrutura para a fiscalização;
  - aperfeiçoamento da Central de Controle Operacional integrando a fiscalização na gestão do trânsito e do transporte público coletivo;
  - realizar cursos e eventos para a capacitação e atualização de servidores sobre a fiscalização de trânsito.

POLÍTICAS	AÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Do Sistema de Transporte Urbano Integrado</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ promover estudos para melhor interligação entre os terminais de integração do transporte coletivo, criando ligações por meio de vias estruturais e artérias já existentes;</li> <li>▪ <b>promover a inclusão social no transporte urbano, mediante a adoção de soluções operacionais e de modelo tarifário, adotando a integração temporal, para acesso das famílias de baixa renda às oportunidades da cidade que requerem deslocamento motorizado;</b></li> <li>▪ realizar estudos para criar e implementar um serviço de micro-ônibus sob demanda com rotas flexíveis para atender áreas com menor densidade populacional e oferecer maior conveniência aos usuários;</li> <li>▪ melhorar a estrutura física dos abrigos nos pontos de parada de embarque e desembarque e terminais de transporte coletivo, garantindo conforto, segurança e acessibilidade para os usuários;</li> <li>▪ aprimorar as conexões dos corredores de transporte da Av. João Naves de Ávila com os bairros adjacentes, garantindo integração e facilidade de acesso;</li> <li>▪ elaborar o Plano de Gestão da Pavimentação urbana focado nas linhas de transporte coletivo, garantindo vias adequadas e bem mantidas para o tráfego eficiente de veículos de transporte público</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Do Sistema de Logística e Transporte de Carga</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ implementar estratégias para otimizar a circulação de bens e mercadorias, reduzindo congestionamentos e melhorando a eficiência do transporte de carga dentro do município;</li> <li>▪ estabelecer zonas de carga e descarga estrategicamente localizadas para facilitar o acesso e a distribuição de mercadorias;</li> <li>▪ desenvolver um plano abrangente para fortalecer a cadeia logística, integrando os modais rodoviário, ferroviário e aeroviário;</li> <li>▪ identificar e investir em infraestruturas críticas para garantir a eficiência e a competitividade do sistema logístico;</li> <li>▪ promover parcerias com empresas de logística e transporte para melhorar a coordenação e a eficiência da movimentação de cargas;</li> <li>▪ estabelecer horários especiais de tráfego de veículos de transporte de cargas, bem como restrições de tonelagem nas principais vias ou áreas da cidade;</li> <li>▪ <b>realizar uma revisão completa do sistema viário rural municipal para identificar necessidades de atualização e modernização das estradas;</b></li> <li>▪ implementar melhorias nas estradas rurais para suportar o escoamento eficiente da produção local, considerando novas realidades e demandas do setor agrícola e industrial;</li> <li>▪ garantir que as estradas rurais sejam pavimentadas e mantidas adequadamente para suportar o tráfego de veículos de carga pesada;</li> <li>▪ investir em tecnologias de monitoramento e gestão de transporte de carga para melhorar a segurança e a eficiência das operações logísticas;</li> <li>▪ implementar sistemas de controle e rastreamento de mercadorias para otimizar o fluxo de cargas e reduzir perdas e danos durante o transporte;</li> <li>▪ criar e desenvolver centros logísticos integrados que facilitem a consolidação, armazenamento e distribuição de mercadorias;</li> <li>▪ promover a localização estratégica desses centros para otimizar o tempo e os custos de transporte;</li> <li>▪ promover a capacitação e qualificação dos profissionais envolvidos na logística e transporte de carga para garantir a adoção de melhores práticas e tecnologias avançadas;</li> <li>▪ oferecer treinamentos e workshops para empresas locais sobre gestão eficiente de logística e transporte de cargas.</li> </ul>



POLÍTICAS	AÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> <li>Do Sistema de Circulação do Pedestre, Cicloviário, Calçadas e Espaços de Fruição Urbana</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>implementar adequações urbanísticas nos trechos rodoviários que cortam a malha urbana para melhorar a segurança e a acessibilidade dos pedestres;</li> <li>construir e melhorar passarelas, faixas de pedestres e sinalização vertical e horizontal em áreas de alta circulação;</li> <li>criar áreas de convivência, espaços verdes e uso misto nas proximidades de rodovias urbanas para proporcionar um ambiente mais agradável e seguro para os pedestres e moradores locais;</li> <li>retomar e expandir o programa "Ruas de Lazer", fechando temporariamente ruas ao tráfego de veículos para uso exclusivo de pedestres e ciclistas em dias específicos;</li> <li>promover atividades culturais, esportivas e recreativas durante os eventos de "Ruas de Lazer" para incentivar a participação da comunidade;</li> <li>avaliar e selecionar ruas adequadas para o programa, priorizando áreas com alto potencial de engajamento comunitário;</li> <li>dotar o Município de uma adequada sinalização, padronizada nas suas diversas formas e que estabeleça ordenamento, prioridade, segurança, informação e conforto ao ato de circular;</li> <li>desenvolver e implementar campanhas educativas para conscientizar motoristas e pedestres sobre a importância de respeitar as leis de trânsito;</li> <li>promover a educação sobre a sinalização semafórica, limites de velocidade e a preferência do pedestre nas faixas de travessia através de materiais informativos, workshops e eventos comunitários;</li> <li>utilizar mídia social, rádio, televisão e outras plataformas de comunicação para ampliar o alcance das campanhas educativas;</li> <li>expandir a rede de ciclovias e ciclofaixas, conectando áreas residenciais, comerciais e de lazer para promover o uso da bicicleta como meio de transporte;</li> <li>implementar bicicletários e pontos de apoio para ciclistas em locais estratégicos da cidade;</li> <li>garantir a manutenção periódica e sinalização adequada das ciclovias para assegurar a segurança dos usuários;</li> <li>realizar a manutenção e ampliação das calçadas para garantir acessibilidade universal e segurança aos pedestres;</li> <li>implementar projetos de paisagismo urbano que incluam áreas de descanso, bancos, iluminação e vegetação nas calçadas e espaços públicos;</li> <li>possibilitar por meio de legislação própria a criação de Parklets por parte da iniciativa privada;</li> <li>promover a utilização de espaços urbanos subutilizados para a criação de áreas de lazer e convivência, incentivando a interação social e a fruição urbana;</li> <li>estabelecer um sistema de monitoramento contínuo para avaliar a eficácia das intervenções urbanísticas e das campanhas educativas;</li> <li>coletar feedback da comunidade para ajustar e melhorar as iniciativas de acordo com as necessidades e percepções dos usuários.</li> </ul>

POLÍTICAS	AÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Da Política de Acessibilidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ revisar e atualizar a legislação municipal sobre calçadas e vias para incorporar conceitos de mobilidade sustentável, caminhabilidade e acessibilidade universal;</li> <li>▪ estabelecer normas e padrões técnicos para a construção e manutenção de calçadas que garantam a segurança e o conforto dos pedestres;</li> <li>▪ elaborar, um Plano Municipal para Calçadas, no prazo máximo de 3 (três) anos, a contar da data de publicação desta Legislação, que inclua diretrizes específicas para diferentes áreas e setores da cidade;</li> <li>▪ integrar o Plano Municipal de Arborização Urbana e o Plano de Iluminação Pública ao Plano de Calçadas para garantir uma abordagem holística e coordenada no desenvolvimento urbano;</li> <li>▪ definir modelos de desenho de calçadas e travessias que atendam às necessidades de acessibilidade, segurança e conforto dos usuários;</li> <li>▪ definir um regulamento para calçadas históricas e com inclinação superior a 20%;</li> <li>▪ identificar e mapear rotas acessíveis prioritárias que conectem pontos estratégicos da cidade, como escolas, hospitais, centros comerciais e áreas residenciais;</li> <li>▪ implementar melhorias nas rotas acessíveis, incluindo rampas, pisos táteis, sinalização adequada e travessias seguras;</li> <li>▪ adotar o desenho universal para as calçadas públicas da cidade, garantindo que as dimensões e os materiais utilizados sejam adequados para todos os usuários, incluindo pessoas com mobilidade reduzida, idosos e crianças;</li> <li>▪ incorporar elementos de paisagismo e mobiliário urbano que melhorem a caminhabilidade e o conforto dos pedestres, como árvores, bancos e iluminação pública;</li> <li>▪ implementar um plano de iluminação pública eficiente e sustentável que aumente a segurança e a visibilidade nas calçadas e vias públicas;</li> <li>▪ desenvolver campanhas educativas para conscientizar a população sobre a importância da acessibilidade e do uso adequado das calçadas;</li> <li>▪ envolver a comunidade no processo de planejamento e implementação das melhorias de acessibilidade, buscando feedback e sugestões para garantir que as intervenções atendam às necessidades reais dos usuários;</li> <li>▪ estabelecer um sistema de monitoramento contínuo para avaliar a eficácia das políticas e ações de acessibilidade;</li> <li>▪ realizar auditorias periódicas nas calçadas e vias para identificar áreas que necessitam de melhorias e garantir a conformidade com os padrões estabelecidos.</li> </ul>

POLÍTICAS	AÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Do Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável – DOTS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ desenvolver e implementar infraestruturas seguras e acessíveis para pedestres e ciclistas, incluindo calçadas amplas, sinalizações adequadas, ciclovias protegidas e instalações para estacionamento de bicicletas;</li> <li>▪ ampliar a rede de ciclovias conectando áreas residenciais, comerciais e de lazer para promover o uso da bicicleta como meio de transporte diário;</li> <li>▪ incentivar a implantação de empreendimentos habitacionais mistos com demais usos ao longo dos eixos de transporte e entorno das estações de transporte coletivo;</li> <li>▪ incentivar a implantação de empreendimentos habitacionais mistos ao longo dos eixos de transporte e entorno de estações de transporte coletivo, incentivando a mobilidade ativa reduzindo a necessidade de deslocamentos longos;</li> <li>▪ estimular a instalação de empresas que promovam o uso de modais de transporte alternativos ao carro e moto, oferecendo infraestrutura de qualidade para suportar essa mudança;</li> <li>▪ <b>criar políticas de incentivo para a consolidação de subcentros urbanos e eixos de estruturação que conectem esses subcentros ao centro principal da cidade;</b></li> <li>▪ fomentar o desenvolvimento de áreas que promovam a mobilidade ativa, com fácil acesso a transporte coletivo e infraestruturas adequadas para pedestres e ciclistas;</li> <li>▪ promover a transição gradual dos veículos de transporte público para aqueles movidos a energia limpa, como ônibus elétricos e movidos a biocombustíveis;</li> <li>▪ implementar políticas de incentivo para a aquisição e uso de veículos de transporte público sustentáveis;</li> <li>▪ incentivar a construção e <i>retrofit</i> de edifícios nas regiões próximas aos eixos de transporte, visando à eficiência energética e sustentabilidade ambiental;</li> <li>▪ desenvolver campanhas educativas para conscientizar a população sobre os benefícios do transporte sustentável e das práticas de eficiência energética;</li> <li>▪ envolver a comunidade no planejamento e implementação das políticas de desenvolvimento urbano sustentável, buscando feedback e colaboração ativa;</li> <li>▪ estabelecer um sistema de monitoramento contínuo para avaliar a eficácia das políticas e ações de Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável ;</li> <li>▪ realizar auditorias periódicas nas infraestruturas de transporte e edifícios para garantir a conformidade com os padrões de sustentabilidade e eficiência energética.</li> </ul>

POLÍTICAS		AÇÕES
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>Do Sistema de Abastecimento de Água</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico – temática Abastecimento de Água - e manter atualizado, através da criação de um Banco de Dados de Saneamento e de acesso público;</li> <li>elaborar e implantar planos de conservação e recuperação de mananciais;</li> <li>ampliar ou complementar redes de abastecimento em distritos afastados da sede municipal a fim de atender demandas advindas de população flutuante, especialmente no distrito de Cruzeiro dos Peixotos;</li> <li>manter e ampliar a rede de distribuição de água visando o atendimento da demanda atual e projetada para o horizonte de 10 (dez) anos;</li> <li>implementar campanhas educacionais de redução do consumo de água, reuso da água e consumo consciente com objetivo de reduzir o índice de consumo per capita de água, que se encontra muito acima da média nacional e estadual;</li> <li>definir incentivos por meio de legislações e programas que promovam a implementação de infraestrutura e/ou projetos de instalações hidráulicas, voltadas a captação e uso de águas pluviais para construções existentes e novos empreendimentos, tanto para usos residenciais quanto industriais;</li> <li>desenvolver e/ou implementar sistema piloto de monitoramento das redes em tempo real, a fim de permitir o mapeamento de pontos de perda d'água e melhoria no tempo de resposta a acidentes que gerem perda de pressão repentina</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Do Sistema de Esgotamento Sanitário</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico – temática Esgotamento Sanitário - e manter atualizado, através da criação de um Banco de Dados de Saneamento, de acesso público;</li> <li>manter e ampliar a rede de coleta e tratamento de efluentes visando o atendimento da demanda atual e projetada para o horizonte de 10 (dez) anos;</li> <li>elaborar e implementar Plano de Ação Emergencial Ambiental voltado a segurança hídrica da bacia do Rio Uberabinha e parte da bacia do Rio Araguari, contemplando possíveis cenários de contaminações decorrentes de eventos nas Rodovias, Ferrovias e Eles da região.</li> </ul>

POLÍTICAS	AÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Do Sistema de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ elaborar o Plano Diretor de Drenagem Urbana, no prazo máximo de 3 (três) anos, a contar da data de publicação desta Lei, compatibilizando as proposições integrantes do Plano Diretor Urbano Municipal, Plano Municipal de Resíduos Sólidos, Plano Municipal de Saneamento Básico e Sistema de Gestão Urbana;</li> <li>▪ estruturar no portal da Prefeitura a divulgação do Plano Diretor de Drenagem na fase de elaboração, estimulando a população e entidades afins a participar da concretização das suas propostas;</li> <li>▪ realizar capacitação continuada, ministrando cursos sobre o Plano Diretor de Drenagem aos técnicos responsáveis do setor responsável por sua implementação;</li> <li>▪ elaborar normativos com orientações e recomendações na fase de planejamento dos loteamentos e dos empreendimentos;</li> <li>▪ elaborar manual de orientações para cumprimento das vazões de restrição através de medidas de controle do uso do solo, atendendo ao estabelecido pelo Plano Diretor do Município e à segurança do Sistema Público de Drenagem;</li> <li>▪ elaborar o Plano de Drenagem Pluvial, considerando a macrodrenagem, tratamento de fundo de vale e mitigação de inundações, com recomendações gerais para estudos hidrológicos/hidráulicos das bacias hidrográficas do Município, bem como discorrer sobre alternativas de intervenção nos fundos de vale e para controle de vazões;</li> <li>▪ estruturar a macrodrenagem e controles regionais, com orientações quanto aos dimensionamentos e operação dos dispositivos do sistema primário de drenagem;</li> <li>▪ implantar o monitoramento hidrológico e gestão de risco e desastres, com as principais informações do Sistema de Monitoramento Hidrológico do Município, bem como consolidar as ações de proteção e defesa coordenadas pela Defesa Civil do Município</li> <li>▪ avaliar a capacidade do sistema de drenagem atual, caracterizando o sistema de macrodrenagem, efetuando sua modelagem matemática e mapear as áreas de risco de inundação.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Do Sistemas dos Resíduos Sólidos e da Limpeza Urbana</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ reduzir o volume de resíduos sólidos destinados à disposição final, principalmente nos aterros, através da promoção de campanhas educativas e políticas públicas que visem a redução, reutilização e reciclagem do lixo nos meios urbano e rural;</li> <li>▪ adotar medidas de controle e fiscalização para assegurar que a disposição de qualquer forma de matéria ou energia na natureza não produza riscos ao meio ambiente ou à saúde pública e que as atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais tenham sua implantação e operação controladas;</li> <li>▪ ampliar a coleta seletiva dos resíduos sólidos domiciliares, almejando a abrangência de toda a cidade e estabelecer programas visando o atendimento das demandas da população rural;</li> <li>▪ buscar novas tecnologias para fiscalização e monitoramento de descarte de resíduos sólidos nas áreas urbanas e rurais;</li> <li>▪ mapear a geração dos resíduos sólidos no Município e inserir as informações no sistema de informações geográficas, inclusive os serviços públicos de limpeza e manejo de resíduos sólidos;</li> <li>▪ implantar novas unidades municipais de entrega voluntária de resíduos sólidos, denominados de Ecopontos, para o atendimento aos pequenos geradores, em locais estratégicos a serem definidos mediante estudo;</li> <li>▪ ampliar a coleta seletiva na área rural em parceria com os conselhos rurais, assentamentos de reforma agrária e associações de sítios de recreio;</li> <li>▪ promover campanhas educativas e políticas públicas que visem contribuir com a redução, reutilização e a reciclagem do lixo nos meios urbano e rural.</li> </ul>

POLÍTICAS	AÇÕES	
<p>DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURÍSTICO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Da Agricultura Urbana</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ desenvolver programa municipal para agricultura urbana, criando espaços públicos para hortas comunitárias e jardins urbanos especialmente nas áreas vazias que não cumprem com sua função social;</li> <li>▪ mapear as áreas ociosas e subutilizadas do município que possam ser destinadas à agricultura urbana;</li> <li>▪ apoiar a criação de cooperativas de agricultores urbanos para gestão compartilhada de recursos e conhecimentos;</li> <li>▪ criar a política de IPTU verde, que pode ser vinculado a projetos como hortas urbanas, sistema de compostagem em condomínios e semelhantes;</li> <li>▪ incentivar a produção e o consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos na cidade, por meio de programas de capacitação e incentivos à comercialização;</li> <li>▪ <b>estimular a criação de hortas comunitárias em escolas, hospitais, creches e outros espaços públicos, como forma de promover a educação ambiental e o acesso a alimentos saudáveis;</b></li> <li>▪ apoiar a criação de mercados de produtores locais, que ofereçam produtos frescos e orgânicos diretamente dos agricultores urbanos;</li> <li>▪ desenvolver um sistema de coleta e compostagem de resíduos orgânicos, para utilização na agricultura urbana e redução do impacto ambiental;</li> <li>▪ promover campanhas que incentivem a prática da compostagem residencial e viabilizar parcerias para a criação de centros de compostagem junto às associações de bairros;</li> <li>▪ criar um programa de capacitação e assistência técnica para agricultores urbanos, que ofereça conhecimentos sobre técnicas de cultivo, gestão de negócios e comercialização;</li> <li>▪ criar um programa de capacitação e assistência técnica para agricultores urbanos, que ofereça conhecimentos sobre técnicas de cultivo, gestão de negócios e comercialização.</li> </ul>

POLÍTICAS	AÇÕES	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Dos Distritos Industriais e Empresariais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ realizar estudos de viabilidade técnica e econômica para a criação de novas áreas industriais e empresariais, considerando a localização, a infraestrutura disponível e o potencial de atração de investimentos;</li> <li>▪ aprimorar os programas de incentivos fiscais para empresas que se instalem nos distritos industriais, com critérios de sustentabilidade e geração de empregos;</li> <li>▪ apoiar a criação de incubadoras e aceleradoras de empresas nos distritos industriais, que fomentem o empreendedorismo e a inovação;</li> <li>▪ promover a realização de eventos e feiras de negócios nos distritos industriais, que divulguem o potencial da região e atraiam novos investidores;</li> <li>▪ desenvolver um plano de comunicação e marketing para os distritos industriais, visando atrair novos investimentos e empresas;</li> <li>▪ fomentar a criação de um conselho gestor para o distrito industrial, composto por representantes do poder público, empresários e comunidade local, para acompanhar o desenvolvimento e propor melhorias;</li> <li>▪ incentivar a criação de programas de responsabilidade social nas empresas dos distritos industriais, que promovam o desenvolvimento social e ambiental da região;</li> <li>▪ estabelecer parcerias com instituições de ensino e pesquisa para o desenvolvimento de projetos de inovação e tecnologia nos distritos industriais;</li> <li>▪ promover a realização de estudos e pesquisas sobre o impacto dos distritos industriais no desenvolvimento econômico e social do município.</li> </ul>

POLÍTICAS	AÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Da Ciência, Tecnologia e Geração de Emprego</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ criar o programa de incentivo à pesquisa e desenvolvimento em empresas locais, com linhas de crédito, isenção de impostos e outras formas de apoio;</li> <li>▪ implementar um programa de capacitação e qualificação profissional, em parceria com instituições de ensino e empresas, para atender às demandas do mercado de trabalho local;</li> <li>▪ desenvolver um plano de atração de empresas de base tecnológica para o município, oferecendo incentivos fiscais, infraestrutura e apoio à instalação;</li> <li>▪ criar um centro de inovação e tecnologia, que ofereça espaço e recursos para startups e empresas de base tecnológica desenvolverem seus projetos;</li> <li>▪ criar um observatório de ciência, tecnologia e inovação, para monitorar e avaliar o desenvolvimento do setor no município e propor políticas públicas;</li> <li>▪ implementar um sistema de gestão inteligente da cidade, que utilize tecnologias da informação e comunicação para melhorar a eficiência dos serviços públicos e a qualidade de vida da população;</li> <li>▪ apoiar a criação de um parque tecnológico, que abrigue empresas de base tecnológica, centros de pesquisa e universidades, fomentando a inovação e o desenvolvimento tecnológico;</li> <li>▪ ampliar a aquisição de compras públicas por empresas locais, preferencialmente por micro e pequenas empresas, visando estimular a economia da cidade;</li> <li>▪ fomentar a criação de um fundo municipal de apoio à inovação, que ofereça recursos financeiros para projetos de pesquisa e desenvolvimento em áreas estratégicas;</li> <li>▪ ampliar a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes, em parceria com instituições de ensino, para qualificar a mão de obra local;</li> <li>▪ desenvolver um programa de inclusão digital, que ofereça acesso gratuito à internet e equipamentos de informática para a população de baixa renda;</li> <li>▪ avaliar a viabilidade de criação de um programa de bolsas de estudo e pesquisa em áreas estratégicas para o desenvolvimento do município;</li> <li>▪ estimular a participação de Uberlândia em redes de colaboração em ciência, tecnologia e inovação com outras cidades, estados e países;</li> <li>▪ promover a internacionalização das empresas de base tecnológica de Uberlândia, apoiando sua participação em feiras e missões internacionais;</li> <li>▪ desenvolver um plano de comunicação e marketing para divulgar o potencial de Uberlândia como polo de ciência, tecnologia e inovação;</li> <li>▪ promover a realização de eventos e atividades que estimulem a cultura da inovação e do empreendedorismo, como hackathons, feiras de tecnologia e workshops.</li> </ul>



POLÍTICAS	AÇÕES
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Do Setor Turístico                             <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ elaborar o Plano Municipal de Turismo, no prazo máximo de 3 (três) anos, a contar da data de publicação desta Lei, aproveitando o potencial paisagístico oferecido pelas represas, o potencial do agroturismo, das tradições rurais de Uberlândia, além do patrimônio histórico, cultural e arqueológico que o município possui;</li> <li>▪ realizar pesquisas e estudos para identificar o perfil dos turistas que visitam Uberlândia e suas demandas, a fim de aprimorar a oferta turística do município;</li> <li>▪ criar um programa de incentivo ao turismo de negócios e eventos, com a oferta de espaços e serviços adequados para a realização de congressos, feiras e outros eventos;</li> <li>▪ promover a integração do turismo com o setor de eventos, incentivando a realização de eventos esportivos, culturais e de negócios em Uberlândia;</li> <li>▪ criar um calendário de eventos turísticos diversificado, que inclua eventos culturais, esportivos, gastronômicos e de negócios;</li> <li>▪ desenvolver roteiros turísticos temáticos, que explorem a história, a cultura, a gastronomia e a natureza do município;</li> <li>▪ implementar um sistema de sinalização turística eficiente, que facilite a orientação dos visitantes e a identificação dos atrativos turísticos;</li> <li>▪ criar um programa de incentivo ao turismo acessível, que ofereça condições para que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam desfrutar das atividades turísticas;</li> <li>▪ desenvolver um plano de marketing turístico para Uberlândia, que divulgue seus atrativos e eventos em diferentes canais de comunicação, como redes sociais, sites especializados e mídia tradicional;</li> <li>▪ investir na qualificação da mão de obra do setor turístico, por meio de cursos de idiomas, atendimento ao cliente, gastronomia e outras áreas relevantes.</li> </ul> </li> </ul>

POLÍTICAS	AÇÕES	
<p>DAS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Da Política Municipal de Educação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ prover acesso à internet para estudantes das escolas públicas;</li> <li>▪ utilizar equipamentos e materiais pedagógicos tecnologicamente avançados, garantindo um ambiente de ensino moderno e eficaz;</li> <li>▪ integrar tecnologias educacionais aos processos pedagógicos e desenvolver plataformas online para acompanhamento e avaliação de desempenho do sistema de ensino e das causas da evasão escolar;</li> <li>▪ realizar estudos para a construção, reforma e ampliação da rede física em conformidade com os padrões da legislação específica e das necessidades de demanda, garantindo a acessibilidade e o desenvolvimento de atividades pedagógicas fundamentais à aprendizagem;</li> <li>▪ eliminar a demanda reprimida por vagas escolares, assegurando a construção de novas escolas em novos bairros, preferencialmente em comunidades periféricas e a ampliação das escolas existentes;</li> <li>▪ realizar estudos para criação de novas escolas de tempo integral, em especial nas regiões mais populosas e periféricas do Município;</li> <li>▪ garantir que todas as escolas da rede municipal de ensino obtenham as certificações necessárias para o pleno funcionamento, incluindo o habite-se, a averbação do Corpo de Bombeiros, o laudo sanitário e a adequação às normas de acessibilidade;</li> <li>▪ desenvolver estudo de polarização entre o ensino fundamental e o ensino médio, em conjunto com a secretaria de Estado da Educação, por critério territorial para estimativa das vagas necessárias no ensino médio para os egressos da rede municipal de ensino;</li> <li>▪ criar rotas acessíveis nas imediações das unidades de ensino com proteção às crianças;</li> <li>▪ criar uma instancia político-administrativa permanente para discutir e acompanhar as mudanças curriculares necessárias e os investimentos em inovação educacional continuada;</li> <li>▪ desenvolver um Programa Parcerias Comunitárias para trabalhar em estreita colaboração com as partes interessadas da comunidade escolar, a comunidade e entidades organizadas da sociedade civil, criando processos que capacitam as comunidades a melhorarem as oportunidades educacionais em seus bairros;</li> <li>▪ criar o programa “Escola dos Pais” para discussão de temas afins à educação em cada fase dos estudantes;</li> <li>▪ garantir a merenda escolar de qualidade para as crianças nas escolas mesmo em tempo parcial.</li> </ul>

POLÍTICAS	AÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Da Política Municipal de Saúde</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ realizar as ações coletivas com foco no comportamento e estilo de vida;</li> <li>▪ manter o número de equipes de saúde conforme parâmetro populacional do Ministério da Saúde e as especificidades territoriais;</li> <li>▪ preservar o quantitativo de colaboradores nas Unidades de Saúde em número igual ou superior ao previsto na legislação;</li> <li>▪ organizar ações e serviços de saúde em busca da integralidade do cuidado;</li> <li>▪ melhorar os acessos aos estabelecimentos da rede de saúde;</li> <li>▪ <b>revisar e atualizar dos instrumentos municipais de planejamento em saúde;</b></li> <li>▪ assegurar a sustentabilidade nas contratações de serviços de saúde;</li> <li>▪ <b>viabilizar a captação de recursos para investimento e custeio;</b></li> <li>▪ atualizar periodicamente as necessidades e prioridades para ampliar, reformar, construir, adequar e equipar as unidades de saúde;</li> <li>▪ promover ações de integração dos sistemas e serviços da atenção ambulatorial especializada e atenção hospitalar com a atenção primária;</li> <li>▪ coordenar, gerenciar e unificar as demandas de educação permanente da rede de atenção à saúde do município;</li> <li>▪ otimizar os processos de aquisição de medicamentos e insumos;</li> <li>▪ organizar a localização das farmácias em locais estratégicos para a população</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Da Política Municipal de Defesa Social</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ promover esforços através de projetos específicos submetidos aos governos estadual e federal para a alocação de recursos materiais e humanos destinados à segurança pública municipal;</li> <li>▪ <b>fortalecer a Defesa Civil em relação às mudanças climáticas em especial no caso de enchentes;</b></li> <li>▪ fortalecer os conselhos municipais afetos aos sistemas de defesa social, defesa civil e a política sobre drogas;</li> <li>▪ organizar ações integradas às políticas de educação, assistência social e saúde que promovam os direitos fundamentais, a cidadania e a dignidade humana;</li> <li>▪ promover e apoiar estudos, pesquisas e outros correlatos, objetivando viabilizar e estender a participação social, construir planos que otimizem a atuação integrada dos órgãos de defesa social e que estimulem a cooperação popular nas decisões de políticas municipais, sob sua atuação, notadamente na seara da prevenção às drogas, segurança pública e de proteção e defesa civil.</li> </ul>

POLÍTICAS	AÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Da Política Municipal de Cultura e dos Instrumentos de Proteção Cultural</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ implantar e incentivar projetos integrados com as diversas instâncias educacionais (ensino fundamental, médio e superior) e com a comunidade e entidades voltadas para a formação da cidadania, de modo a aprimorar e ampliar educação patrimonial;</li> <li>▪ <b>implantar e incentivar projetos de modo a fomentar o turismo relacionado ao patrimônio cultural da cidade;</b></li> <li>▪ instituir instrumentos normativos, a proteção dos Bairros Fundinho e Patrimônio de Nossa Senhora da Abadia;</li> <li>▪ <b>criar e/ou reforçar mecanismos de proteção, promoção e recuperação das memórias, da história, do patrimônio material e imaterial dos Distritos;</b></li> <li>▪ criar e/ou melhorar mecanismos de compensação para os proprietários de imóveis localizados nos bairros históricos (Fundinho e Patrimônio da Abadia), como por exemplo permitir a transferência de potencial construtivo para outras regiões;</li> <li>▪ implementar programas de descentralização de acervos bibliográficos, viabilizando seu maior acesso ao cidadão e ágil disponibilização das informações;</li> <li>▪ manter e Ampliar os Programas que compõem a Política Cultural do Município:             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Programa Cultura na Comunidade</li> <li>○ Programa Cidade da Música</li> <li>○ Programa Ler com Prazer</li> <li>○ Programa de Apoio à Comunidade – PROAC</li> <li>○ Programa de Proteção e Preservação do Patrimônio Cultural</li> <li>○ Programa Promoção de Ações Afirmativas em Prol da Comunidade Afro – PROAFRO</li> <li>○ Programa Dialogando</li> <li>○ Programa Qualificando Saberes</li> <li>○ Programa Municipal de Incentivo à Cultura - PMIC</li> </ul> </li> <li>▪ construir novos Centros Culturais Multiuso nas diversas zonas do município, incluindo os Distritos;</li> <li>▪ implantar ações para a requalificação e revitalização da região central da cidade;</li> <li>▪ manter o Fundo Municipal o FUMPAC, o FUMTUR;</li> <li>▪ assegurar a existência e funcionamento do Conselho Municipal de Turismo, do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Cultural, do Conselho Municipal de Política Cultural e do Conselho Municipal de Igualdade Racial, como instâncias de interlocução ligadas a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Da Política Municipal de Esporte e Lazer</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ desenvolver estudos e projetos para a construção de um centro de treinamento olímpico e paralímpico, uma arena multiuso e melhorar a infraestrutura esportiva do Complexo do Parque Sabiá;</li> <li>▪ promover competições interescolares envolvendo instituições de ensino fundamental;</li> <li>▪ criar rotas acessíveis para os acessos aos equipamentos esportivos e de lazer com a integração entre eles;</li> <li>▪ dotar o município de espaços para o desenvolvimento do lazer, para todas as idades;</li> <li>▪ <b>criar os percursos culturais urbanos e rurais com infraestrutura peatonal e cicloviário adequada, associada às práticas de caminhadas e ciclismo;</b></li> <li>▪ criar programas permanentes e sazonais de atividades culturais para a população com incentivo à leitura e ao esporte.</li> </ul>

POLÍTICAS	AÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Da Política Municipal de Assistência Social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ realizar a gestão dos recursos oriundos dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social, direcionando-os para serviços, programas, projetos e benefícios sociais específicos, de acordo com as demandas diagnosticadas no Município;</li> <li>▪ estabelecer atos administrativos e/ou regulamentadores de projetos, programas, benefícios e serviços de assistência social, de forma de assegurá-los como política de Estado;</li> <li>▪ buscar ampliação do cofinanciamento, através da captação de recursos estaduais, federais para implantação e expansão de programas sociais, de acordo com as demandas diagnosticadas no Município;</li> <li>▪ criar e implementar políticas públicas destinadas à promoção dos direitos humanos e da cidadania das pessoas LGBTQIA+ e ao enfrentamento da discriminação contra as mesmas;</li> <li>▪ apoiar, orientar e acompanhar as famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, articulando os serviços socioassistenciais com as diversas políticas públicas e com órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;</li> <li>▪ fomentar o atendimento à população em situação de vulnerabilidade social, encaminhando aos recursos da comunidade que formam a rede de proteção social do Município, de acordo com a demanda apresentada;</li> <li>▪ estimular e propiciar a capacitação dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;</li> <li>▪ apoiar o atendimento social à população vitimada por situações de emergência ou de calamidade pública, em ação conjunta com as demais políticas públicas;</li> <li>▪ ampliar os cursos de qualificação e requalificação profissional oferecidos nos Centros de Referência Profissionalizantes e unidades itinerantes, fomentando oportunidades de geração de trabalho e renda, estimulando o empreendedorismo, o associativismo e a autossustentabilidade de jovens e adultos;</li> <li>▪ fomentar a intersetorialidade, como estratégia de gestão, visando ampliar as ofertas da Assistência Social em integração com as demais políticas setoriais de modo a permitir o acesso aos direitos sociais básicos e a ampliação de oportunidades às famílias em situação de vulnerabilidade social;</li> <li>▪ fortalecer a articulação intersetorial através do estabelecimento de fluxos de trabalho referentes ao atendimento da rede socioassistencial e demais políticas setoriais envolvidas nas demandas apresentadas;</li> <li>▪ manter parcerias com organizações não governamentais que fazem parte do Sistema Único de Assistência Social – SUAS como prestadores complementares de serviços socioassistenciais, para a ampliação e/ou manutenção da rede de proteção social básica e especial, tendo como referência a legislação vigente;</li> <li>▪ fomentar a participação da sociedade civil nos mecanismos de controle social tais como conselhos, conferências, fóruns referentes às políticas desenvolvidas no campo da assistência social;</li> <li>▪ aprimorar a gestão compartilhada do Benefício de Prestação Continuada – BPC, do Programa Bolsa Família (PBF) e a provisão dos benefícios eventuais, fortalecendo a integração entre os mesmos;</li> <li>▪ identificar e cadastrar famílias em situação de vulnerabilidade, possibilitando o acesso aos dispositivos de segurança de renda na Gestão do SUAS no âmbito municipal.</li> </ul>

POLÍTICAS	AÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Da Política Municipal de Habitação de Interesse Social</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ estabelecer parceria com universidades, ONG'S, cooperativas e outras atividades para ampliar a oferta de serviços de assistência técnica e fortalecer a rede de apoio às famílias beneficiadas;</li> <li>▪ criar e reservar estoques de áreas urbanas para implantação de programas habitacionais de interesse social respeitando as Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS demarcadas na Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo Urbano;</li> <li>▪ estruturar o Fundo Municipal da Habitação, através de recursos provenientes do Estado, União e outras receitas municipais oriundas do processo de utilização de instrumentos do Estatuto da Cidade, e destinar seus recursos para programas de habitação de interesse social;</li> <li>▪ elaborar e manter atualizado o Plano Local de Habitação de Interesse Social, no prazo máximo de 3 (três) anos, a contar da data de publicação desta Lei Complementar, definindo procedimentos e ações de curto, médio e longo prazo, para viabilizar o acesso à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, infraestrutura, transporte, serviços, trabalho e lazer, respeitando as diretrizes de ordenamento e controle do uso e ocupação do solo, de preservação do meio ambiente natural e construído garantindo a participação da comunidade;</li> <li>▪ estabelecer parcerias com Entidades para promover a capacitação contínua de arquitetos, urbanistas e engenheiros para atuarem em projetos de ATHIS, garantindo a qualidade e a segurança das intervenções.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Da Política Municipal de Paisagem e Sistema dos Espaços Livres</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ implementar o Plano de Renaturalização Urbana e da Paisagem através da criação de novas áreas verdes, tais como parques públicos e praças, corredores da biodiversidade, distribuídos em diferentes setores de interesse ambiental e de lazer, considerando o conforto climático, sonoro e visual, o aumento da permeabilidade do solo, e que se constituam em marcos de referência dotados de valores cênicos e simbólicos, vinculados à imagem da cidade;</li> <li>▪ desenvolver programa de identidade visual do município, abrangendo mobiliário urbano, regras de publicidade e propaganda, padronização de calçadas e arborização urbana;</li> <li>▪ definir o tipo de vegetação urbana e infraestrutura verde a serem implementados na cidade e ações correlatas para obter um impacto real na renaturalização da paisagem através de um Plano de Arborização Urbana voltado à sua integração;</li> <li>▪ estabelecer normas, padrões, restrições e incentivos ao uso e ocupação dos imóveis públicos e privados considerando os aspectos do meio ambiente natural, cultural e edificado visando a sustentabilidade ambiental e a manutenção da paisagem urbana;</li> <li>▪ produzir áreas apropriadas ao seu uso com comodidade, segurança e proteção, com acessibilidade e de fácil circulação e que não desorganizem outras atividades;</li> <li>▪ desenvolver o plano de requalificação das áreas centrais e dos subcentros;</li> <li>▪ regulamentar as fachadas ativas e espaços de fruição pública através da inclusão de regras na Lei de Uso e Ocupação do Solo, no Código de Obras e de Posturas Municipais;</li> <li>▪ regulamentar a implantação de espaços tipo parklets nas áreas centrais e culturais integrados às rotas culturais.</li> </ul>

POLÍTICAS	AÇÕES	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Da Política Municipal de Prevenção de Desastres e Mudanças Climáticas, Proteção e Defesa Civil</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ realizar o desenvolvimento de projetos de sistemas de prevenção e proteção contra enchentes para áreas e habitações situadas em cota inferior à cota de inundação;</li> <li>▪ identificar e mapear, de forma georreferenciada, as áreas com riscos geológicos e de inundações, a fim de minimizar as inundações, processos erosivos, contaminações do lençol freático, entre outros;</li> <li>▪ aprimorar os sistemas de alerta para áreas mais propensas a inundação durante eventos extremos de chuva;</li> <li>▪ criar um programa de controle e monitoramento contínuo e de alerta das áreas de risco geológico-geotécnicas e de inundações a fim de evitar ocupações do solo inadequadas, bem como minimizar os impactos decorrentes;</li> <li>▪ apoiar a formação comitês locais de gestão de riscos ambientais;</li> <li>▪ elaborar e implementar o plano de adaptação e mitigação das mudanças climáticas;</li> <li>▪ elaborar planos de emergência para situações de extremos climáticos;</li> <li>▪ elaborar o inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) visando o mapeamento das fontes de emissões de uma atividade ou seus processos, monitorando e quantificando o registro dessas emissões;</li> <li>▪ estruturar um banco de dados de voluntários para serem acionados em caso de desastres naturais</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Da Política Municipal de Regularização Urbanística e Fundiária</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ cadastrar e mapear a estrutura fundiária do município, objetivando a constituição de um banco de dados, com o mapeamento e a indicação das propriedades urbanas em questão;</li> <li>▪ delimitar e cadastrar as áreas passíveis de regularização com reconhecimento da malha de circulação existente, a fim de viabilizar o endereçamento provisório até à conclusão da urbanização e da regularização destas áreas, quando serão conferidos endereços e arruamentos definitivos;</li> <li>▪ elaborar Planos de Regularização Urbanística e Fundiária das diversas áreas foco do município de Uberlândia, incorporando ações já desenvolvidas pela Prefeitura, envolvendo os atores relacionados ao tema;</li> <li>▪ realizar esforços para a regularização fundiária das sedes dos distritos;</li> <li>▪ criar um programa de regularização das edificações, para os proprietários de edificações em lotes localizadas em áreas regularizadas, de forma a legitimar as construções existentes.</li> </ul>

POLÍTICAS	AÇÕES	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Da Política Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ elaborar o Plano Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar, no prazo máximo de 3 (três) anos, a contar da data de publicação desta Lei Complementar;</li> <li>▪ implementar restaurantes populares em áreas mais densas e de menor renda identificadas a partir dos dados do IBGE por setor censitário;</li> <li>▪ apoiar a construção de Cozinhas Solidárias nos bairros que abriguem populações vulneráveis e maior número de mulheres chefes de família, com integração ao Programa da Secretaria de Abastecimento do Governo Federal para sua manutenção;</li> <li>▪ implantar de hortas urbanas consorciadas;</li> <li>▪ criar cinturões verdes voltados à produção de frutas e verduras com cultivo sem agrotóxicos;</li> <li>▪ firmar acordo com a Central de Abastecimento para fornecimento sistemático de hortifrutigranjeiros em boas condições de consumo em pontos estratégicos da cidade;</li> <li>▪ empreender esforços para em conjunto com as ações do Plano Municipal de Saneamento promover o acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar, pesca e aquicultura.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Dos Direitos para Mulheres, Idosos, Pessoa com Deficiência, População LGBTQIAPN+ e Imigrantes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ prover esforços para implantar a Secretaria Municipal de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, em sinergia com as iniciativas e unidades existentes;</li> <li>▪ realizar oficinas recreativas, artísticas e culturais, específica para melhor idade;</li> <li>▪ garantir a mobilidade e acessibilidade dos pedestres em especial dos idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais;</li> <li>▪ promover melhoria na sinalização viária urbana e na sinalização viária das estradas rurais com tempo adequado nas travessias de pedestres para pessoas idosas e/ou deficientes físicos;</li> <li>▪ divulgar no site da Prefeitura e nas mídias os programas e respectivas unidades com endereços e contatos dos serviços de apoio da assistência social dirigidos a famílias e indivíduos moradores do município de Uberlândia que sofram situações de violação de direitos fundamentais;</li> <li>▪ institucionalizar o auxílio-aluguel para pessoas vítimas de violência doméstica em situação de vulnerabilidade social;</li> <li>▪ oferecer atendimento psicossocial, socioassistencial e jurídico para pessoas vítimas de violência obtenham o suporte necessário para a superação da situação de violência;</li> <li>▪ capacitar as unidades assistenciais existentes e os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) para atender pessoas vivendo situações de violência, violação de direitos ou risco à vida, quanto a: violência, abandono, discriminação, trabalho infantil, trabalho escravo e congêneres, situação de rua e drogas.</li> </ul>



## 2.4.5 Eixos temáticos - situação prospectada

Para a situação prospectada, igualmente aos cenários anteriores, foram elaborados os quadros-síntese abaixo, para cada um dos 05 (cinco) eixos temáticos de desenvolvimento municipal.

O cenário prospectivo, portanto, demonstra a tendência de futuro pretendido para o município de Uberlândia, por meio do planejamento urbanístico, considerando que tenham sido implementados o Plano Diretor Municipal e todo o arcabouço legal que o acompanha, conforme Estatuto da Cidade, como o novo zoneamento urbano, novo perímetro urbano e as ações específicas previstas no Plano de Ação e Investimentos (PAI).

**Quadro 13: Síntese do Eixo de Meio Ambiente – CENÁRIO PROSPECTIVO**

1	EIXO AMBIENTAL
CENÁRIO PROSPECTIVO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• P1- Tendência de crescimento na quantidade de áreas verdes no município e na conservação ambiental, tendo em vista a efetiva implementação de áreas de relevante interesse ecológico (ARIE), de parques municipais e lineares, da aplicação das Políticas Públicas Ambientais, das Ações previstas no PDM, da Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA) e do Sistema Municipal de Educação Ambiental (SISMEA).</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• P2- Tendência de recuperação gradativa das APPs dos rios urbanos e municipais, em função da realização de diversas intervenções públicas com objetivo de proteção e recuperação de nascentes e córregos, descontos em impostos mediante comprovação de recuperação e doação de mudas para arborização viária, dentre outras medidas planejadas e previstas nas ações do PDM, com prazos, metas e custos definidos para sua aplicabilidade.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• P3- Tendência de consolidação da cidade como Polo Agromineral Verde, tendo em vista diretrizes específicas no PDM e previsão do lançamento do Polo Agromineral no Plano de Ação do município, com prazos, metas, custos e responsáveis definidos, para se colocar em prática.</li> </ul>

**Quadro 14: Síntese do Eixo Territorial e Uso do Solo – CENÁRIO PROSPECTIVO**

1	EIXO TERRITORIAL E USO DO SOLO
CENÁRIO PROSPECTIVO	<ul style="list-style-type: none"> <li>• P4- Devido ao macrozoneamento municipal e Plano de Ação do PDM, além de diretrizes e estratégias previstas especificamente para o Eixo Ambiental a tendência será o ordenamento do uso do solo rural, com indicação, por exemplo, de macrozonas de preservação e conservação das áreas de campos hidromórficos, em que não serão permitidas atividades intensivas.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• P5- Com a planejamento decorrente do PDM (para um horizonte de 10 anos), a tendência será o surgimento de novas centralidades urbanas e subcentros ordenados, a ocupação planejada e a consolidação dos setores de vias (arteriais, coletoras, estruturais, de serviços e especiais), com a conseqüente minimização dos vazios urbanos.</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• P6- Com a aprovação e implementação da nova Lei de Perímetro Urbano e Parcelamento do Solo (integrante do Plano Diretor Municipal), a tendência será a proibição de</li> </ul>

<b>1</b>	<b>EIXO TERRITORIAL E USO DO SOLO</b>
	<p>implementação de novos empreendimentos urbanos fora do perímetro constituído legalmente, sob aplicação das penalidades cabíveis, que tenderão a não mais ocorrer.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• P7- Com forte atuação do poder público em políticas habitacionais, planejamento, monitoramento, fiscalização das áreas públicas, implementação e consolidação das ações e áreas de ZEIS previstas no PDM, além de força tarefa para resolução eficaz dos processos fundiários em tramitação na SEPLAN, a tendência será a minimização das invasões e ocupações irregulares ao longo do tempo.</li> </ul>

**Quadro 15: Síntese do Eixo de Infraestrutura urbana, equipamentos e serviços públicos - CENÁRIO PROSPECTIVO**

<b>1</b>	<b>EIXO INFRAESTRUTURA URBANA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS</b>
<b>CENÁRIO PROSPECTIVO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• P8- A partir da implementação e consolidação do novo perímetro urbano, zoneamento urbano (especialmente das zonas de urbanização específica), demais legislações urbanísticas e ações do PDM, de modo a controlar o surgimento de loteamentos clandestinos na área rural, assim como estratégias para suprimento de infraestrutura para a população flutuante, a demanda rural por abastecimento público de água tenderá a diminuir.</li> <li>• P9- Políticas, estratégias, diretrizes e ações do PDM, concomitantes ao Plano Municipal de Saneamento Básico irão auxiliar na promoção do manejo adequado dos resíduos e no crescimento de programas de coleta seletiva, assim como sistemas tecnológicos que possam ser implementados no Aterro Sanitário, cuja tendência é a minimização dos volumes de efluentes lançados na ETE Uberabinha.</li> <li>• P10- Caso o município implemente seu Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais (previsto para 2025), Plano de Emergência Pluviométrico (PEP), assim como realize a estruturação e previsão de bacias de contenção e de medidas estruturais e efetive as ações previstas no PDM (mais áreas permeáveis, áreas verdes, parques urbanos) e instrumentos de gestão de riscos, a tendência é a minimização nos problemas de drenagem urbana e dos casos de alagamentos na cidade.</li> <li>• P11- As estratégias previstas no PDM aliadas a implementação de novas ações e campanhas específicas (uso de cartilhas, propagandas informativas, palestras comunitárias), voltadas à coleta seletiva e formas adequadas de utilização dos PEVs, tenderá a promover o aumento da conscientização da população para o correto manejo de resíduos sólidos e resíduos recicláveis, bem como utilização adequada dos PEVs.</li> <li>• P12- A partir da nova lei de Sistema Viário, demais legislações, diretrizes e ações decorrentes do PDM os conflitos viários serão sanados e minimizados os acidentes de trânsito. Ainda, o PDM trará soluções para a insuficiência de estacionamentos na cidade.</li> <li>• P13- Por meio das diretrizes estratégicas e das ações do PDM, o transporte coletivo tende a ter um crescimento em sua demanda, incrementando e ampliando o sistema existente, tendo em vista a configuração dos novos subcentros e do reordenamento territorial.</li> <li>• P14- O planejamento do sistema viário dentro do PDM e suas ações trará ampliação na rede cicloviária urbana, bem como novas diretrizes de rotas para ampliação de sua rede e</li> </ul>

<b>1</b>	<b>EIXO INFRAESTRUTURA URBANA, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS</b>
	<p>das conexões, assim como melhoria nas infraestruturas, de modo a integrar os usos dos modais de descolamento urbano.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• P15- Com as ações do PDM e previsões de capacidade de atendimento para o horizonte futuro, a tendência é a continuidade e melhoria em sua cobertura, considerando também o cenário de crescimento populacional.</li> </ul>

**Quadro 16: Síntese do Eixo Socioeconômico e Histórico-cultural – CENÁRIO PROSPECTIVO**

<b>1</b>	<b>EIXO SOCIOECONÔMICO E HISTÓRICO-CULTURAL</b>
<b>CENÁRIO PROSPECTIVO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• P16- Tendência de incremento populacional com projeção de elevadas taxas de crescimento ao longo dos próximos anos.</li> <li>• P17- Com a implementação do PDM e suas ações a tendência é de crescimento econômico exponencial de Uberlândia e destaque maior ainda no cenário regional, pois haverá forte atração para instalação de novos empreendimentos econômicos (empresas e indústrias).</li> <li>• P18- Por meio do PDM e zoneamento o crescimento imobiliário da cidade continuará aquecido, porém com locais planejados e dotados de infraestrutura adequada para receber o adensamento vertical</li> <li>• P19- A partir do macrozoneamento municipal e demais legislações pertinentes do arcabouço legal do PDM os atrativos naturais e o entorno dos reservatórios terão regulamentações específicas e normas de uso e ocupação do solo, assim como penalidades em casos de descumprimento, com a tendência de ordenamento e minimização de problemas fundiários nestes locais.</li> <li>• P20- Com as ações do PDM, aplicação de penalidades previstas e monitoramento constante e adequado aos edifícios tombados, a tendência é a minimização e término de ações de descaracterização contra os edifícios tombados, assim como crescimento de ações de manutenção das características históricas destes.</li> </ul>

**Quadro 17: Síntese do Eixo Institucional – CENÁRIO PROSPECTIVO**

<b>1</b>	<b>EIXO INSTITUCIONAL</b>
<b>CENÁRIO PROSPECTIVO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• P21- Tendência de incremento na qualificação do quadro técnico, além do aperfeiçoamento constante, com uso de ferramentas SIG e tecnologias integradas na prestação dos serviços.</li> <li>• P22- As ações do PDM também preveem melhorias nos aspectos institucionais e saúde financeira do município, com proposições de ações que gerarão maior arrecadação pública municipal, atração por novos investidores, dentre outros, o que tenderá a aumentar ainda mais as receitas municipais e sua capacidade para novos investimentos.</li> <li>• P23- Com a aprovação e implementação do Plano Diretor Municipal, zoneamento e demais legislações urbanísticas, a tendência é não mais haver necessidade de alterações posteriores até sua próxima revisão.</li> </ul>

## REFERÊNCIAS

COELHO, C. D. Cadernos de morfologia urbana: os elementos urbanos. Lisboa: Argumentum, 2014. v. 1.

SOUZA, M. J. L. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SILVA, G. J. A. Formas, usos e cenários urbanos: métricas para projetar bairros. Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Revista Oculum Ensaios, vol. 18, e214697, 2021. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/3517/351766234011/html/>>.

UBERLÂNDIA. *Lei Complementar nº 525, de 14 de abril de 2011*. Dispõe sobre o zoneamento do uso e ocupação do solo do município de Uberlândia e revoga a lei complementar nº 245, de 30 de novembro de 2000 e suas alterações posteriores. Disponível em: <[REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA 2024 - 2034  
Consórcio Cidadania • Rua México, 1194 • CEP 82520-190 • Curitiba • PR • Tel.: 55 \(041\) 3024.6633](https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-complementar/2011/53/525/lei-complementar-n-525-2011-dispoe-sobre-o-zoneamento-do-uso-e-ocupacao-do-solo-do-municipio-de-uberlandia-e-revoga-a-lei-complementar-n-245-de-30-de-novembro-de-2000-e-suas-alteracoes-posteriores#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20O%20ZONEAMENTO%20DO,2000%20E%20SUAS%20ALTERA%C3%87%C3%95ES%20POSTERIORES.> text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20O%20ZONEAMENTO%20DO,2000%20E%20SUAS%20ALTERA%C3%87%C3%95ES%20POSTERIORES.>. Acesso em: março, 2024.</p></div><div data-bbox=)

## APÊNDICE

### SÍNTESE DAS AÇÕES INTEGRANTES DO PLANO DE AÇÃO

POLÍTICA	AÇÃO PRIORITÁRIA		OBJETIVO	RESPONSÁVEIS
<b>DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar um estudo para mapear a movimentação e os fluxos de veículos que circulam pelas rodovias e estradas rurais que interligam os municípios da região, a fim de obter subsídios para a modernização da malha viária regional.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Coletar dados detalhados para obter subsídios que orientem e justifiquem investimentos na modernização da malha viária regional, incluindo melhorias na infraestrutura, ampliação da capacidade das vias, otimização do tráfego e aumento da segurança, com foco em atender melhor às necessidades de deslocamento e transporte da população e de mercadorias.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Trânsito e Transportes.</li> </ul>
<b>DA CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar Plano Municipal de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas, no prazo máximo de 3 (três) anos, a contar da data de publicação desta Lei Complementar e viabilizar sua implantação.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a gestão e a redução do risco climático frente às mudanças climáticas, orientando a sociedade, os setores produtivos e a ação municipal para lidar com efeitos destas mudanças climáticas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.</li> </ul>
	Das Áreas de Preservação das Nascentes, Córregos e Rios	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar o diagnóstico e mapeamento da rede hídrica e ambiental no município a fim de direcionar programas e ações para a recuperação e preservação dos recursos naturais, em especial os mananciais de abastecimento de água.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conservar e recuperar a qualidade ambiental e vazão dos recursos hídricos, inclusive águas subterrâneas, e das bacias hidrográficas, em especial as dos mananciais de abastecimento público e áreas de conflitos pelo uso de recursos hídricos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.</li> </ul>

POLÍTICA	AÇÃO PRIORITÁRIA		OBJETIVO	RESPONSÁVEIS
	Das áreas de conservação e preservação da biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar e implementar Programa Municipal de Proteção à Biodiversidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fomentar a preservação e conservação de atributos bióticos, abióticos, estéticos ou culturais importantes para a qualidade de vida da população, promovendo o desenvolvimento sustentável e com isso, garantir que esses recursos não se tornem escassos no futuro e que o meio ambiente permaneça em equilíbrio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.</li> </ul>
	Do Sistema de Áreas Verdes Urbanas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Consolidar o Parque Linear do Rio Uberabinha;</li> <li>Implementar Plano de Arborização Urbana contemplando espécimes adequadas, normas de plantio e critérios de acessibilidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a continuidade da implantação do Parque Linear do Rio Uberabinha conforme projeto original;</li> <li>Definir as diretrizes de planejamento, implantação e manejo adequado da arborização urbana no município.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.</li> </ul>
	Da Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecer o trabalho de campo como instrumento pedagógico com vistas ao conhecimento, valorização e proteção do Bioma Cerrado, em toda a rede municipal de ensino.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover atividades de campo com os alunos da rede municipal de ensino visando a disseminação do conhecimento, valorização e proteção do bioma Cerrado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade;</li> <li>Secretaria de Educação.</li> </ul>
<p><b>DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E INTEGRADO</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar programas de educação e treinamento para agricultores sobre como implementar e manter práticas agrícolas orgânicas, inclusive com o auxílio aos agricultores orgânicos a acessar mercados locais e regionais.</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacitar agricultores em técnicas de cultivo orgânico, promovendo a sustentabilidade, facilitando o acesso a mercados locais e regionais, aumentando a rentabilidade e contribuindo para a saúde pública por meio da oferta de alimentos livres de agrotóxicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Agronegócio, Economia e Inovação;</li> <li>Secretaria de Educação.</li> </ul>

POLÍTICA	AÇÃO PRIORITÁRIA	OBJETIVO	RESPONSÁVEIS
<p><b>DO PARCELAMENTO E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fomentar as atividades de prestação de serviços, comércios e indústrias não poluentes nos bairros e subcentros de bairros, visando facilitar o deslocamento de pedestres e ciclistas;</li> <li>▪ Elaborar, no prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação desta Lei Complementar, o diagnóstico da situação fundiária urbana e rural do Município.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Incentivar a instalação e o desenvolvimento de serviços, comércios e indústrias de baixo impacto em bairros e subcentros. A proposta visa promover atividades econômicas nessas áreas para reduzir a necessidade de deslocamentos longos dos moradores para outras regiões, incentivando o uso de meios de transporte mais sustentáveis;</li> <li>▪ Identificar e mapear as condições das propriedades e terrenos, promovendo a regularização de áreas, verificando a titularidade de terras e organizando o território para resolver questões relacionadas à posse e uso do solo. Esse estudo é fundamental para aprimorar o planejamento urbano e rural, apoiar a regularização fundiária e assegurar o uso adequado do solo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Planejamento Urbano.</li> </ul>
<p><b>DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE URBANA</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaborar, no prazo de 3 (três) anos a contar da data de publicação desta Lei Complementar, o Plano de Mobilidade Urbana e Rural priorizando transportes não motorizados e coletivos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O plano deve priorizar transportes não motorizados, como bicicletas e caminhadas, bem como sistemas de transporte coletivo, com o objetivo de reduzir a dependência de veículos motorizados, aumentar a acessibilidade, melhorar a qualidade de vida e integrar diferentes modos de transporte. A elaboração do plano deve envolver a participação da comunidade e de especialistas, garantindo que as soluções sejam viáveis, sustentáveis e atendam efetivamente às necessidades locais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Planejamento Urbano.</li> </ul>

POLÍTICA	AÇÃO PRIORITÁRIA		OBJETIVO	RESPONSÁVEIS
	Do Sistema de Transporte Urbano Integrado	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover a inclusão social no transporte urbano, mediante a adoção de soluções operacionais e de modelo tarifário, adotando a integração temporal, para acesso das famílias de baixa renda às oportunidades da cidade que requerem deslocamento motorizado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A promoção da inclusão social no transporte urbano busca facilitar o acesso de famílias de baixa renda às oportunidades da cidade que dependem de deslocamento motorizado. Para isso, são necessárias soluções operacionais e modelos tarifários com integração temporal, visando reduzir custos e aumentar a acessibilidade para esses grupos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Trânsito e Transportes;</li> <li>▪ Secretaria de Desenvolvimento Social.</li> </ul>
	Do Sistema de Logística e Transporte de Carga	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realizar uma revisão completa do sistema viário rural municipal para identificar necessidades de atualização e modernização das estradas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realizar uma revisão completa do sistema viário rural municipal tem como objetivo identificar as necessidades de atualização e modernização das estradas. Esse processo envolve a avaliação das condições atuais da infraestrutura, a identificação das demandas dos usuários, e a priorização de intervenções para garantir a segurança e eficiência do transporte.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Trânsito e Transportes.</li> </ul>



POLÍTICA	AÇÃO PRIORITÁRIA	OBJETIVO	RESPONSÁVEIS
	<p>Do Sistema de Circulação do Pedestre, Ciclovitário, Calçadas e Espaços de Fruição Urbana</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Revitalizar e expandir o programa “Ruas de Lazer” fechando temporariamente ruas ao tráfego de veículos para uso exclusivo de pedestres e ciclistas em dias específicos;</li> <li>▪ expandir a rede de ciclovias e ciclofaixas, conectando áreas residenciais, comerciais e de lazer para promover o uso da bicicleta como meio de transporte.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Revitalizar e expandir o programa “Ruas de Lazer” visa fechar temporariamente ruas ao tráfego de veículos, dedicando esses espaços a pedestres e ciclistas em dias específicos. Essa iniciativa tem como objetivo promover a convivência comunitária, incentivar a mobilidade sustentável, valorizar espaços públicos e aumentar a conscientização sobre a importância da mobilidade não motorizada. A implementação do programa deve contar com a participação da comunidade, promovendo o engajamento nas atividades propostas;</li> <li>▪ Expandir a rede de ciclovias e ciclofaixas para conectar áreas residenciais, comerciais e de lazer tem como objetivo promover o uso da bicicleta como meio de transporte. Essa iniciativa visa aumentar a mobilidade sustentável, melhorar a acessibilidade, reduzir o tráfego de veículos e incentivar um estilo de vida saudável. A expansão deve priorizar a segurança dos ciclistas e integrar os principais pontos da cidade, facilitando o deslocamento para diversas atividades cotidianas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Trânsito e Transportes;</li> <li>▪ Secretaria de Planejamento Urbano.</li> </ul>

POLÍTICA	AÇÃO PRIORITÁRIA		OBJETIVO	RESPONSÁVEIS
	Da Política de Acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar um Plano Municipal para Calçadas que inclua diretrizes específicas para diferentes áreas e setores da cidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar um plano municipal para calçadas com diretrizes específicas para diferentes áreas e setores da cidade tem como objetivo padronizar e melhorar a infraestrutura de mobilidade para pedestres. O plano deve garantir acessibilidade, segurança e conforto, promovendo calçadas adequadas em áreas residenciais, comerciais e de lazer, de acordo com as necessidades locais. A iniciativa visa tornar os espaços públicos mais inclusivos, estimulando o deslocamento a pé e contribuindo para a mobilidade sustentável e a qualidade de vida na cidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Planejamento Urbano.</li> </ul>
	Do Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável – DOTS	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar políticas de incentivo para a consolidação de subcentros urbanos e eixos de estruturação que conectem esses subcentros ao centro principal da cidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar políticas de incentivo para a consolidação de subcentros urbanos e eixos de estruturação visa promover o desenvolvimento equilibrado da cidade, conectando esses subcentros ao centro principal. A iniciativa busca descentralizar atividades, estimular a economia local, melhorar a mobilidade por meio de eixos de transporte, promover a qualidade de vida e fomentar a participação comunitária. As políticas devem incluir incentivos fiscais, investimentos em infraestrutura e projetos que fortaleçam a identidade e a funcionalidade dos subcentros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Planejamento Urbano.</li> </ul>

POLÍTICA	AÇÃO PRIORITÁRIA		OBJETIVO	RESPONSÁVEIS
<p><b>DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO</b> <b>DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO</b></p>	<p>Do Sistema de Abastecimento de Água</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico – temática Abastecimento de Água – e manter atualizado, através da criação de um Banco de Dados de Saneamento e de acesso público.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaborar um plano municipal de saneamento básico com foco no abastecimento de água tem como objetivo garantir o acesso à água potável para toda a população. O plano deve incluir estratégias de abastecimento, a criação de um banco de dados acessível ao público para promover a transparência e a atualização contínua com base em dados recentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.</li> </ul>
	<p>Do Sistema de Esgotamento Sanitário</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico – temática Esgotamento Sanitário – e manter atualizado, através da criação de um Banco de Dados de Saneamento e de acesso público.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A proposta é desenvolver e manter um Plano Municipal de Saneamento Básico, com foco na temática do Esgotamento Sanitário. Esse plano terá a função de organizar, planejar e garantir a gestão adequada dos sistemas de esgotamento sanitário, incluindo coleta, tratamento e destinação dos efluentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.</li> </ul>

POLÍTICA	AÇÃO PRIORITÁRIA		OBJETIVO	RESPONSÁVEIS
	Do Sistema de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaborar o Plano Diretor de Drenagem Urbana, compatibilizando as proposições integrantes do Plano Diretor Urbano, Plano Municipal de Resíduos Sólidos; Plano Municipal de Saneamento Básico e Sistema de Gestão Urbana;</li> <li>▪ Elaborar o Plano de Drenagem Fluvial, considerando a Macrodrenagem, Tratamento de Fundo de Vale e Mitigação de Inundações, com recomendações gerais para estudos hidrológicos/hidráulicos das bacias hidrográficas do Município, bem como discorrer sobre alternativas de intervenção nos fundos de vale e para controle de vazões.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover a elaboração do Plano de Drenagem Urbana contemplando o manejo de águas pluviais e drenagem urbana, criando os mecanismos de gestão da infraestrutura urbana relacionando com a dinâmica do escoamento das águas pluviais com os rios e córregos na área urbana. Reduzir os impactos com o aumento do escoamento pluvial, devido às mudanças climáticas, evitando perdas econômicas com a melhora das condições de saúde e do meio ambiente da cidade;</li> <li>▪ O Plano de Drenagem Fluvial para o município, abordando aspectos essenciais como macrodrenagem, tratamento de fundo de vale e mitigação de inundações. O plano incluirá recomendações gerais para a realização de estudos hidrológicos e hidráulicos das bacias hidrográficas locais, permitindo uma análise aprofundada do comportamento das águas pluviais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade;</li> <li>▪ DMAE;</li> <li>▪ Defesa Civil.</li> </ul>
	Dos Sistemas dos Resíduos Sólidos e da Limpeza Urbana	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Mapear a geração dos resíduos sólidos no Município e inserir as informações no sistema de informações geográficas, inclusive os serviços públicos de limpeza e manejo de resíduos sólidos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Mapear a geração de resíduos sólidos no município e inserir essas informações em um Sistema de Informações Geográficas (SIG) tem como objetivo melhorar a gestão de resíduos e otimizar os serviços de limpeza. A iniciativa inclui a coleta de dados sobre as fontes de resíduos, a integração dessas informações ao SIG para análise espacial e planejamento eficaz da coleta e reciclagem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.</li> </ul>

POLÍTICA	AÇÃO PRIORITÁRIA		OBJETIVO	RESPONSÁVEIS
<p><b>O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURÍSTICO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO</b></p>	<p>Da Agricultura Urbana</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estimular a criação de hortas comunitárias em escolas, hospitais, creches e outros espaços públicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a educação ambiental e o acesso a alimentos saudáveis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Agronegócio, Economia e Inovação;</li> <li>Secretaria de Educação;</li> <li>Secretaria de Obras.</li> </ul>
	<p>Dos Distritos Industriais e Empresariais</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aprimorar os programas de incentivos fiscais para empresas que se instalem nos distritos industriais, com critérios de sustentabilidade e geração de empregos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aprimorar os programas de incentivos fiscais para empresas nos distritos industriais visa atrair investimentos com foco em sustentabilidade e geração de empregos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria Agronegócio, Economia e Inovação.</li> </ul>
	<p>Da Ciência, Tecnologia e Geração de Emprego</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementar um programa de capacitação e qualificação profissional, em parceria com instituições de ensino e empresas, para atender às demandas do mercado de trabalho local;</li> <li>Implementar um sistema de gestão inteligente da cidade, que utilize tecnologias da informação e comunicação para melhorar a eficiência dos serviços públicos e a qualidade de vida da população.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementar um programa de capacitação e qualificação profissional em parceria com instituições de ensino e empresas, com o objetivo de preparar trabalhadores para atender às demandas do mercado de trabalho local. O programa visa aumentar a empregabilidade, desenvolvendo habilidades específicas que facilitem a inserção no mercado.</li> <li>Implementar um sistema de gestão inteligente da cidade visa utilizar tecnologias da informação e comunicação para melhorar a eficiência dos serviços públicos e a qualidade de vida da população.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;</li> <li>Secretaria Municipal de Agronegócio, Economia e Inovação;</li> <li>Secretaria de Gestão Estratégica.</li> </ul>

POLÍTICA	AÇÃO PRIORITÁRIA	OBJETIVO	RESPONSÁVEIS
	<p>Do Setor Turístico</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O plano busca valorizar o potencial paisagístico das represas, incentivando o ecoturismo e atividades recreativas. Além disso, pretende fortalecer o agroturismo e as tradições rurais, integrando a produção agrícola local ao turismo. Outro foco é a preservação e promoção do patrimônio histórico, cultural e arqueológico da cidade, atraindo visitantes e impulsionando a economia local de forma equilibrada e sustentável.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Cultura e Turismo</li> </ul>
<p><b>DAS POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS</b></p>	<p>Da Política Municipal de Educação</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realizar estudos para a construção, reforma e ampliação da rede física em conformidade com os padrões da legislação específica e das necessidades de demanda, garantindo a acessibilidade e o desenvolvimento de atividades pedagógicas fundamentais à aprendizagem</li> <li>▪ Desenvolver um Programa Parcerias Comunitárias para trabalhar em estreita colaboração com as partes interessadas da comunidade escolar, a comunidade e entidades organizadas da sociedade civil, criando processos que capacitam as comunidades a melhorarem as oportunidades educacionais em seus bairros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Educação;</li> <li>▪ Secretaria de Planejamento Urbano;</li> <li>▪ Secretaria de Obras.</li> </ul>

POLÍTICA	AÇÃO PRIORITÁRIA		OBJETIVO	RESPONSÁVEIS
	Da Política Municipal de Saúde	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Revisar e atualizar dos instrumentos municipais de planejamento em saúde</li> <li>▪ Viabilizar a captação de recursos para investimento e custeio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aprimorar os instrumentos de planejamento municipal em saúde para garantir sua adequação às necessidades locais, melhorar a alocação de recursos e ampliar a qualidade e acessibilidade dos serviços de saúde.</li> <li>▪ Aumentar a capacidade financeira do sistema de saúde municipal, para garantir a qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Saúde;</li> <li>▪ Secretaria de Finanças.</li> </ul>
	Da Política Municipal de Defesa Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fortalecer a Defesa Civil em relação às mudanças climáticas em especial no caso de enchentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fortalecer a capacidade da Defesa Civil para lidar com os desafios causados pelas mudanças climáticas, especialmente no que se refere à prevenção, resposta e mitigação dos impactos de enchentes. Isso inclui melhorar a infraestrutura, aprimorar os processos de monitoramento, aumentar a resiliência das comunidades vulneráveis e capacitar as equipes da Defesa Civil para atuarem de forma mais eficaz diante de desastres naturais associados a eventos climáticos extremos, como chuvas intensas e inundações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Coordenadoria Municipal de Proteção;</li> <li>▪ Defesa Civil.</li> </ul>

POLÍTICA	AÇÃO PRIORITÁRIA		OBJETIVO	RESPONSÁVEIS
	Da Política Municipal de Cultura e dos Instrumentos de Proteção Cultural	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implantar e incentivar projetos de modo a fomentar o turismo relacionado ao patrimônio cultural da cidade;</li> <li>▪ Criar e/ou reforçar mecanismos de proteção, promoção e recuperação das memórias, da história, do patrimônio material e imaterial dos Distritos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fortalecer o setor de turismo e valorizar o patrimônio cultural do município, de modo a contribuir para o desenvolvimento econômico local;</li> <li>▪ O objetivo é envolver a preservação das tradições culturais, monumentos históricos, narrativas locais e práticas comunitárias, além de promover ações educativas e de valorização cultural. A ação busca assegurar que essas heranças sejam mantidas e transmitidas para as futuras gerações, promovendo o reconhecimento da identidade local e o envolvimento da comunidade na conservação de seu patrimônio.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Cultura e Turismo;</li> <li>▪ Secretaria de Governo e Comunicação.</li> </ul>
	Da Política Municipal de Esporte e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criar os percursos culturais urbanos e rurais com infraestrutura peatonal e cicloviária adequada, associada às práticas de caminhadas e ciclismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Valorizar o patrimônio cultural, através da integração de pontos culturais e históricos da cidade; bem como promover o turismo cultural, a mobilidade ativa e o bem-estar da população.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Cultura e Turismo;</li> <li>▪ Secretaria de Governo e Comunicação;</li> <li>▪ Secretaria de Planejamento Urbano;</li> <li>▪ Secretaria de Obras;</li> <li>▪ Secretaria de Finanças;</li> <li>▪ Secretaria de Trânsito e Transportes.</li> </ul>



POLÍTICA	AÇÃO PRIORITÁRIA	OBJETIVO	RESPONSÁVEIS
	<p>Da Política Municipal de Assistência Social</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Buscar ampliação do cofinanciamento, através da captação de recursos estaduais, federais para implantação e expansão de programas sociais, de acordo com as demandas diagnosticadas no Município;</li> <li>▪ Fomentar a intersetorialidade, como estratégia de gestão, visando ampliar as ofertas da Assistência Social em integração com as demais políticas setoriais de modo a permitir o acesso aos direitos sociais básicos e a ampliação de oportunidades às famílias em situação de vulnerabilidade social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Garantir maior disponibilidade de recursos financeiros para atender às necessidades sociais identificadas, proporcionando suporte a áreas como assistência social, saúde, educação e infraestrutura comunitária, além de melhorar a qualidade de vida da população. Assegurar a sustentabilidade financeira dos programas sociais existentes e promover o desenvolvimento de novos projetos, conforme as prioridades locais;</li> <li>▪ Fomentar a intersetorialidade como estratégia de gestão busca ampliar as ofertas da assistência social em integração com outras políticas setoriais, permitindo o acesso a direitos sociais básicos e criando oportunidades para famílias em situação de vulnerabilidade social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.</li> </ul>

POLÍTICA	AÇÃO PRIORITÁRIA	OBJETIVO	RESPONSÁVEIS
	<p>Da Política Municipal de Habitação de Interesse Social</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaborar e manter atualizado o Plano Local de Habitação de Interesse Social, no prazo máximo de 3 (três) anos, a contar da data de publicação desta Lei Complementar, definindo procedimentos e ações de curto, médio e longo prazo, para viabilizar o acesso à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, infraestrutura, transporte, serviços, trabalho e lazer, respeitando as diretrizes de ordenamento e controle do uso e ocupação do solo, de preservação do meio ambiente natural e construído garantindo a participação da comunidade;</li> <li>▪ Estabelecer parcerias com Entidades para promover a capacitação contínua de arquitetos, urbanistas e engenheiros para atuarem em projetos de ATHIS, garantindo a qualidade e a segurança das intervenções.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Planejar de forma estratégica o desenvolvimento habitacional do Município, com foco na inclusão social, sustentabilidade e participação cidadã, assegurando condições dignas de moradia e qualidade de vida para a população de baixa renda;</li> <li>▪ Ampliar a atuação de arquitetos, urbanistas e engenheiros em projetos de ATHIS e garantir a qualidade e segurança das intervenções.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Habitação;</li> <li>▪ Secretaria de Desenvolvimento Social.</li> </ul>

POLÍTICA	AÇÃO PRIORITÁRIA		OBJETIVO	RESPONSÁVEIS
	Da Política Municipal de Paisagem e Sistema dos Espaços Livres	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver programa de identidade visual do município, abrangendo mobiliário urbano, regras de publicidade e propaganda, padronização de calçadas e arborização urbana.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementar sinalizações claras e padronizadas, a proposta facilita a navegação e a orientação dos cidadãos. A iniciativa também busca promover a sustentabilidade por meio da arborização e do mobiliário urbano, regulando a publicidade para evitar a poluição visual. Assim, pretende-se criar um ambiente urbano mais organizado, atraente e funcional, que fortaleça a identidade local e melhore a qualidade de vida da população.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Governo e Comunicação.</li> </ul>
	Da Política Municipal de Prevenção de Desastres e Mudanças Climáticas, Proteção e Defesa Civil	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar e mapear (georreferenciado) as áreas com riscos geológicos e de inundações, a fim de minimizar as inundações, processos erosivos, contaminações do lençol freático, entre outros.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar e mapear, de forma georreferenciada, áreas com riscos geológicos e de inundações visa minimizar problemas como inundações, processos erosivos e contaminação do lençol freático. A iniciativa envolve o levantamento de dados sobre características geológicas e hidrológicas, a criação de mapas de risco por meio de geoprocessamento e a análise da probabilidade e impacto de eventos adversos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.</li> </ul>
	Da Política Municipal de Regularização Urbanística e Fundiária	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cadastrar e mapear a estrutura fundiária do município, objetivando a constituição de um banco de dados, com o mapeamento e a indicação das propriedades urbanas em questão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>A proposta visa cadastrar e mapear a estrutura fundiária do município, com o objetivo de criar um banco de dados que contenha informações detalhadas sobre as propriedades urbanas. Essa iniciativa busca facilitar a gestão do território, promovendo um melhor planejamento urbano e rural. Além disso, proporciona maior transparência e acesso às informações sobre propriedades, contribuindo para a segurança jurídica e a regularização fundiária. O mapeamento também apoia a formulação de políticas públicas e a</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria de Planejamento Urbano.</li> </ul>

POLÍTICA	AÇÃO PRIORITÁRIA		OBJETIVO	RESPONSÁVEIS
		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaborar o Plano Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar, no prazo máximo de 3 (três) anos, a contar da data de publicação desta Lei Complementar.</li> </ul>	<p>identificação de áreas adequadas para o desenvolvimento sustentável, visando um crescimento urbano mais organizado e justo.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover a elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de modo a garantir a segurança alimentar e nutricional da população de Uberlândia, através do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de forma digna.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria de Saúde;</li> <li>▪ Secretaria de Desenvolvimento Social;</li> <li>▪ Secretaria de Finanças;</li> <li>▪ Secretaria de Agronegócio, Economia e Inovação;</li> <li>▪ Secretaria de Gestão Estratégica.</li> </ul>
	<p>Dos Direitos para Mulheres, Idosos, Pessoa com Deficiência, População LGBTQIAPN+ e Imigrantes</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Oferecer atendimento psicossocial, socioassistencial e jurídico para pessoas vítimas de violência obtenham o suporte necessário para a superação da situação de violência.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A iniciativa busca promover a recuperação emocional, oferecendo apoio psicológico para ajudar as vítimas a lidarem com o trauma. Além disso, garante acesso à orientação jurídica, assegurando que elas conheçam seus direitos e busquem proteção legal. A ação também visa facilitar a reintegração social, conectando as vítimas a serviços e recursos comunitários.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.</li> </ul>

Elaboração: Consórcio Cidadania.



---

Prof.ª Dr.ª Mirna Luiza Cotopassi Lobo

